


# Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 11 - Ano 2005 - ISSN 1806-1591



**Rosa Luxemburgo:  
O socialismo e as igrejas**

**Farabundo Martí, Tupamaros, Frente Sandinista, OLP, PT**

**Das trincheiras  
aos palácios**

# *Marxismo Vivo*

Revista de Teoria e Política Internacional

---

---

Nº 11 - 2005

*Marxismo Vivo* é uma revista do Instituto

José Luiz e Rosa Sunderman

Rua Humaitá, 476

Bela Vista – São Paulo-SP

Cep 01321-010

Telefone 11-3105.6316

## **Impressão**

Ferrari Editora e Artes Gráficas

Rua Marquês de Lages, 131

04162-000 - São Paulo - SP

Telefone: (11) 5073-0966

Site: [www.ferrariweb.com](http://www.ferrariweb.com)

E-mail: [editorial@ferrariweb.com](mailto:editorial@ferrariweb.com)

## **Jornalista responsável**

Maria Cecília Garcia

MTb 12.471

## **Editores**

José Welmowicki

Martín Hernández

## **Capa**

Nazareno Godeiro

## **Diagramação**

Mercedes Cezar

Alejandro Iturbe (Argentina)

Alicia Sagra (Argentina)

Bill Hunter (Inglaterra)

Cecília Toledo (Brasil)

Gabriel Massa (Argentina)

Gustavo Amado (Peru)

Jaime Vilela (Bolívia)

João Lopes (Portugal)

João Ricardo Soares (Brasil)

Joseph Weil (Brasil)

Marcelo García (Argentina)

Marcial Cantero (Paraguai)

Martín Hernández (Brasil)

Nazareno Godeiro (Brasil)

Pedro Villa (Peru)

Viacheslav Rodin (Rússia)

William Felipe (Brasil)

[www.marxismalive.org](http://www.marxismalive.org)

[marxismalive@marxismalive.org](mailto:marxismalive@marxismalive.org)

---

Marxismo Vivo – Revista de teoria e política internacional

São Paulo – Brasil – Instituto José Luiz e Rosa Sunderman

ISSN: 1806-1591

2000, nº 1, julho/setembro

2001, nº 2, outubro/janeiro

2001, nº 3, maio

2001, nº 4, dezembro

2002, nº 5, abril

2002, nº 6, novembro

2003, nº 7, novembro

2004, nº 8, março

2004, nº 9, julho

2004, nº 10, novembro

2005, nº 11, junho

---

---

## *Ano 2005*

- O império novamente contra-ataca: as outras armas de Bush para o Oriente Médio ..... 6  
JOSEPHWEIL
- A retirada da Síria e a política do imperialismo para o Líbano ..... 15  
JOSEPHWEIL
- Iraque: Uma guerra de liberação em ascenso ..... 24  
ALEJANDROITURBE
- Uma questão de princípios: polêmica com Gilbert Achcar (SU)  
sobre a resistência iraquiana ..... 32  
ALEJANDROITURBE
- Ir ou não ir além da CUT? Uma polêmica sindical em perspectiva histórica ..... 38  
VALÉRIOARCARY

## *Luta de Classes*

- China: a resistência operária, camponesa e popular ..... 51  
GABRIEL.MASSA
- Chile 2004: a estréia da nova colônia dos Estados Unidos ..... 58  
DIREÇÃO DO MAS (MOVIMENTO AO SOCIALISMO), DO CHILE

## *Dossiê*

- Debate no Fórum Social Mundial (Porto Alegre - janeiro de 2005)  
Das trincheiras aos palácios: os caminhos da “esquerda” ..... 65

## *Pontos de Vista*

- A questão do islamismo e a esquerda mundial ..... 89  
ÁNGELLUÍSPARRAS
- Voltando ao debate Stalin –Trotsky ..... 102  
NEERAJJAIN

## *Clássicos do Marxismo*

- O socialismo e as igrejas ..... 111  
ROSALUXEMBURGO



Várias vezes nossos leitores reclamaram porque nossa revista não cobre os acontecimentos mais recentes da luta de classes. Esses leitores terão novos motivos para nos recriminar. Nas últimas semanas ocorreram quatro grandes acontecimentos que não são analisados nesta nova edição de **Marxismo Vivo**. No Equador, uma poderosa mobilização de massas derrubou o presidente Lucio Gutiérrez. No Uzbequistão, uma importante rebelião contra o governo provocou a morte de aproximadamente 600 manifestantes. Na Bolívia, novamente o movimento de massas, nas ruas, derrubou o governo. E na França e Holanda, a população disse um sonoro NÃO à Constituição Européia.

Os fatos são bem representativos da situação que existe em partes extremas do planeta. Na América Latina, uma forte mobilização continental questiona os planos do imperialismo e com isso vai derrubando uma boa parte dos governos “democraticamente” eleitos (Equador, Argentina, Bolívia, outra vez Equador ...). Na ex-URSS e Europa do Leste de conjunto, depois do longo refluxo que durou quase toda a década de 90, o movimento de massas está voltando ao centro da cena política. Por fim, no coração da Europa as mobilizações e protestos se transformaram em um hábito.

A situação no Equador, Bolívia, Uzbequistão e França nos permitiria encher páginas e páginas de nossa revista. No entanto, preferimos nos manter fiéis aos objetivos que traçamos há cinco anos, com o lançamento de **Marxismo Vivo**: não era cobrir os grandes acontecimentos da luta de classes, mas sim tirar as conclusões programáticas desses acontecimentos do ponto de vista do marxismo revolucionário. Esse é o motivo pelo qual muitas vezes nossa revista parece defasada em

relação à realidade, já que tirar esse tipo de conclusão pressupõe um estudo mais demorado, muitas discussões e reflexões.

Por outro lado, é interessante perceber como na situação atual os acontecimentos se desenrolam em uma velocidade vertiginosa, que supera os ritmos de qualquer redação. O caso do Equador é bastante representativo. A primeira edição de **Marxismo Vivo**, em junho de 2000, retratou a insurreição que derrubou o presidente Jamil Mahuad. À frente dessa insurreição estavam o Coronel Lucio Gutiérrez e o dirigente indígena Antonio Vargas, presidente da CONAIE. Se nesta nova edição de **Marxismo Vivo** tivéssemos analisado os acontecimentos no Equador teríamos que mostrar que depois da insurreição de 2000, Lucio Gutiérrez foi preso, a posteriori se lançou como candidato a presidente da república, acabou vencendo com amplo apoio dos trabalhadores e do povo e, por fim, esse mesmo povo saiu às ruas para derrubar o presidente que eles mesmos haviam eleito. Vargas, a mesma pessoa que em 2000 estava à frente da insurreição, e que por isso foi um dos entrevistados em **Marxismo Vivo**, em 2005, já como ministro, foi o principal organizador dos grupos armados que enfrentaram a balaços a nova insurreição das massas.

Na história da luta de classes várias vezes encontramos esse tipo de situação. Mais de uma vez vimos como os mesmos dirigentes que em um momento estavam à frente de ações revolucionárias, em outro estavam à frente da contrarrevolução. Só que, na maioria dos casos, entre uma e outra ação, transcorria um longo período de tempo. Agora, a realidade é diferente. Os tempos ficaram mais curtos e isso já implica na primeira e grande conclusão programática. A crise do capitalismo é tanta que o obriga a manter, de forma constante, uma ofensiva contra as massas. Isso provoca a resposta das massas que, muitas vezes, é superior a essa mesma ofensiva, e assim surgem, sem solução de continuidade, grandes enfrentamentos. É justamente esse processo rápido e violento, da revolução e da contrarrevolução, o que explica que os personagens também mudem rapidamente de cenário.

Como dizíamos anteriormente, neste número de **Marxismo Vivo** não vamos analisar a situação do Equador. No entanto, uma boa parte do que ocorre nesse país, especialmente no que se refere à direção das massas (a passagem da revolução à contrarrevolução) só pode ser entendido no marco do que ocorre com a esquerda em âmbito mundial. E este sim, é um tema tratado em profundidade nesta revista a partir de um importante debate que ocorreu no último Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Dessa forma, cremos estar contribuindo com a discussão sobre uma questão que deve ser o centro das preocupações de todos os marxistas revolucionários: que passos dar para superar a crise de direção revolucionária. ■

# O império novamente contra- ataca: as outras armas de Bush para o Oriente Médio

JOSEPH WEIL



Antes de George W. Bush ter sido eleito para seu primeiro mandato, seus principais assessores, como Paul Wolfowitz, Richard Perle, Douglas Feith e C. Rice, elaboraram um plano que ficou conhecido como “Projeto para um novo século americano”. Propunham uma estratégia de redesenhar o mapa do Oriente Médio, para ficar com o controle das riquezas minerais e o domínio geopolítico da região. Para isso, propunham acabar com a relativa independência do Iraque, do Irã e da Síria, e reforçar o papel de gendarme cumprido por Israel. Era um plano ambicioso, apoiado na supremacia militar absoluta dos EUA.

Mas esse projeto tinha um grande obstáculo dentro dos EUA: o repúdio popular às intervenções que significassem grandes envios de tropas nativas ao exterior, devido à “síndrome do Vietnã”. Por isso, só foi possível lançar esses planos depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, que permitiram ao governo Bush superar a síndrome do Vietnã, reunificar a frente interna e declarar sua “guerra preventiva” ou “guerra ao terror”. Essa unidade nacional, junto ao apoio internacional de todo o imperialismo e da ONU, e a capitulação da maioria da esquerda, foi decisiva e possibilitou a invasão do Afeganistão, sua ocupação e colonização por tropas dos EUA.

Mas o objetivo sempre foi chegar às fontes de petróleo e gás fora do controle direto do imperialismo, como estava escrito nos documentos do núcleo duro de Bush. Vários ex-assessores revelaram que desde o 11 de setembro a cúpula do governo queria invadir imediatamente o Iraque. Mas isso significava um choque com os aliados tradicionais, que tinham seus próprios investimentos a defender na região. O novo e decisivo passo, a ocupação do Iraque, já não contou com o apoio de países imperialistas importantes como a Alemanha e a França. A divisão se deu devido ao desejo dos EUA de ter o domínio exclusivo das riquezas do Iraque. Essa foi a razão de fundo para a divergência entre os que defendiam a tática de seguir pressionando Saddam com as sanções e as inspeções da ONU e a posição de Bush e Blair de invadir imediatamente.

Essa brecha entre as potências imperialistas facilitou o repúdio das massas à invasão. Esse repúdio, que partia da compreensão cada vez mais ampla do caráter imperialista das ameaças militares, possibilitou a oposição de milhões de pessoas no mundo todo, cujo ponto culminante foram as jornadas de luta de 10 de março de 2003, com mais de 10 milhões de pessoas manifestando-se ao mesmo tempo contra a guerra. O mundo inteiro se opunha à invasão, algo completamente diferente de que ocorreu com o Afeganistão. O repúdio a Bush e sua política iria aumentando no futuro. Apesar de ter havido um refluxo nas mobilizações nos países que não estão diretamente envolvidos na guerra, o repúdio continua se ampliando.

## **EUA: apoio de massas à invasão... até começarem os problemas**

Dentro dos EUA, até a invasão do Iraque, Bush pôde manter um controle e um apoio popular majoritário a suas ações. Cimentado no respaldo total do Partido Democrata e por toda a mídia, chegou a ter 90% de apoio no momento em que proclamou a vitória sobre Saddam Hussein. Mas, ao invés do rápido fim das hostilidades, conforme havia prometido, o que houve foi um prosseguimento da guerra, agora transformada em uma guerra de liberação nacional do povo iraquiano contra a ocupação imperialista. Isso provocou a erosão no apoio nos EUA, o início de uma forte oposição à guerra dentro do país e de um movimento que pede a volta das tropas do Iraque. Esse movimento ainda é de vanguarda, mas polariza cada vez mais o povo norte-americano, pois se apoia na oposição da metade, ou mais, da população a essa guerra.

Apesar de Bush ter ganho seu segundo mandato, governa um país dividido e com uma economia comprometida pelos “déficits gêmeos”, agravados por sua política de guerra e de subsídios aos mais ricos. Um povo que suporta cada vez menos os sacrifícios impostos pela política de “guerra ao terror”. Por isso, Bush teve de fazer adequações táticas em sua política e a meta ambiciosa de “refazer o mapa-mundi” em seus oito anos de mandato ficou comprometida. Sem abandonar a estratégia, foi obrigado a fazer um importante ajuste tático, reaproximando-se dos antigos aliados, marginalizados da decisão de invadir o Iraque, como a França, a Alemanha e também a Rússia, que ele havia chamado pejorativamente de “a velha Europa”. Agora passou a utilizar a propaganda de que o objetivo era “levar a democracia ao Oriente Médio” e pediu o aval da ONU para as eleições locais, apresentadas como um caminho para a saída estável desejada pela população norte-americana.



Sem abandonar a estratégia de domínio territorial direto, passou a usar também no Oriente Médio alguns elementos formais da democracia burguesa que não modificam o essencial da doutrina da “guerra ao terror”. Ou seja, manter as tropas e a ocupação para assegurar o controle da região.

## **Um ajuste tático do imperialismo norte-americano**

O segundo mandato de Bush abriu uma discussão entre os analistas políticos: intensificaria sua política “unilateral” mostrada na invasão do Iraque e em sua atitude com a ONU ou a modificaria? A maioria das análises falava de um fortalecimento da ala “neoconservadora” em seu staff, como indica a substituição de Colin Powell por Condoleezza Rice. Por outro lado, a base eleitoral da reeleição havia sido claramente a direita religiosa. Muitos acharam que as designações de Rice no Departamento de Estado, de Bolton na ONU e Wolfowitz no BIRD eram a expressão de um maior giro militarista da administração Bush. Mas nem sequer esses estrategistas da direita podem ignorar os fatos: o pântano em que se meteram no Iraque e as dificuldades que essa ocupação traz para a economia e para as próprias FF.AA. norte-americanas. Desde novembro, o Pentágono não consegue alcançar as metas desejadas de recrutamento de soldados.

Pensemos no que Kerry prometeu fazer se ganhasse as eleições de 2004. Essencialmente, é a mesma política que Bush está aplicando, porque é fruto do impasse e do atolado em que se meteram, da derrota parcial que estão sofrendo no Iraque. Trata-se de manter as tropas mas, ao mesmo tempo, fazer a jogada das eleições fraudulentas, sabendo que permitiriam formar um novo governo que incluísse partidos que respondem à hierarquia xiíta, com a benção do aiatolá Alí Sistani, que apoiaram a presença imperialista. Apostaram também na preparação de uma força armada local sob um governo títere menos desgastado, que lhes garantisse o controle do petróleo e da região, sem ter que manter tantos soldados norte-americanos por muito tempo.

A situação do governo norte-americano é complicada: não pode aumentar substancialmente as tropas no Iraque sem voltar a aplicar a conscrição militar (abolida desde a guerra do Vietnã) com grande risco de crise interna. Tampouco podem sair do Iraque sem reconhecer a derrota e suas conseqüências (ver artigo de Alejandro Iturbe). Por isso, o governo Bush está sendo obrigado a fazer ajustes táticos para tentar manter sua estratégia. Sua “política imperial” de ocupação e controle se mantém a fundo, mas há um momento tático distinto em dois aspectos: trabalhar com os aliados imperialistas europeus e utilizar as formas democráticas como ferramentas para desviar o processo de luta antiimperialista, cooptando algumas forças políticas burguesas locais.

Nesse contexto, Bush teve que mudar sua “política unilateral” inicial, apesar de que, na teoria, saiu fortalecido com sua reeleição. A nível mundial, teve que recompor a frente imperialista com a “velha Europa”, especialmente Alemanha e França (que se haviam oposto à invasão), e incluir a ONU em seus planos. Algo que se tornou mais necessário ainda na medida em que seus aliados europeus na invasão estão se afundando ou já se afundaram: Aznar caiu (Zapatero teve que retirar as tropas espanholas) e Berlusconi não está muito melhor. Nesse marco, a política de Bush de assinar um acordo com os governos alemão e francês e a ONU é a tentativa de construir uma saída para o atolado em que está metido.

Por outro lado, os governos imperialistas europeus querem tirar algo do butim em troca do respaldo à ocupação e a farsa “democrática”, aceitando as premissas de Bush. Cremos que a mudança e a recomposição da frente imperialista já se expressaram na última viagem de Bush à Europa e no apoio dado por Chirac e Schroeder às eleições fraudulentas no Iraque. Mas é importante compreender que essa tática não é aplicada só no Iraque, mas também em vários pontos críticos da região. Em outro artigo deste número, analisamos mais de perto a participação da França na intervenção no Líbano e na pressão sobre a Síria, com o objetivo de retomar sua antiga influência na região.

Tampouco se deve ter a falsa visão de que a opção é entre “a guerra e a paz”. Ou entre a estratégia militarista e a “democracia”. A proposta europeia, agora assumida pelo governo Bush, se baseia na aceitação da ocupação sob as bandeiras da ONU, na utilização das farsas eleitorais e das direções traidoras que as sustentam para conseguir triunfos para o imperialismo. Essas políticas se combinam com a chantagem militar, que só pode ser feita se existem as invasões ou a presença do Estado de Israel, cão de guarda do imperialismo, como ameaça concreta.

Desse ponto de vista, é preciso analisar mais de perto os primeiros resultados dessa tática em alguns pontos em que o imperialismo se uniu para desfechar golpes nos movimentos revolucionários, como no Líbano e na Palestina. Se, por um lado, continuam na defensiva no Iraque, inclusive depois das eleições e a assunção do novo governo “eleito”, que não parece ter condições de enfrentar a resistência; por outro, tratam de atacar na “retaguarda” dos outros pontos de conflito para tentar seguir com o projeto de estabilizar o Oriente Médio sob seu controle e sua ordem.

## **Irã é a outra peça chave no mapa do petróleo do Oriente Médio**

Desde a revolução iraniana de 1979, que varreu a ditadura do Xá Pahlevi, o imperialismo, que apoiou até o último momento o regime do Xá, foi afastado e sempre tentou retomar o controle dos seus ricos poços de petróleo. Uma expressão disso foi o famoso caso dos reféns durante a presidência Carter. A contradição dessa revolução foi sempre sua direção, a hierarquia xiíta, que tratou de desmobilizar e estabeleceu um estado ditatorial e teocrático, que manteve o sistema capitalista, atacou os comitês operários surgidos na revolução, perseguiu o movimento sindical independente e obrigou a população a aceitar os desígnios dos sacerdotes xiítas. Mas, apesar do caráter burguês e retrógrado dessa direção, o Irã manteve uma relativa independência e o imperialismo norte-americano nunca desistiu de controlar diretamente um país estratégico na área, e suas imensas fontes de petróleo.

Desde 1979 foram feitas várias tentativas para retomar esse controle: sanções, financiamento de oposições pro-imperialistas e, durante o mandato de Reagan, inclusive o armamento do próprio Saddam Hussein para que declarasse a guerra ao Irã, que durou oito anos (1980-88) e terminou com mais de um milhão de mortos de cada lado. Nesse período, Saddam recebia visitas e apoio de personagens do governo americano, como Donald Rumsfeld, que hoje o declara “inimigo da humanidade”. A guerra contra o Iraque serviu, por outro

lado, para que os aiatolás ajustassem o controle de sua população, reprimissem o movimento operário e estabelecessem um controle férreo sobre a juventude.

Nos últimos anos, tanto na juventude como no movimento operário, vêm ocorrendo mobilizações por liberdade e melhores condições de vida. No último dia 1o de Maio, como em 2004, houve atos de protesto. Nesse ano inclusive houve protestos dentro do ato oficial da burocracia ligada ao regime, o que fez com que o aiatolá Rafsanjani desistisse de falar.

As pressões dos governos imperialistas (EUA e Europa) sobre o Irã em relação com a investigação nuclear, denunciando a possível fabricação de bombas atômicas (ao mesmo tempo que aceitam que Israel possua pelo menos 200 guardadas no deserto de Neguev), além de seu cinismo, expressam a política de obrigar o Irã a ajoelhar-se ou ser sancionado. No caso dos EU, a retórica e as ameaças lembram o período anterior à invasão do Iraque. Mas aqui aparecem os limites do imperialismo, empantanado no Iraque. Apesar de retomar o controle do Irã seja parte do projeto imperialista, é muito difícil bancar uma nova invasão, que exigiria tropas e recursos que ultrapassam sua capacidade atual, enquanto estejam comprometidos no Iraque. Essa foi a tônica das últimas visitas de Bush e Rice à Europa.

Por outro lado, neste momento, lhes é necessário contar com alguma colaboração do regime iraniano para apoiar o novo governo títere iraquiano dirigido pelas forças xiítas, entre elas, aliados respaldados pelo governo do Irã, como o Conselho Supremo da Revolução Islâmica de Al Hakim. Isso não impede que os EUA estimulem iniciativas de grupos burgueses exilados ou possíveis dissidentes internos para atacar, ou até mesmo substituir, o regime iraniano. Ou lançar ataques localizados de suas forças aéreas ou as de Israel. Mas é extremamente difícil que tentem agora invadir o país.

## **Palestina: trégua para dar um respiro ao plano de Sharon**

Desde a morte de Arafat, os governos europeus e norte-americano, assim como os grandes meios de comunicação, falam de uma “esperança”, de uma “oportunidade histórica”. Yasser Arafat foi o Bonaparte que exerceu o controle quase absoluto dos recursos do poder palestino durante décadas. Apoiado no sabre de sua guarda pretoriana, os chamados tunecinos, respaldado pela burguesia palestina, boa parte da árabe e o imperialismo europeu, atuou durante décadas como árbitro não só entre os diversos setores sociais, frações e grupos políticos do povo palestino, como também entre o imperialismo europeu e as massas palestinas.

Seu grande peso se devia ao fato de ter encabeçado a luta palestina contra o estado gendarme de Israel, que foi construído mediante a usurpação do antigo território palestino, com apoio do conjunto do imperialismo. Essa luta se expressou na bandeira da OLP Por uma Palestina laica, democrática e não-racista e transformou Arafat no dirigente indiscutível do povo palestino. Anos mais tarde, por uma política do imperialismo e de Israel de deter a primeira Intifada, Arafat abandonou essa bandeira e a luta pela destruição do Estado de Israel. Aceitou acordos que, na prática, transformavam sua direção e a recém-criada Autoridade Nacional Palestina (ANP) em governos locais de poder muito limitado, no estilo

dos bantustões sul-africanos, em só uma parte da antiga Palestina (Gaza e Cisjordânia), em troca de uma vaga promessa de criar, no futuro, um estado palestino nesses territórios. Mas graças ao prestígio conquistado anteriormente, Arafat se manteve como o mais importante dirigente palestino.

Sua morte abriu inevitavelmente uma crise e a luta pela sucessão, já que havia deixado um enorme vazio na direção palestina. Ninguém tinha a autoridade do líder morto para arbitrar entre as diversas posições. A solução do imperialismo para esse vazio era, evidentemente, a candidatura de Abu Mazen. Para Bush, ele era o “líder palestino moderado que poderia combater o terrorismo e colocar em marcha instituições verdadeiramente democráticas”. Ou seja, que reprimisse as milícias e impusesse um governo de ordem e colaboração com o imperialismo e o sionismo. Aqui se vê claramente a tentativa de utilizar o discurso da “democracia” para ganhar apoio internacional e aproveitar algum cansaço das massas palestinas, com o impasse em sua luta contra Israel, para convencê-las a votar e esperar negociações que trouxessem a paz.

Essas eleições estiveram muito longe de serem democráticas. Foram feitas sem que os eleitores e partidos palestinos tivessem direito de movimentar-se pelo território, com importantíssimos dirigentes que não puderam apresentar-se pelo simples fato de estarem presos nas prisões israelenses e palestinas. Até

### **Violações da trégua por parte de Israel (entre 8 de fevereiro e 10 de abril de 2005)**

Para que se veja concretamente quais são os “planos de paz” de Sharon, reproduzimos o informe da Iniciativa Nacional Palestina (18/4/05):

Número de mortos palestinos: 14 (incluindo 7 crianças)  
 Número de incidentes com tiroteio: 458  
 Número de palestinos presos: 403  
 Número de invasões: 794  
 Postos de controle militar móveis: 557  
 Fechamento de fronteiras e cercos: 707  
 Ataques de colonos: 92

E mais: o índice de árvores arrancadas, demolições e o confisco de milhares de hectares de propriedade privada palestina aumentou desde o início da trégua. O governo israelita também anunciou planos para construir 9.500 novas casas para os assentamentos da Cisjordânia, 3.500 dos quais serão instalados no setor ocupado de Jerusalém Este (tradicionalmente árabe), destruindo a continuidade territorial entre Cisjordânia e Jerusalém Este, e entre o norte e o sul da Cisjordânia. Os israelenses também vêm negando e desprezando a natureza árabe de Jerusalém mediante a compra de propriedades árabes e cristãs e as contínuas ameaças dos extremistas contra o acordo firmado em Haram al-Sharif.

agora, dos 7.000 presos políticos, apenas foram liberados alguns dos “menos perigosos”, enquanto os líderes mais importantes, como Marwan Barghouti e Ahmad Saadat, continuam presos..

Apesar disso, as eleições para a ANP foram uma ferramenta importante dessa política imperialista.. Depois da eleição de Abu Mazen, a “trégua” entre Israel e Palestina, patrocinada pelo imperialismo, confirmou essa caracterização. Mazen se lançou com tudo para tirar de seu caminho a resistência palestina, permitiu a consolidação e legitimação da ocupação israelense sobre o território palestino, com o avanço do processo de colonização de Gaza e Cisjordânia, a permanência do Muro da Vergonha e traiu descaradamente as esperanças de milhares de exilados palestinos de voltar à sua terra.

### **A consolidação da ocupação**

O “acordo de paz” entre Sharon, Abu Mazen e Bush, patrocinado pela ONU e saudado por boa parte da esquerda, é uma jogada para tentar frear a Intifada e consolidar a ocupação israelense. Inclui promessas vagas, como liberar prisioneiros, sem dizer quantos, devolver a Faixa de Gaza, sem dizer como, e outras frases de efeito para dar ao mundo a idéia de que um acordo entre invasores e invadidos, entre ladrões e vítimas, é possível.

Como era de se esperar, uma a uma dessas “promessas de efeito” estão sendo sistematicamente violadas por Israel. A promessa de parar a construção de casas para colonos judeus na Cisjordânia foi esquecida. Desde que o plano foi assinado, 3.500 novas casas foram construídas na colônia judaica de Maale Adunin, a leste de Jerusalém. A promessa de dismantelar os assentamentos ao norte e ao sul de Jerusalém também se transformou no contrário: os assentamentos de Ariel, ao norte, e de Gush Etzion, ao sul de Jerusalém estão sendo ampliados.

Com a promessa de devolver Gaza aos palestinos no final do ano, Israel está cercando e se apropriando da Cisjordânia a toda velocidade. Os planos do governo israelense, divulgados abertamente pela imprensa, ignoram olímpicamente o Acordo de Paz. Segundo o jornal Yediot Aharonot, a Autoridade de Terras de Israel, dirigida pelo vice-primeiro ministro Ehud Olmert, planifica a construção de milhares de novas casas em várias comunidades da Cisjordânia. Dados da Autoridade dizem que atualmente existem 123 assentamentos, com 223 mil residentes, número que cresce na ordem de 3% ao ano. Se o plano de Sharon é realmente sair de Gaza, preventivamente ele está reforçando seu controle sobre a Cisjordânia, território que, para ele, jamais será devolvido aos palestinos. É a consumação do roubo, da ocupação de terras palestinas por Israel, com a anuência da ONU e o financiamento direto dos dólares do Banco Mundial.

A construção do muro nos territórios palestinos continua e causará a divisão e a separação das comunidades palestinas, inclusive escolas, lugares de trabalho, terras, serviços médicos e famílias. Já está sendo chamado de “Muro do Apartheid”. Recentemente, no dia 28 de abril, uma manifestação pacífica de palestinos e pacifistas judeus contra a construção do Muro em Belém, Cisjordânia, foi brutalmente reprimida pela polícia sionista, com vários feridos graves.

Isso é o que Sharon reserva para os palestinos sob sua tutela: aceitar a perda de todos os direitos e render-se definitivamente para ter uma sobrevivên-

## Os atritos entre Sharon e a ultradireita em relação aos colonos de Gaza

O plano de Sharon para sair de Gaza tem o único objetivo de livrar-se de um problema militar grave: a proteção de 8.000 colonos judeus cercados por 1.300.000 palestinos, que exige a presença permanente de tropas expostas a riscos em um território que não é central para o projeto de expansão sionista. Ele quer garantir a concentração dos recursos militares na ocupação da Cisjordânia e reduzir as perdas constantes que significa manter Gaza desde a segunda Intifada. Mas a base de massas de Sharon sempre foi os colonos, tropa de choque de Israel, que se beneficiam de subsídios do Estado. São fanáticos antiárabes e querem expulsá-los de toda a antiga Palestina e tomar suas terras, como já fizeram seus antecessores no território que pertencia à Palestina histórica, hoje ocupado por Israel. Para garantir seu plano de expandir as colônias na Cisjordânia e rodear toda Jerusalém de assentamentos judaicos, Sharon precisou “sacrificar” alguns daqueles que o respaldaram. Esses, como invasores coloniais, querem ficar, alegando os mesmos “direitos bíblicos” que seus antecessores utilizaram para tomar as terras no restante da Palestina.

Por isso, estão fazendo marchas, chamam Sharon de “traidor” e o ameaçam, lembrando o assassinato de Itzhak Rabin. A política de Sharon é comprar sua adesão com generosos subsídios para que abandonem colônias. Nada de lutar de frente com os que sempre votaram em seu partido e que podem ser úteis em outros territórios ocupados. Apesar das ameaças, os colonos são autorizados a fazer marchas e concentrações, enquanto aqueles que querem protestar contra o Muro do Apartheid ou exigir a liberação dos presos políticos palestinos são salvagemente reprimidos.

cia como escravos em sua própria terra num regime de apartheid. A única saída para a Palestina é a continuidade da resistência, da luta pela liberdade de todos os presos políticos, pelo retorno incondicional dos refugiados e exilados, pela derrubada dos muros e cercos construídos por Israel e pela devolução imediata de todo o território palestino. Isso significa luta pela velha bandeira da OLP e pela destruição do Estado de Israel.

### Novamente os planos de paz

Já houve um período de expectativa no início da aplicação dos planos de paz de Oslo, a instalação da ANP na Palestina e os encontros de Camp David. Depois de alguns anos, as frustrações se transformaram na segunda Intifada. Nesta nova tentativa, os apertos de mão são entre Sharon e Abu Mazen, como antes eram Arafat e Rabin.

O papel da ONU neste plano é justamente cobri-lo com um manto de “paz e democracia” para conseguir dobrar a resistência palestina. Nesse sentido, o imperialismo e Israel vêm obtendo alguns triunfos. A partir de uma reunião no Cairo entre as organizações palestinas patrocinadas pelo governo egípcio, Fatah e Jihad Islâmica, dois dos mais importantes grupos que lutavam contra a ocupação, também aceitaram a trégua. Hamas, o grupo mais forte em Gaza, já anunciou que vai participar das eleições municipais e do “processo de democratização”. A Frente Popular pela Liberação da Palestina, apesar de atacar o acordo com Israel, aceita os marcos da ONU.

Vencer um estado racista e armado até os dentes, cão de guarda do imperialismo na região, como Israel, não é uma tarefa simples. Hoje, isso significa enfrentar também a direção traidora da ANP, com Abu Mazen à cabeça, que colabora com o ocupante. Mas, sem retomar a luta, é impossível conseguir a autodeterminação palestina e a recuperação de seu antigo território. Depois dos últimos acontecimentos, a indignação se espalhou entre a população palestina e vários grupos começaram a dizer que sem concessões reais, virá a terceira Intifada. ■

# A retirada da Síria e a política do imperialismo para o Líbano



JOSEPH WEIL

O Líbano tem sido nos últimos 40 anos um ponto avançado da luta contra o imperialismo e o sionismo no Oriente Médio. No marco da luta geral dos povos árabes e muçulmanos pela libertação nacional, em seu território a luta contra os imperialistas e seus agentes dentro da região e do país foi permanente. Ela atravessa quatro décadas, apesar da traição das direções burguesas e reformistas.

Porque sofre cada vez mais com a situação fora de controle no Iraque, Bush procura ganhar pontos no restante da região, utilizando a combinação da reação democrática com as ameaças militares. No Líbano, tratou de recuperar a iniciativa, após período em que sofreu várias derrotas. Justamente por isso, o imperialismo quer intervir para entrar de novo no Líbano em associação com o imperialismo francês e controlar esse país estratégico. Para isso, seria necessário afastar os sírios e colocar um governo que aceitasse estabilizar as fronteiras atuais com Israel, colaborar com o imperialismo para uma pax americana, reprimindo os palestinos e desarmando o Hezbollah. Esse foi o sentido da resolução 1559 da ONU, que centrava na exigência da retirada das tropas sírias e o desar-



mamento das milícias. Um dos itens da resolução diz: “Profundamente preocupado com a presença de milícias armadas em território libanês, que impedem o governo local de exercer sua plena soberania sobre todo o território... exorta a que se dissolvam e desarmem todas as milícias libanesas e não libanesas.”

Essa cínica resolução imperativa serve para demonstrar, mais uma vez, como a ONU continua a ser essa “cova de bandidos”, como a definiu Lenin. Ela faz essa resolução ao mesmo tempo que tolera a permanência de Israel nos territórios de Cisjordânia e Gaza desde 1967, já condenada inúmeras vezes pela própria ONU, e a ocupação do Iraque por 150 mil soldados norte-americanos.

## **Por que a hostilidade contra a Síria?**

A Síria era um dos países que havia adquirido uma relativa independência nas décadas de 60 e 70, com a ascensão do Baath, um movimento nacionalista pan-árabe que adquiriu força no Iraque e na Síria, e empregava uma fraseologia antiimperialista e socialista. Uma vez no poder, se impôs como uma ditadura, em especial a partir do governo de Hafez Assad (pai de Bashir), que assim como fez seu colega baatista no Iraque, Saddam Hussein, usou a mão dura, prisões, execuções, inclusive contra os setores mais radicais de seu próprio partido.

Refletia, por um lado, o caráter fraco e inconseqüente da burguesia árabe e, por outro, o momento histórico em que governos bonapartistas *sui generis* se fortaleciam em todo o “Terceiro Mundo”, de Perón, na Argentina, a Nasser, no Egito. Apoiavam-se nas mobilizações das massas para se contrapor à pressão do imperialismo, mas tinham medo que as massas se auto-determinassem e resolvessem ir mais além de seu limitado programa, ameaçando o regime burguês. Devido a essas características, embora tivesse choques e contradições com o imperialismo, o governo do Baath perseguiu a oposição de esquerda, e sempre teve uma política traidora em relação à própria luta de libertação nacional árabe que dizia assumir.

Além disso, sempre teve uma relação ambígua com a luta dos palestinos e o papel de Israel. Dizia defender a causa palestina, dava refúgio a seus líderes, mas sempre tentando controlar a direção do movimento e usar a causa para obter vantagens em suas negociações com o imperialismo e o sionismo. Sua intervenção no Líbano tratou de evitar que os guerrilheiros palestinos tomassem o controle do país. Tinha terror a que surgisse uma direção da luta de libertação nacional que pudesse desafiar seu poder. Embora atacasse em público o Egito de Anwar Sadat e Mubarak, que havia firmado um acordo com o estado sionista em Camp David, tratava de negociar com Israel a devolução das colinas de Golã. Estava disposto a reconhecer o estado sionista e abandonar a causa palestina, mas os governos sionistas não estiveram dispostos a devolver Golã. Nos últimos anos, com a ofensiva recolonizadora do imperialismo, esse caráter covarde do movimento nacional burguês do Baath sírio se acentuou, chegando até mesmo a apoiar a invasão do Kuwait pelas potências imperialistas, na guerra do Golfo de 1990-91, contra o governo de seu ex-correligionário de partido, Saddam Hussein.

Mas, assim como Saddam Hussein, o Baath sírio no poder não era um governo títere do imperialismo, como o da Jordânia ou Arábia Saudita. Por isso, agora foi considerado por Bush parte do “eixo do mal”. Apesar de seu enfra-

quecimento nos últimos anos, o imperialismo e Israel buscaram sempre afastá-lo do poder. Tirá-lo do Líbano seria um passo para debilitá-lo e retomar o controle do país dos cedros. Em 26 de abril, após 29 anos, o governo de Bashir Assad cedeu à pressão e as tropas sírias saíram do território libanês, num primeiro triunfo do imperialismo norte-americano e francês.

## **A criação dos estados modernos no Oriente Médio: o Líbano**

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a derrota do império turco, que até então dominava toda a região, os imperialismos inglês e francês pactuaram a divisão do Oriente Médio em áreas de influência sob seu controle, em acordos como o famoso Sykes-Picot. Para melhor reinar, trataram de dividir a nação árabe e traçar fronteiras ajustadas a suas pretensões imperiais, impondo nelas administrações coloniais ou monarcas corruptos dependentes dos seus desígnios.

Para controlar os povos da região, os novos amos imperiais também incentivaram artificialmente as divisões étnicas e religiosas. Apesar de haver uma convivência de mil anos entre a maioria árabe e muçulmana e as minorias judias e cristãs, sem maiores problemas, os imperialistas apelaram para colonos europeus ou aproximaram setores nativos que passaram a estar vinculados aos impérios e a oprimir as populações. O exemplo mais claro dessa política foi o apoio do imperialismo inglês à imigração judaica controlada pelo sionismo, para lhes dar uma coluna de defensores do imperialismo fortemente armados e introduz a divisão e a disputa pelas terras do então Mandato da Palestina. Essa política chega ao ápice com a criação de Israel, um estado artificial, baseado na exclusão racista da maioria da população palestina de origem árabe.

O outro exemplo foi justamente na região do Líbano: aqui os colonizadores franceses se apoiaram na burguesia cristã maronita, elevando-a a sócia dos poderosos bancos “libaneses” sediados em Beirute Ocidental e Trípoli. Mais tarde, esses bancos formaram um pólo de atração para os petrodólares árabes e, ao mesmo tempo, uma área livre para as intermediações financeiras entre as grandes transnacionais petrolíferas, como a Aramco (grupo Rockefeller) e a Mobil, e os monarcas e xeques corruptos dos países ricos em petróleo. O Líbano passou a ser chamado então a “Suíça do Oriente Médio”, e seus banqueiros eram a garantia do sigilo para as transações inconfessáveis entre os imperialistas e seus lacaios nativos. Essa burguesia maronita sempre foi instrumento da penetração imperialista e, mais tarde, do sionismo contra a maioria da população libanesa.

## **Um estado confessional**

Para manter esse perfil, quando a independência se tornou inevitável, era necessário dar algum tipo de estrutura política que garantisse um controle político do imperialismo. Foi imposta uma constituição que dividia a população por confissão religiosa, e garantia o poder para a minoria cristã maronita, numa tortuosa distribuição de poder entre presidente (sempre maronita), um primeiro ministro (muçulmano sunita), um vice-primeiro ministro (muçulmano xiíta) etc. O sistema político confessional estabelecido no Líbano desde a retirada da França, em 1932 e confirmado em 1958, baseou-se em um parlamento formado por

uma maioria cristã de “seis a cinco”, que continuou até 1989, baseada no censo de 1932. Apesar de a população ter mudado de forma drástica, durante décadas foi usado esse mesmo censo. Os outros setores da população, os sunitas e xiítas, com mais de 60% da população e os drusos com 6%, permaneceram sub-representados. As direções burguesas “moderadas” e nacionalistas dessas alas se opunham mas não rompiam com essa imposição do regime pró-imperialista. Os acordos de Taef de 1989 iriam modificar um pouco a proporção da representação, mas mantinham o critério de representação em bases confessionais. E a representação cristã continuava superestimada, já que era uma minoria na população, mas tinha o direito a 50% do parlamento.

A expressão política desse vínculo entre a burguesia maronita e o imperialismo era o caráter dos partidos que governaram o Líbano depois da independência. Aproveitavam-se da regra pétérea constitucional de que um maronita seria sempre o presidente. Além da direita civil pró-imperialista e anticomunista, encabeçadas por figuras como Camille Chamoun, havia a milícia fascista com seu partido, a Falange Libanesa, fundada por Pierre Gemayel, abertamente defensor da discriminação racista e religiosa. Coerente com esse perfil, sempre tomou o partido de Israel contra a luta palestina, o que era particularmente grave porque havia centenas de milhares de refugiados palestinos dentro do Líbano desde 1948, devido à perseguição e a expulsão de suas terras pelo sionismo na criação do estado de Israel.

Após anos de tensão e lutas entre a direita cristã, a Falange, e os agrupamentos muçulmanos, drusos e palestinos, em 1975 o regime político entra em colapso e a guerra civil explode entre as facções. A luta divide o país e a capital, Beirute. Só a entrada das tropas sírias em 1976, com apoio inclusive dos governos árabes vizinhos, consegue estabilizar relativamente a situação. Não que a Síria tenha uma atuação pró nacionalismo pan-árabe, como constava no programa do Baath. Mais ainda, ela atua todo o tempo para evitar que a esquerda palestina tenha autonomia para se fortalecer e poder desferir golpes contra Israel a partir o território libanês. Em 1977, conseguem impor uma paz provisória e frágil e colocam no governo um outro representante da burguesia maronita, Elias Sarkis.

### **A invasão israelense, a derrota palestina e a posterior vitória da resistência libanesa**

No entanto, o resultado da presença da Síria com influência direta no governo libanês e a manutenção da guerrilha palestina e muçulmana desagradavam o governo Beguin, do Likud (partido de Sharon). Este exigia, sob ameaça de invasão, o controle definitivo das ações palestinas contra o estado sionista, que haviam se concentrado no sul do Líbano.

Israel queria derrotar a guerrilha palestina e muçulmana e inclinar a balança da guerra civil para a direita maronita, sua aliada. E o exército sionista invade Beirute em 1982 na operação Paz para a Galiléia, para sustentar o governo do falangista Amin Gemayel. As tropas israelenses entram em Beirute e dão uma lição genocida aos palestinos que viviam em acampamentos na vizinhança da capital. Autorizam milícias cristãs de extrema-direita a invadir os acampamentos de Sabra e Chatila e matar todos os que se encontram nos acampamentos, em sua

maioria crianças, mulheres e velhos. O comandante dessa invasão ao Líbano e responsável por autorizar esse massacre foi o atual premier de Israel, Ariel Sharon.

A resistência palestina sofre uma dura derrota e a direção da OLP é obrigada a retirar-se de Trípoli e do Líbano, com a conivência tanto das direções do Amal (muçulmanos xiítas) e do PSP, como das tropas sírias. Essa conivência da Síria tinha a ver com o fato de que a guerrilha palestina era também um obstáculo a suas pretensões de hegemonia sobre o Líbano. Uma fração de dirigentes palestinos financiada pela Síria (a Saika) divide a OLP e apóia a expulsão de Arafat.

Após a derrota militar frente à invasão, começa a resistência nacional, desta vez unindo praticamente todas as forças muçulmanas e os guerrilheiros palestinos que permaneceram no país, apesar da saída da OLP. A luta recrudescce e enfrenta não somente as tropas de Israel e as milícias fascistas cristãs, suas aliadas, como também as tropas “de paz” do imperialismo, outro sustentáculo do governo falangista de Gemayel. Em outubro de 1983, as tropas francesas e norte-americanas que haviam entrado em Beirute para “separar os beligerantes libaneses” e garantir a saída dos palestinos, são atingidas por atentados terroristas onde morrem mais de 50 soldados franceses e mais de 200 marines. A esse atentado se sucedem outros dois contra a embaixada dos EUA. Finalmente, uma insurreição popular em Beirute, em 1984, obriga as tropas francesas e os marines norte-americanos a se retirar.

Israel também é obrigado a se retirar de Beirute, primeiro para uma região mais ao sul e entre 84 e 85 praticamente se retira do país, sob a ação da resistência libanesa e da revolta em Israel contra a invasão, com a ampliação do movimento pacifista e das mães de soldados que exigiam a volta das tropas. Essa primeira derrota militar de Israel, embora mantenha um enclave ao sul do Líbano, onde financiou um exército mercenário, o ESL, marcou a situação. Teve, para os sionistas, um efeito comparável ao Vietnã para os EUA. Golpeado pelo movimento de resistência, o imperialismo norte-americano, já sob o governo Reagan, teve de aceitar a contragosto a interferência da Síria para controlar a situação, após a derrota de Israel e seus aliados.

## **A Síria passa a controlar a situação e a burguesia xiíta entra no acordo**

De fato, a presença das tropas sírias dá respaldo a novos acordos políticos e mais poder a setores burgueses muçulmanos no governo central. Uma conferência de reconciliação nacional com todas as forças políticas libanesas na Suíça decide constituir um novo governo de unidade nacional, e reformar o parlamento com metade cristã maronita e metade muçulmana. As direções muçulmanas mais importantes, o Amal (xiítas) de Nabih Berri e o Partido Social Progressista (drusos) de Walid Jumblatt, aceitam o acordo e em vez de seguir a luta até varrer a Falange do poder, pactuam o desarme das milícias e a reconstituição do exército unificado com os cristãos. Mas suas bases não aceitam na prática esses acordos, os enfrentamentos entre de um lado guerrilheiros xiítas e drusos de outro, os cristãos e o exército oficial continuam, até que esses mesmos dirigentes são obrigados a chamar uma greve geral contra os invasores israelenses.

Um novo governo é empossado com o cristão moderado Rashid Karame, e os muçulmanos sunitas e xiitas passam a ter um papel maior na condução do país, refletindo a mudança do peso social, do crescimento de uma burguesia xiita, expressada pelo Amal e da necessidade política da colaboração de seus partidos para frear as massas. A meta desse governo era estabilizar o país, pactuar uma paz reacionária com Israel, disciplinando os palestinos e desarmando as milícias muçulmanas e cristãs, recompondo o estado e seu exército, sob tutela síria. O Amal estava tão disposto a jogar esse papel que chegou a atacar o acampamento palestino de Sabra, matando e prendendo grande quantidade de resistentes. Tudo para mostrar aos sionistas que estavam dispostos a agir militarmente contra seus aliados recentes para evitar choques caso Israel se retirasse do território libanês.

Mas nesse processo, no espaço aberto pelas traições da direção do Amal, novas forças vão ganhar peso crescente. Uma delas foi o Hezbollah, lançado por um setor da hierarquia xiita e cuja referência era o Irã. Essa facção não aceitou os acordos promovidos pela Síria e chamava a continuar a luta contra Israel, aparecendo cada vez mais como alternativa para as massas xiitas, em especial no sul do país, ainda ocupado por Israel.

Nos anos seguintes, continuou a predominar o acordo de união nacional promovido pela Síria. Os falangistas ficaram afastados do poder após a derrota do seu general Michel Aoun, que tentou manter um bunker em Beirute Leste, mas acabou derrotado e se asilou na França. Daí, sempre que podia atacava a interferência da Síria e pedia o apoio imperialista para retomar o controle do país.

## **Os acordos de Taef e a luta contra as tropas remanescentes de Israel no sul**

Em 1989, as facções em luta se reuniram em Taef, patrocinadas pela Síria e a Liga Árabe. Assinaram uma série de acordos para dar fim à guerra civil. Embora modificassem o peso dos poderes executivo do presidente e do primeiro ministro, aumentando o papel deste último, mantinha-se a definição confessional, com o presidente maronita, primeiro ministro sunita, presidente do parlamento xiita etc, como havia imposto a França na origem do estado libanês. Neles estavam incluídos o desarmamento das milícias e a reconstituição do exército libanês unificado. Embora mantivessem na presidência um representante maronita, este passou a ser sempre um aliado da Síria, e os primeiros ministros sunitas, assim como os representantes xiitas, também mantinham uma relação de subordinação com o regime do Baath.

Ficou acertada a manutenção das tropas sírias em território libanês, com uma perspectiva de sua retirada em alguns anos, e afirmava o objetivo de pôr fim à ocupação de Israel no sul. A única milícia que continuou legalizada foi justamente o Hezbollah, em função da existência das tropas de Israel e dos mercenários do ESL em uma faixa ao sul do rio Litani. O Hezbollah se desenvolveu não somente como força militar, mas como administração de centenas de municípios, em particular no sul do país. E a guerrilha xiita passou a ser o pesadelo das tropas de ocupação de Israel e de seus títeres do ESL.

## **A retirada final de Israel do Líbano**

Em maio de 2000, depois de anos de luta guerrilheira na região ainda ocupada pelos mercenários do ESL e Israel, e um repúdio cada vez maior dentro de Israel a essa ocupação, finalmente as forças sionistas se retiraram. Sofreram assim sua primeira derrota militar em uma longa carreira de gendarme do imperialismo no Oriente Médio. Essa derrota iria marcar toda a situação das lutas das massas árabes e fortalecer a causa palestina. Não por acaso a segunda Intifada iria eclodir ainda no mesmo ano 2000. Persistiu a disputa pela região de Shebaa, na fronteira, que faz limite a região do Golã, território sírio que Israel mantém sob ocupação. Por isso, não houve acordo de paz até hoje e o Hezbollah continua a fazer escaramuças com as tropas israelenses. Daí que um dos objetivos dos EUA, França e Israel é desarmar a milícia islâmica para assegurar seu controle na região de fronteira. Por isso a resolução da ONU sobre o Líbano de 2004 exige, além da retirada da Síria, o desarmamento das milícias.

Como discutimos no artigo anterior, Bush tratou de consolidar Israel como seu gendarme reconhecido e temido na região. Ao mesmo tempo, precisava impor governos dóceis nos principais países árabes e muçulmanos da área. Já tinha a seu lado governos pró-imperialistas e repressivos como Jordânia, Egito e Arábia Saudita. Seu projeto era impor mudanças nos que ainda tinham certa independência, como Iraque, Irã e Síria (o “eixo do mal”). A invasão do Iraque foi a primeira grande medida dessa estratégia, ao enfrentar um desses países, com enorme riqueza energética e um governo não totalmente submisso, como Saddam Hussein, fazendo ainda mais pressão ou forçar a submissão dos demais.

Mas o Iraque se transformou em um pântano. A Intifada vinha desestabilizando Israel e Bush passou a utilizar também o discurso da democracia, tanto em relação aos palestinos após a morte de Arafat, como para contraatacar no Líbano, visando explorar o descontentamento com a ocupação da Síria para debilitar os adversários. Articulando com outros setores burgueses muçulmanos, já não somente com a burguesia maronita, com aliados também na burguesia sunita, se apresentou como defensor da paz e da democracia. E essa oportunidade apareceu após o assassinato de Rafik Hariri.

## **As mobilizações contra as tropas sírias e a retirada**

Desde 1990, após a derrota do governo militar do general Aoun, a Síria havia passado a apoiar um novo acordo de unidade nacional, com um presidente maronita aliado. Desde 1998 esse nome era Emile Lahoud. O primeiro ministro foi, durante a maior parte da década de 90, o muçulmano sunita Rafiq Haririm, multimilionário de excelentes relações com a monarquia saudita, que o financiava. Essa boa relação com a monarquia saudita - agente do imperialismo há décadas - era uma ponte entre a burguesia sunita e o governo norte-americano. Esse setor burguês se enriqueceu com as obras de reconstrução de Beirute e do país, articulado por Hariri, e que lhe deu prestígio entre a população urbana, após anos de guerra e destruição.

Depois da retirada de Israel do sul do Líbano, em 2000, as burguesias cristã e muçulmana começaram a exigir mais autonomia em relação à Síria e uma reaproximação com os sauditas e o imperialismo. Passaram a pressionar pela

retirada das tropas. O patriarca maronita Nasrullah Sfeir foi visitar o líder druso Jumblatt, em 2001, para propor uma aliança, coisa impensável até os anos 90, pois as milícias drusas e maronitas haviam se enfrentado em forma sangrenta em 1983.

Até mesmo Hariri, que tinha chegado ao governo em acordo com os sírios, passou a defender a retirada síria, se desentendeu com Lahoud e saiu do governo. Por outro lado, o controle sírio e suas medidas repressivas vinham causando crescente oposição entre a população urbana. Foi nesse contexto que Hariri é assassinado em um atentado, sendo o governo libanês e a Síria imediatamente responsabilizados pelos EUA e França, que passaram a cobrar publicamente a aplicação da resolução 1559 da ONU, a saída das tropas sírias e o desarmamento das milícias. A informação sobre os atentados era confusa, mas os Estados Unidos não precisaram de evidências para culpar a Síria. O enfoque da administração Bush agora era o objetivo de “levar a democracia ao Oriente Médio”, ou seja, retomar o controle imperialista total sobre os governos árabes, colocando neles aliados seus. E agora encontram um sócio no governo Chirac, ansioso por recuperar a antiga possessão colonial francesa.

O assassinato de Hariri deflagrou um amplo movimento contra a presença das tropas sírias, à medida que a culpa foi atribuída a eles. Nas mobilizações em Beirute era esmagadora a presença das classes média e alta urbana e um arco de alianças, da direita burguesa maronita até os muçulmanos sunitas (moderados) e o PSP dos drusos. Os slogans eram a democracia e a autonomia do Líbano. Mas os manifestantes anti-sírios não pediam eleições democráticas, baseadas no sistema de “uma pessoa, um voto”, para substituir o velho sistema baseado no voto confessional.

Logo depois vieram as mobilizações contra os EUA, dirigidas pelo Hezbollah, com centenas de milhares de pessoas, em geral vindas do sul e dos bairros mais pobres de Beirute. Chamavam à unidade libanesa contra o sionismo e o imperialismo. Abriu-se uma crise, a polarização apareceu com força e o primeiro-ministro demitiu-se, voltou a ser empossado e novamente renunciou.

As manifestações unindo a oposição também seguiram, exigindo castigo para os assassinos de Hariri e a saída dos sírios. Na verdade, se reabre agora a crise histórica do estado libanês, que pode reacender a guerra civil. Os maronitas, sempre em aliança com Israel e os imperialismos, tratam de aproveitar a crise e voltar ao poder nas novas eleições marcadas para maio. Seu plano novamente é estabilizar o país sob seu controle, acabar com os choques armados na fronteira israelense e acertar-se com Israel e os EUA. Sentindo-se triunfantes com a retirada da Síria, prepararam a volta de seu líder exilado, o general Aoun, sob o patrocínio francês. Querem também a libertação do assassino Samir Geagea, último cabeça das milícias falangistas, há onze anos na prisão. Essa cartada, apoiada pelo imperialismo francês, cria contradições com seus parceiros na frente anti-Síria. A unidade entre eles e os partidários de Hariri e Jumblatt começou a encontrar problemas por causa da manutenção dessas reivindicações e de uma proposta de mudar a lei eleitoral para beneficiar os maronitas. Mas o problema de fundo é que sua estratégia para retomar o governo exige desarmar o Hezbollah e os palestinos e, portanto, abrir um enfrentamento duro que muito possivelmente vai exigir a presença de tropas imperialistas.

Pela história de lutas e resistência do Líbano, é muito difícil simplesmente convencer as massas a aceitar um novo governo títere do imperialismo ou a presença de tropas de paz das potências imperiais. Tudo indica que, pela história de lutas das massas libanesas, isso significaria um novo Iraque ou um novo “Líbano” contra o imperialismo e seus agentes no Oriente Médio. ■



# Iraque: Uma guerra de liberação em ascenso



ALEJANDRO  
ITURBE

Desde a invasão imperialista do Iraque, há mais de dois anos, a situação nesse país mudou. O que no início foi uma guerra de ocupação, se transformou em uma guerra de liberação com apoio de massas que encurrala cada vez mais as tropas ocupantes imperialistas. Compreender essa mudança é muito importante porque nos permite avaliar os fatos que vêm ocorrendo nesse país (como a formação de um novo governo títere surgido das eleições de janeiro passado) e, também, para fixar a posição programática que devemos ter os revolucionários frente a essa guerra.

## **A guerra de ocupação e o regime colonial**

Em março de 2003, teve início no Iraque uma guerra de ocupação: as tropas imperialistas dos EUA, Grã Bretaña e seus aliados alcançaram uma rápida vitória militar, derrubaram o governo e o regime de Saddam Hussein, dissolveram seu exército e instalaram um regime colonial, assentado nas tropas invasoras. Dentro desse regime, surgiram diversos governos títeres, como os encabeçados pelos ex-agentes da CIA Chalabi e Allawi. Agora, o novo governo formado depois das eleições (com um presidente curdo, um primeiro ministro xiíta e um chefe do parlamento sunnita) é uma tentativa de conseguir um pouco

mais de representatividade e um certo grau de apoio popular. Mas, como os anteriores, este será outro governo títere dentro desse regime colonial. Ao mesmo tempo, tratam de construir forças armadas e policiais iraquianas fiéis, até agora muito pouco efetivas.

### **A guerra de liberação**

Depois da invasão começou uma segunda guerra: a do povo iraquiano contra os invasores, uma guerra pela liberação do país, e para recuperar a independência nacional. É uma guerra similar à do povo do Vietnã do Sul nos anos 60 e 70, ou a resistência dos maquis franceses, os partisans italianos e outras forças nacionais nos países ocupados pela Alemanha nazi na II Guerra Mundial. Um iraquiano entrevistado pelo jornalista americano Dahr Jamail<sup>1</sup> disse: “A invasão foi a guerra dos EUA contra o Iraque. Agora estamos vendo a guerra do Iraque contra os americanos” (Rebelión, 23/12/04).

Fica a dúvida se as ações dos diversos grupos de resistência iraquianos atingem a envergadura de uma verdadeira guerra. É importante recordar que muitas vezes as guerras de liberação adotam, pelas próprias características da situação militar que enfrentam, o método de “guerra de guerrilhas” ou atentados terroristas urbanos. Vejamos as cifras do próprio inimigo: “O chefe dos serviços de inteligência iraquianos, general Mohamed Shahwani, disse que atualmente existem 200.000 insurgentes, sendo em torno de 40.000 combatentes e o restante apoiadores” (BBC Mundo). Isso significa que, de forma direta, participam da luta um número maior de pessoas que as tropas imperialistas assentadas no país.

Eles são apenas a vanguarda da resistência, já que recebem o apoio massivo do povo iraquiano. Dahr Jamail diz que “a maioria dos iraquianos consideram os membros da Resistência como ‘patriotas’ e ‘combatentes pela liberdade’. Em uma estimativa bem conservadora, recebe hoje o apoio de pelo menos 80% da população. (...) As pessoas ovacionam quando outra base ou patrulha americana é atacada ou dança em cima dos equipamentos militares americanos em chamas”.

### **As ações militares**

Até o processo eleitoral, a resistência produzia em média 100 fatos diários, incluindo verdadeiras insurreições militares (como em Faluja e Najaf), ataques surpresas contra as tropas invasoras e seus colaboradores e atentados suicidas individuais com bombas. Todo esse acionar militar deixou mais de 1.500 soldados americanos mortos (em média, 2 por dia) e, pelo menos, 10.000 feridos.

Depois das eleições reduziram as ações, mas pouco a pouco aumentaram o seu ritmo, agora especialmente dirigidas contra os iraquianos colaboracionistas, odiados pela população e alvo militar mais frágil. “As ‘forças de segurança’ iraquianas, a polícia e a guarda nacional são vistas pela maioria da população como capachos do exército americano. A maioria das pessoas os consideram

<sup>1</sup> Dahr Jamail é correspondente em Bagdá do jornal The New Standard, dos EUA. Nascido nesse país, de família de origem iraquiana, se dedica a informar os acontecimentos no Iraque ocupado que os grandes meios de comunicação não divulgam. Seus artigos são bem objetivos.

colaboradores e traidores. Apesar de compreenderem que muitos deles estão aí por puro desespero e por causa do desemprego, muitas pessoas continuam os odiando, da mesma forma que odeiam as tropas de ocupação estrangeiras” (Dahr Jamail).

Essa justa guerra de liberação pressiona de forma crescente o invasor imperialista. Vejamos a opinião de alguns analistas internacionais. “Anthony Cordesman, responsável pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, recomenda a Administração Bush preparar um plano de contingência frente a um possível fracasso no Iraque” (Citado por Paul Krugman em ABS-CBN Interactive, 1/9/2004). Mais recentemente, Michael O’Hanlon, analista da Brookings Institution, de Washington, afirmou: “Todas as tendências que podemos identificar vão na direção errada. Não estamos ganhando a guerra no Iraque e as tendências podem nos levar até mesmo a considerar que estamos perdendo” (Knight Ridder Newspapers, 21/9/2004).

### **Caráter da resistência**

É uma resistência muito ampla e heterogênea, formada por diversos setores religiosos e políticos que lutam contra a ocupação. Em linhas gerais, podemos considerar três setores. Um deles, composto pela oficialidade média e baixa sunita do ex-exército iraquiano que passou à clandestinidade depois da invasão, levando consigo parte do arsenal militar. É o setor de maior capacidade operacional militar: soldados treinados que sabem utilizar lança-foguetes e mísseis para descarregar golpes no exército ocupante e os colaboracionistas iraquianos. O segundo setor é formado pelos grupos organizados por facções religiosas ou políticas, como a Aliança Patriótica (uma organização de dissidentes comunistas, baathistas e nacionalistas) ou o exército Mahdi, do clérigo xiita Muqtada al-Sadr. Finalmente, há um setor muito numeroso de pessoas comuns que se somaram à luta depois de sofrer as consequências da invasão. “A maioria de seus membros são (...) fundamentalmente gente que se limita a resistir à ocupação de seu país por uma potência estrangeira, em cujas famílias houve mortos, presos, torturados e humilhados pelos ocupantes ilegais de seu destruído país” (Dahr Jamail). Pelas informações que temos, a grande maioria dos grupos não está disciplinada a nenhum partido ou corrente religiosa, ainda que possam ter relações ou serem influenciados por eles.

Nessa luta, e apesar da tentativa do imperialismo de usar as barreiras religiosas entre xiítas e sunitas (intensificadas pelas perseguições da ditadura de Saddam), começa a unificar-se a ação dos diversos grupos e a avançar em uma ação centralizada ou, ao menos, de colaboração entre suas diversas alas. “Durante o cerco xiita a Najaf, as mesquitas sunitas organizaram coletas de alimentos e alguns combatentes sunitas deram armas e munições ao exército de Mahdi. Durante o cerco a Faluja, os xiítas contribuíram decisivamente, ajudando e participando em uma ação pacífica que permitiu que alguns viveres pudessem atravessar um cordão americano e chegar a Faluja” (Idem).

O repúdio aos invasores também começa a expressar-se em mobilizações de massas, como a convocada por al Sadr em pleno centro de Bagdá, da qual participaram milhares de xiítas ao grito de “Não aos ocupantes, não aos EUA”.

No marco dessa “guerra justa”, atuam também grupos como os de Al

Zarqawi, que se dizem adeptos de Bin Laden, com uma característica provocadora (por exemplo, atacam as festividades e as mesquitas xiítas). É a lógica de acentuar a divisão religiosa, que serve para que as forças de ocupação tentem justificar os massacres e sua presença no Iraque pelo “perigo de guerra civil”. Por exemplo, a mídia americana justificou o ataque a Faluja como forma “de capturar esses grupos”. Segundo todos os informes, eles são uma minoria bastante reduzida, mas são muito explorados pela mídia imperialista para poder rotular a todos os insurgentes como “terroristas fundamentalistas”. Por isso, muitos jornalistas independentes, inclusive organizações da própria resistência, crêem que esses atentados são, na verdade, impulsionados (ou diretamente organizados) pela CIA, como forma de desprestigiar a resistência, especialmente dentro dos EUA, e de manter a divisão entre xiítas e sunitas dentro do Iraque. Mas, como vimos, a imensa maioria da resistência não tem nada a ver com eles.

## O Iraque já é o Vietnã

A massividade da resistência militar impede que os EUA e seus aliados controlem efetivamente as estradas, oleodutos e principais cidades. Questiona cotidianamente o poder dos invasores. O jornalista britânico Robert Fisk diz que “quando percorri 112 quilômetros ao sul de Bagdá, em agosto último, só vi postos de controle abandonados ao longo das estradas cobertas por restos queimados de caminhões americanos e veículos policiais. Na verdade, com todos os seus milhões, seus soldados, seus serviços de inteligência e seus informantes, os invasores nem sequer conseguem controlar as principais ruas de Bagdá” (Rebelión, 9/1/05).

Até agora se falou do “fantasma do Vietnã”. Mas a situação atual do Iraque já é comparável à desse na segunda metade da década de 1960: uma ocupação militar que enfrenta uma resistência armada crescente, com apoio massivo, e está sendo derrotada, no sentido de que não consegue avançar (e em muitos casos retrocede) para um controle efetivo do país. Recentemente, o jornal *The New York Times* reproduziu o artigo que Peter Grosse escreveu sobre as eleições realizadas no Vietnã do Sul em 1967, pouco antes de que a Frente de Liberação do Vietnã (o Vietcong) lançasse a ofensiva do Tet, que iniciou a derrota americana nesse país. São quase as mesmas palavras: “vitória da democracia contra o terrorismo”. É também similar a crise e divisão que começa a corroer as tropas invasoras.

## A crise do exército americano

A consequência inevitável de uma ocupação colonial que enfrenta uma resistência armada com apoio massivo é que todo habitante do país ocupado (homem, mulher, velho, criança) passa a ser um inimigo potencial. Torna-se necessário apelar para métodos cada vez más cruéis: milhares de “suspeitos” presos, torturas (como na prisão de Abu Grahیب)<sup>2</sup>, violações, ataques genocidas a populações desarmadas. Estima-se em mais de 100.000 as vítimas civis

2 Às denúncias já conhecidas, soma-se agora a do jornalista Matt Kelley (CNN, 11/3/2005) de que nessa prisão há crianças de 8 e 11 anos presas, que são agredidas e torturadas, e os pais são obrigados a assistir.

iraquianas. Mas isso só aumenta o ódio ao invasor e o apoio à resistência e, com isso, a necessidade de aprofundar esses métodos, em uma espiral infernal, sem que se vejam perspectivas de ganhar a guerra.

Nessas condições, surge o medo de morrer e também a degradação moral e o uso de drogas. Dahr Jamail fala sobre os soldados americanos: “a maioria deles estava muito assustada e sua moral dependia do tempo que estavam aqui. Os recém chegados eram arrogantes e cumpriam as ordens. Os que estavam há 6, 9 ou 12 meses eram nervosos, apontavam suas armas contra qualquer um e às vezes estavam “colocados” (drogados). Não digo que todos estivessem. Mas vi muitos que sim, estavam, e me fizeram lembrar tudo o que li sobre o que aconteceu com a psique dos soldados americanos no Vietnã”.

Nos EUA, baixou significativamente o número de recrutamentos-contratos. Por exemplo, os marines (considerados um setor de elite), tiveram em janeiro de 2005, pela primeira vez em dez anos, um alistamento inferior ao previsto. Isso dificulta a substituição das tropas no Iraque que, como vimos, têm sua moral abalada conforme aumenta sua permanência no país. Entre a juventude há um movimento para enfrentar os recrutadores do Pentágono que vão às escolas e universidades para chamar os jovens a se alistarem nas FFAA. Nas mobilizações de março, os centros de recrutamento foram alvo da bronca dos participantes. Por outro lado, cada vez mais soldados americanos se negam a aumentar sua permanência no Iraque depois de haver cumprido seu contrato inicial. Com isso, o Exército aplica o programa stop loss (“acabar com as perdas”) que obriga os soldados a continuar seu contrato.

Mas isso fez com que aumentasse o número de deserções: a CBS News (8/12/04) informava que o Pentágono havia admitido ao menos 5.500 desertores desde o início da guerra. Também há um crescente número de objetores de consciência entre militares de carreira, como o sargento da Marinha Jimmy Massey, com 12 anos de antigüidade, que, diante dos crimes cometidos por sua unidade (incluindo o assassinato de crianças) afirmou: “Estamos cometendo um genocídio no Iraque”. Outro caso conhecido é o do sargento do Exército Kevin Benderman, que será submetido a um Conselho de Guerra que pode condená-lo a sete anos de prisão. Em declarações ao Saint Louis Dispatch expressou: “Se acho que estou do lado errado, não quero matar. Esta é uma guerra pelo petróleo e os lucros”.

Como expressão dessa crise nos EUA, surgiram organizações de veteranos e familiares de soldados que combatem no Iraque que exigem a volta imediata das tropas americanas. Muitas delas estiveram à frente das manifestações de março que, em todo o país, reuniram dezenas de milhares de pessoas, com grande combatividade. Recordemos que a crise, a queda na moral e a divisão de suas tropas, por um lado, e as mobilizações massivas contra a guerra nos EUA, por outro, foram fatores centrais que contribuíram para a derrota do imperialismo americano no Vietnã.

É muito difícil que essas tropas possam ser substituídas pelas forças de segurança locais. O ódio que recebem de seu povo é tão profundo que não podem andar sozinhos com uniforme pela rua, e são aconselhados a não dizer em seus bairros qual é seu “trabalho”. Além disso, quando sofrem atentados, são tratados como vítimas de segunda: os soldados americanos feridos grave-

mente são enviados à Europa ou aos EUA para serem atendidos, mas eles devem se conformar com os precários hospitais iraquianos. A mulher de um coronel da polícia iraquiana, gravemente ferido em um atentado, se queixava: “Lhe pedi que não abandonasse a casa, que não obedecesse os americanos. Mas lhe disseram que devia morrer com seus compatriotas! Deus os amaldiçoe pelo que fizeram a meu marido! Deus os amaldiçoe pelo que fizeram ao Iraque!” (Rebelión, 5/2/05).

## **As baixas na coalisão e a erosão da frente militar do imperialismo**

Desde 2004, a coalisão militar ocupante vem sofrendo baixas contínuas. A mais conhecida foi a retirada das tropas espanholas depois da derrota eleitoral de Aznar e a subida de Zapatero. Os governos da Ucrânia, Polônia e Bulgária já anunciaram que vão retirar suas tropas nos próximos meses e o terceiro aliado importante da coalisão, o governo italiano de Berlusconi, vive uma crise cada vez pior depois que as tropas americanas mataram um agente italiano que acompanhava a jornalista Giuliana Sgrena, depois que ela foi libertada por seus sequestradores iraquianos. Pressionado pelo povo italiano, Berlusconi chegou a anunciar a retirada de suas tropas mas depois desmentiu. O certo é que em abril perdeu rotundamente as eleições regionais italianas e seu governo está por um fio.

O Wall Street Journal, porta voz do capital financeiro americano, que apoia Bush, começou a publicar em seu site a lista dos países que ainda permanecem na coalisão militar ocupante e seu cronograma de retirada do Iraque. A conclusão é que a situação não está nada boa para o governo americano. Por exemplo, a Polônia foi o 17º país a anunciar sua retirada.

A Inglaterra é o segundo sócio em importância na coalisão, com cerca de 10.000 soldados no Iraque. Até agora, Tony Blair se mantém firme no Iraque, apesar da oposição popular e da crise de seu partido. Nas recentes eleições parlamentares, ele obteve a primeira minoria, ajudado por uma recuperação econômica no país e porque a principal oposição, os conservadores, são tão ou mais pro-Bush que ele. Mas o Partido Trabalhista perdeu peso eleitoral e todo um setor desse partido exige publicamente sua substituição pelo atual ministro da Economia, Gordon Brown.

Ainda que o sentido da coalisão ocupante seja mais político do que militar (mostrar à opinião pública mundial uma frente de países a favor da política dos EUA) a perda de aliados dispostos a enviar tropas se transforma em um grave problema para os americanos. Sua política de atrair os imperialismos alemão e francês para uma ação comum na região está dando resultados. A velha Europa está disposta a legitimar a ocupação, mas não a enviar soldados. De modo que o peso militar fica cada vez mais sobre os ombros das FFAA americanas. E a situação interna nesse terreno não é tranquila para Bush.

## **O pântano do imperialismo**

A situação político-militar do governo americano é complicada. Todas as suas tentativas de formar governos títeres com certa solidez fracassaram, bem como poder retirar o grosso das tropas e manter um contingente que controlas-

se as riquezas fundamentais e fosse o poder real por trás dos fantoches iraquianos. O governo formado depois das eleições fraudulentas (cuja força central é a coalisão apoiada por Ali Sistani, é mais importante líder religioso xiíta del país) pode estar integrado por algumas figuras um pouco mais representativas e gerar certa expectativa em algum setor da população, mas é praticamente impossível que mude a situação que analisamos. Ou seja, a continuidade da guerra de liberação nacional.

Trata-se de um governo não capacho do imperialismo como os anteriores. Vamos aos fatos. O presidente é o oligarca curdo Talaban, que há anos está a serviço dos americanos. Em suas primeiras declarações, pediu a permanencia das tropas americanas “até que seja possível organizar uma força de segurança própria” e calculou em dois anos o prazo para isso. Outra figura importante, o xiíta Mahdi, um dos vice-presidentes e ex-ministro de Finanças, também se manifestou a favor da permanencia das tropas ocupantes e prometeu privatizar o petróleo iraquiano.

Para entender o que dizemos, que estas eleições e formação do novo governo não vão pôr um fim na guerra de liberação nacional, comparemos com eleições realizadas em El Salvador no final dos anos 1980. A Frente Farabundo Martí de Liberação Nacional cercava a capital e tinha possibilidades de tomar o poder. Mas aceitou os acordos de paz com o governo, desmontou sua estrutura militar, participou das eleições como frente político e se integrou ao regime. Assim terminou a guerra. As eleições iraquianas foram muito mais parecidas às do Vietnã do Sul, em 1967. Apesar de o imperialismo ter tentado negociar com setores da resistência iraquiana, a maioria dos grupos chamou o boicote às eleições e continua na luta.

A situação do imperialismo no Iraque é similar à de quem está num pântano. Retirar-se agora significaria uma grave derrota e uma ameaça a seus planos de dominação da região, abrindo um grave precedente que estimularia a luta de todos os povos do mundo. Por outro lado, o atual contingente de 150.000 soldados não consegue controlar o país. Mas um número suficiente (400 ou 500.000) requer mudar o atual sistema de soldados contratados (cujo número de postulantes cai a cada dia) e voltar ao sistema de conscrição militar. A abolição da conscrição foi um resultado direto da derrota no Vietnã e voltar a ela seria uma grave crise dentro dos EUA, podendo alentar grandes mobilizações da juventude, como ocorreu nessa guerra. Uma juventude que já começou a mobilizar-se, inclusive contra o recrutamento baseado em contratos. Os grupos antiguerra já lançaram a campanha No draft, no way (Não à conscrição, seja ela qual for). Em síntese, um verdadeiro pântano, do qual não se pode sair nem entrar de vez sem se afundar cada vez mais.

Está colocada, então, a possibilidade de uma nova derrota militar do imperialismo, como ocorreu em 1975, no Vietnã. O ódio aos invasores e as terríveis condições de vida do povo iraquiano alimentarão a resistência e a guerra de liberação crescerá cada vez mais. Nesse sentido, ocorre hoje no Iraque a batalha mais importante da luta de classes mundial. Uma derrota do imperialismo aí (como ocorreu no Vietnã), debilitará nosso inimigo e favorecerá as lutas dos trabalhadores e povos de todo o mundo.

---

Seguindo as lições de nossos mestres do marxismo (como expomos em outro artigo desta revista), frente a uma guerra de liberação, os revolucionários têm um campo claro no qual se localizar: o da resistência militar aos invasores imperialistas. Por isso, fiéis a nossos princípios, apoiamos incondicionalmente a luta militar da resistência iraquiana (mesmo mantendo nossas críticas políticas a suas direções) e estamos pela derrota política e militar do imperialismo e seus colaboradores iraquianos e por sua expulsão do Iraque. ■



Ano 2005

---

# Uma questão de princípios: Polêmica com Gilbert Achcar (SU) sobre a resistência iraquiana



ALEJANDRO  
ITURBE

A transformação do caráter da guerra no Iraque (de guerra de ocupação imperialista em guerra de libertação nacional) vem gerando um profundo debate no interior da esquerda mundial e, de maneira mais geral, no amplo movimento unitário que se opôs à invasão e exige a retirada das tropas imperialistas. A partir da nova situação, definida pelas permanentes ações e atentados da resistência iraquiana, alguns setores começam a discutir o não apoio a essas ações ou ainda que não se deve apoiar de modo incondicional o conjunto da resistência. Trata-se, como veremos ao final deste artigo, de uma nova expressão da “onda oportunista” que vem arrastando a maioria da esquerda no sentido de abandonar o programa revolucionário.

Gilbert Achar, jornalista franco-libanês do *Le Monde Diplomatique* e principal porta-voz do Secretariado Unificado (SU) da Quarta Internacional sobre temas referentes ao Oriente Médio, expõe com clareza esta última posição, por meio de uma polêmica pública com Alex Callinicos, dirigente do SWP inglês (*Rebelión*, 24/01/05):

“A denominada resistência iraquiana está formada por um conglomerado de forças heterogêneas, muitas delas exclusivamente locais. Em sua maioria, trata-se de gente que se rebela frente à dura ocupação de seu país e luta contra seus ocupantes e seus auxiliares iraquianos armados. No entanto, o outro segmento que compõe as forças comprometidas com ações violentas no Iraque é constituído por fanáticos extremamente reacionários, principalmente fundamentalistas islâmicos, que não fazem distinção entre civis - incluindo os próprios iraquianos - e o pessoal armado, recorrendo a atuações horrendas (...). Essas ações são utilizadas por Washington para contrabalançar o efeito dos legítimos atentados realizados contra as tropas estadunidenses: a tarefa de apresentar o “inimigo” como o mal, torna-se, dessa maneira, mais fácil. Incidentalmente, isto significa que **qualquer apoio incondicional à “resistência” iraquiana, em sua totalidade, nos países ocidentais (...) é gravemente contraproducente na mesma medida em que está profundamente equivocado (mesmo que baseado em boas intenções)**. Deveria haver uma clara distinção entre as ações contra a ocupação, que são legítimas, e as dos denominados grupos de “resistência”, que devem ser rechaçadas”. Na segunda carta de polêmica, o autor avança ainda mais em sua posição: **“A plataforma do movimento contra a guerra não deveria incluir o apoio à resistência armada à ocupação (...) um princípio** sobre o qual, recentemente, vem tentando convencer alguns de seus próprios camaradas franceses, uma organização pacifista da qual faço parte na França” (grifos nossos).

Resumidamente, a posição de Achcar destaca que é “profundamente equivocado apoiar o conjunto da resistência iraquiana” porque no seu interior atuam “fanáticos extremamente reacionários que recorrem a ações horrendas”. Mais ainda, é “um princípio” dar a batalha no movimento anti-guerra para que este apoio não seja parte de seu programa.

De início, torna-se necessário dizer que Achcar (que pertence a uma organização que, no passado, foi trotskista) abandona todos os princípios que marcaram as posições dos marxistas revolucionários frente às guerras, especialmente as de Lenin e Trotski. Por isso, para desenvolver nossa polêmica com ele, nos parece melhor partir de um resumo sobre as posições por eles elaboradas.

## Lenin e as guerras

Lenin tomava como ponto de partida a definição de Von Clausewitz<sup>1</sup>: “a guerra era a continuidade da luta política por outros meios”. Para Lenin, o conceito de “luta política” significava luta de classes ou luta entre setores de uma mesma classe. Por isso, sustentava que “as guerras são o produto mais genuíno e ‘inevitável’ do capitalismo em sua fase final” e que representam “uma forma de vida capitalista, tão legítima como é a paz” (*A Situação da Internacional Socialista*, 01/11/1914)<sup>2</sup>.

Por isso, diferentemente dos pacifistas (que se opõem, por princípio, a toda guerra), ele considerava necessário estudar o caráter de cada guerra no concreto. Ou seja, caracterizar antes que forças ou classes sociais estão representadas em cada lado para, a partir desta definição, tomar uma posição.

<sup>1</sup> Carl Von Clausewitz (1780-1831), general e teórico militar prussiano.

<sup>2</sup> Todas as citações de Lenin foram extraídas das Obras Completas, Edições Progresso, Moscou, em espanhol.

“Os socialistas têm condenado sempre as guerras entre os povos como algo bárbaro e feroz. Porém, **nossa atitude frente à guerra é distinta, por princípio, da posição que assumem os pacifistas burgueses** (partidários e propagandistas da paz). (...) Nós, marxistas, reconhecemos a necessidade de **estudar historicamente** (desde o ponto de vista do materialismo dialético de Marx) **cada guerra em particular.** (*O socialismo e a guerra*, 1915, grifos nossos)”.

### **As guerras de libertação nacional**

Deste estudo nasceu a definição dos diferentes tipos de guerras, próprias da época imperialista: interimperialistas, de colonização, fratricidas etc. Dentro delas, Lenin distinguia um tipo particular: a guerra de libertação nacional. Nela, defendia o apoio, sem qualquer dúvida, ao campo dos oprimidos contra o dos opressores.

“A guerra contra as potências imperialistas, ou seja, opressoras é, por parte dos oprimidos (por exemplo, dos povos das colônias) uma guerra verdadeiramente nacional. (...) A ‘defesa da pátria’ pelo país oprimido nacionalmente contra o país opressor não é um engano, e os socialistas não estão contra, de modo algum, à ‘defesa da pátria’ nessa guerra. (...) Os socialistas não podem renunciar a essa luta, qualquer que seja a sua forma (inclusive a insurreição ou a guerra) sem deixar de ser socialistas” (*Sobre a caricatura do marxismo e o “economicismo imperialista”*, setembro-outubro de 1915). Para que não fiquem dúvidas, insiste: “Se, por exemplo, amanhã, o Marrocos declarar guerra à França, a Índia à Inglaterra, Pérsia ou China à Rússia etc., essas seriam guerras ‘justas’, independentemente de quem atacar primeiro, e todo socialista simpatizaria com a vitória dos Estados oprimidos, dependentes, menosprezados em seus direitos, sobre as ‘grandes’ potências opressoras, escravistas e exploradoras” (idem).

### **Uma guerra sem “ações horrendas”?**

Achcar poderia argumentar que ele não é pacifista, que está a favor da luta contra o invasor, porém, que se opõe às “ações horrendas”. Isso só aprofunda o debate. O que Lenin coloca é uma posição de princípios: apoiamos a luta dos países colonizados contra o opressor imperialista de modo incondicional (“qualquer que seja a forma que essa luta adote”). É evidente que não há maneira de levar adiante uma guerra (inclusive uma “guerra justa”) sem realizar “ações horrendas”: por exemplo, atacar civis colaboracionistas. Além disso, inevitavelmente, existe o risco de que morra algum inocente. Como qualificariamos os atentados contra o edifício de uma empresa imperialista que saqueia petróleo iraquiano, no qual morrem trabalhadores civis estrangeiros, ou contra o hospital no qual estavam sendo realizados exames médicos para os candidatos ingressantes à polícia local (que também atingiu aos trabalhadores do hospital)? São, evidentemente, “ações horrendas”, porém, absolutamente necessárias e justas para combater o invasor. Assim ocorreu em todas as guerras de libertação: as impulsionadas na Europa contra a ocupação nazista, na Argélia, Vietnã etc. Em última instância, essa violência também é de responsabilidade do invasor imperialista, já que ocorre em resposta a sua agressão que, diga-se de passagem, inclui “ações horrendas” muito piores.

Como assinala o próprio Lenin: “em que pese os horrores, as atrocidades, as calamidades e os sofrimentos que toda guerra acarreta inevitavelmente, muitas guerras são progressistas, quer dizer, úteis para o progresso da humanidade”. Essa é a posição clara de um revolucionário. Ao contrário, o espanto de Achcar frente às “ações horrendas” se parece demasiadamente com o dos “pacifistas burgueses”.

### **O que fazer frente a Al Zarqawi?**

Definido este marco geral, passamos a abordar a questão sobre que atitude adotar frente a grupos como os de Al Zarqawi, cujas ações têm uma característica provocadora. Por exemplo, atacam as festividades e as mesquitas xiitas com uma lógica de aprofundar a divisão popular em base à linha religiosa. Neste caso, opinamos que devemos nos diferenciar claramente e criticar com dureza esse tipo de ações. Porém, não essencialmente por seu “caráter horrendo” que, como vimos, está presente em muitas ações justas da guerra, mas porque vão contra o desenvolvimento da luta no interior do Iraque e do apoio popular no restante do mundo. Dentro do Iraque, porque direcionam o enfrentamento aos xiitas e sunitas, ao contrário de fortalecerem a luta cada vez mais unitária contra o invasor. No mundo, conforme assinala o próprio Achcar, porque servem para que as forças de ocupação busquem justificar os massacres e sua presença no Iraque em função do “perigo de uma guerra civil”. Por isso, como destacamos em outro artigo, muitos jornalistas independentes e, inclusive, setores da própria resistência, duvidam se estes grupos (minoritários se considerarmos o número de seus integrantes) não seriam provocadores a serviço da CIA. No entanto, deixemos de lado, por um momento, esta última questão. Nossa dura e permanente crítica a essas correntes só pode ser feita se acompanhada de duas considerações. A primeira, ainda que sejamos repetitivos, é que a crítica deve dar-se no marco do apoio incondicional à luta da resistência em seu conjunto. A segunda, é que enquanto não seja demonstrado que são agentes provocadores, a serviço dos ianques, defendemos seus membros frente aos ataques e a repressão que venham a sofrer por parte dos invasores.

### **Duas políticas frente às direções fundamentalistas**

O segundo argumento de Achcar para condicionar seu apoio à resistência iraquiana é o da existência de grupos “fanáticos extremamente reacionários, principalmente, fundamentalistas islâmicos”. Apesar destes grupos representarem no Iraque um setor minoritário da resistência, este aspecto é completamente secundário na polêmica. Se desenvolvermos a posição de Achcar até o final, ele se negaria a dar qualquer tipo de apoio à resistência iraquiana caso a os fundamentalistas islâmicos sejam a direção ou a maioria dentro dela. Recordemos que eles, os fundamentalistas, dirigiram a revolução iraniana, em 1979, e isso pode voltar a se repetir em outros países do Oriente Médio (basta olharmos seu peso crescente na Palestina e no Líbano). Achcar cai, neste momento, em um grave erro cometido muitas vezes por diversos setores da esquerda: negar apoio a uma luta justa em função do caráter reacionário de sua direção. O que opinava Trotsky sobre o que fazer diante desse tipo de situação?

“Tomemos o exemplo mais simples e óbvio. No Brasil reina atualmente um regime semifascista que qualquer revolucionário só pode considerar com ódio. Suponhamos, por exemplo, que no dia de amanhã a Inglaterra entre em conflito militar com o Brasil. De que lado ficará a classe operária nesse conflito? Neste caso, eu, pessoalmente, estaria ao lado do Brasil ‘fascista’ contra a ‘democrática’ Grã Bretanha. Por que? Porque não se trataria de um conflito entre a democracia e o fascismo. Se a Inglaterra vencesse, colocaria outro fascista no Rio de Janeiro e ataria o Brasil com duas cadeias. Se, ao contrário, saísse vitorioso o Brasil, a consciência nacional e democrática desse país daria um poderoso impulso que levaria à derrubada da ditadura de Vargas<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, a derrota da Inglaterra desfecharia um bom golpe no imperialismo britânico e daria impulso ao movimento revolucionário do proletariado inglês. Realmente, é preciso ser muito cabeça oca para reduzir os antagonismos e conflitos militares mundiais à luta entre fascismo e democracia. Temos que saber desvendar a existência de todos os exploradores, escravistas e ladrões por trás das máscaras com as quais se ocultam!”<sup>4</sup>.

A posição de Trotsky é tão categórica que quase não requer comentários: **“junto ao Brasil fascista contra a democrática Grã Bretanha”**. Seu raciocínio é de grande profundidade: uma vitória no Brasil não só ajudaria a derrotar a ditadura (uma grande transformação da direção do país!), mas também impulsionaria enormemente a luta de classes mundial, especialmente no país imperialista. Por acaso Achcar considera que as direções fundamentalistas islâmicas são piores que uma “ditadura semifascista”?

O que Trotsky apresentou como hipótese confirmou-se na realidade, em 1982, quando ocorreu a Guerra das Malvinas entre a Argentina (governada por uma ditadura militar genocida) e a Inglaterra. Esta foi uma experiência que vivenciei e sinto-me orgulhoso de que a organização da qual fazia parte (o Partido Socialista dos Trabalhadores) e toda a corrente internacional fundada por Nahuel Moreno, esteve, como aprendemos com Trotsky, “junto à Argentina ‘fascista’ contra a ‘democrática’ Inglaterra”, apesar de mais de cem de nossas camaradas terem sido seqüestrados e assassinados por essa mesma ditadura. Pelo contrário, importantes setores da esquerda mundial e argentina se negaram a apoiar essa luta e tomaram a posição de que “o melhor seria a derrota da Argentina”, colocando-se, objetivamente, no campo do imperialismo, apesar de suas “boas intenções”. Finalmente, a Inglaterra venceu a guerra, com o apoio dos EUA, fato este que contribuiu para o fortalecimento de Margareth Thatcher e Ronald Reagan.

### **Agora sim, unidade de ação**

Exposto o marco dos princípios, faz-se necessário que enfoquemos um aspecto tático, porém, muito importante: como atuar no interior do movimento antiguerra, do qual fazem parte desde revolucionários até pacifistas puros. Creemos que o critério correto é o da “unidade de ação”. Ou seja, impulsionar a mais ampla unidade de todos que coincidam com um ponto progressivo. Neste caso, a

<sup>3</sup> Getúlio Vargas (1883-1954). Presidente do Brasil em 1930-1945 e 1950-1954.

<sup>4</sup> Entrevista com Mateo Fossa – 23/09/1938 – Escritos Latino-americanos – Edições CEIP – Buenos Aires.

exigência da retirada das tropas imperialistas do Iraque, como ocorreu nas ações desenvolvidas nos passados 19 e 20 de março. A realização de grandes mobilizações, especialmente dentro dos países imperialistas envolvidos no conflito, pulveriza as bases de seus governos. Assim ocorreu na Espanha e está acontecendo na Inglaterra, Itália e, em menor medida, dentro dos EUA. Deste ponto de vista, é um grave erro sectário pretender impor ao conjunto do movimento todo o nosso programa revolucionário para a guerra (apoio à resistência, derrota dos invasores) como condição para a realização de mobilizações conjuntas.

No entanto, o que não podemos fazer, em nome desta tática, é deixar de lado este programa, não o apresentando ao conjunto do movimento e não dando a batalha para conquistar cada vez mais para estas posições setores de jovens e trabalhadores, disputando-os com as direções pacifistas, burguesas, reformistas etc. Mais ainda, a transformação do caráter da guerra do Iraque, o exige como uma necessidade cada vez mais imperiosa. Ao contrário desse posicionamento, para Achcar é “um princípio” dar a batalha para que esse programa não alcance sua influência e, como vimos, luta por esse “princípio” no interior do movimento antiguerra.

### A “onda oportunista”

Lamentavelmente, as posições de Achcar e de sua organização não se constituem em caso isolado. São parte de uma “onda oportunista” que tem levado a maioria da esquerda a abandonar o programa revolucionário e a adotar posturas cada vez mais adaptadas às da “democracia imperialista” (ver artigo de Martín Hernández na revista **Marxismo Vivo** nº 9 e 10). No caso concreto do SU, segue cada vez mais (como a “sombra esquerda”) as posições do imperialismo europeu. Nas mesmas cartas que agora utilizamos para polemizar, Achcar chegou a apoiar de fato as eleições fraudulentas realizadas no Iraque, afirmando que estas eram “as primeiras eleições pluralistas depois de décadas de despotismo no país”. As características do novo governo iraquiano, nascido destas eleições (um governo títere que integra um regime colonial sustentado por milhares de soldados ocupantes) falam por si só deste suposto “pluralismo”.

Não é casual que estas posições se expressem agora, quando os governos imperialistas da França e Alemanha (que haviam se contraposto à decisão unilateral de Bush de invadir o Iraque em 2003) se aliam novamente a Bush, apoiando a saída eleitoral e a posse de um novo governo no Iraque, com o apoio da ONU, na tentativa de evitar uma derrota dos ianques e de buscar uma saída para o atoleiro no qual se encontra metido Bush neste país.

De nossa parte, seguimos a batalha contra a “onda oportunista”. No Iraque, isso nos leva a sentir-se parte e apoiar incondicionalmente a heróica luta de seu povo. No terreno teórico e programático, defendemos o valioso capital que nos deixaram, com suas elaborações, Marx, Lenin e Trotsky. ■

# Ir ou não ir além da CUT? Uma polêmica sindical em perspectiva histórica



VALÉRIO  
ARCARY

No Brasil, nos últimos quinze anos, se consolidou uma situação peculiar de unicidade sindical pela base - um só sindicato por categoria e por base territorial - e de pluralidade de centrais sindicais, com a existência da Central Única dos Trabalhadores - CUT, da Força Sindical e outras menores. Nenhuma dessas centrais jamais se preocupou em avançar, um milímetro que fosse, qualquer proposta de unificação. Muito ao contrário. Hoje, a CUT e a Força Sindical estão apoiando a “Reforma” Sindical do Governo Lula da Silva, visando criar um dispositivo legal que favorece a divisão dos sindicatos de base. No entanto, quando o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos ousou propor a ruptura organizada com a CUT, com a construção da Coordenação Nacional de Lutas - CONLUTAS - no encontro de Luziânia em março de 2004, uma áspera luta político-sindical se abriu.

O desenlace das turbulências que estão mudando a configuração do movimento operário e sindical só estará claro, possivelmente, em alguns anos. Mas ninguém deveria duvidar que a crise do movimento sindical é muito séria. Quando não desprezam, os trabalhadores desconfiam da amplíssima maioria dos dirigentes sindicais. Já as centrais, essas são ignoradas na maioria das vezes. Não só porque, como aconteceu com a esquerda eleitoral brasileira ao longo dos vinte anos que nos separam do fim da ditadura, a pressão corruptora e cooptadora do Estado – e ou das grandes corporações capitalistas – foi devastadora, levando a uma burocratização sem freios. Mas também porque nos últimos dez anos, em função de uma longa situação defensiva, os sindicatos se esvaziaram.

A rotina sindical e eleitoral de duas décadas devorou o que existiu de impulso anticapitalista no compromisso dos que fizeram suas primeiras experiências de luta nos anos oitenta. Existem hoje no Brasil, considerando todas as centrais, cerca de 100.000 dirigentes sindicais, talvez menos, quase todos liberados do trabalho, e sem qualquer controle de suas bases há muitos anos. Os números absolutos parecem imponentes, mas não deveriam impressionar. A força do aparelho não esconde a sua fraqueza política. Ninguém deveria se enganar sobre o significado do tamanho desse aparelho. Se o considerarmos de forma comparativa e proporcional às dimensões da classe trabalhadora em outros países, descobriremos que a CUT, a grande central que esteve à frente da maioria das lutas no país campeão mundial de horas de greve dos anos oitenta, sofre hoje de acentuado nanismo. Só o aparelho cresce, porque a iniciativa da burocracia sindical cutista, considerando as condições de vida dos trabalhadores – pelo menos sessenta milhões nas cidades, dos quais metade na informalidade – é retórica, senão nula.

As centrais sindicais são a cúpula de um edifício tão pomposo quanto frágil. Uma implantação social e iniciativa política tão débil que a burguesia brasileira não teve maiores dificuldades em as absorver à governabilidade do regime. Isso foi assim porque elas representam muito pouco na prática, se considerarmos as forças do proletariado brasileiro – um dos mais jovens, concentrados, e que evoluiu em seu nível cultural – ou se avaliarmos, também, o que foi o protagonismo de pelo menos meio milhão de ativistas sindicais nas lutas entre 1983 e 1990.

O governo Lula está mexendo as peças em um tabuleiro que estava prisioneiro de sua própria inércia. A burguesia pressiona porque quer associar a “Reforma” Sindical à “Reforma” Trabalhista. A primeira é indissociável da segunda. A violência do ataque é tão grande que leva parte das forças mais acomodadas a ensaiar alguma reação. Divisões dilaceram a própria Articulação Sindical, a corrente sindical ligada ao PT que majoritariamente dirige a CUT. A Corrente Sindical Classista anunciou sua oposição à “Reforma” Sindical, mas defende a permanência na CUT enquanto o partido que inspira a maioria dos seus dirigentes – o PCdoB – mantém posições chave e até ministros no Governo Lula da Silva. A antiga Esquerda Cutista, com uma influência que remete aos melhores momentos da vaga de ascenso operário popular dos anos oitenta, quando seus dirigentes se provaram, se dividiu em três blocos. Um setor, a CSD, próxima à tendência Democracia Socialista do PT, se uniu à Articulação Sindical e oferece apoio ao governo. Outro se manteve em um campo de oposição ao governo e



muitos de seus dirigentes se desligaram do PT<sup>1</sup> mas continuam na CUT. Essa é, essencialmente, também, a bizarra e, porque não, até surpreendente posição do PCO, a Causa Operária, apesar de uma retórica histriônica. Finalmente, um terceiro campo vem unindo os que decidiram romper com a CUT, com a importante decisão do congresso do Andes, ainda que nem todos tenham se decidido se somar à formação da CONLUTAS.

## **O problema da unidade em uma perspectiva histórica**

A previsível polêmica foi o suficiente para fazer ressurgir o argumento de que a divisão de uma central sindical como a CUT só poderia ter um efeito desorganizador. Sendo tão difícil a luta pela construção da unidade na ação dos sindicatos e da própria classe, não seria uma temeridade a proposta de desfiliação dos sindicatos da CUT e a construção de um novo pólo intersindical para a coordenação das lutas? O argumento em defesa da unidade incondicional de todos os sindicatos em uma só Central para defender melhor a classe, independente da situação política de cada movimento operário concreto, apela ao bom senso mas não encontra respaldo nem na História nem na situação política brasileira atual.

A História demonstra que em situações mais tensas da luta de classes - como a brasileira após a eleição de Lula - as velhas centrais sindicais foram freqüentemente um obstáculo para a luta e, em conseqüência, foram perdendo suas bases sociais, quando se deixaram atrelar a governos e passaram a defendê-los, e não aos trabalhadores. O alinhamento com os governos fez as centrais perderem sua utilidade como instrumento de luta, abrindo-se vácuos político-sindicais onde surgiram novas formas de organização como espaços de frente única, mais ágeis ou mais próximas do controle das bases. Os cordões industriais no Chile, quando do governo Allende, ou as comissões de fábrica que se articulavam sob critérios regionais em Portugal, durante a Revolução, entre 1974 e 1975, são dois exemplos do que estamos nos referindo. Na Revolução Espanhola se consolidaram várias centrais: a UGT, sobre influência do PSOE e a CNT, onde os anarquistas eram majoritários. Tais novos organismos podem se desenvolver em cooperação, alternativa política ou paralelamente, mas sempre respondem às novas necessidades de representação.

No Brasil, a própria CUT nasceu em oposição ao que foi o imobilismo da maioria dos aparelhos sindicais, depois do impasse da iniciativa dos CONCLAT'S no início dos anos oitenta. O processo de desilusão com o governo Lula da Silva tem sido, nos últimos dois anos, acompanhado por um crescimento da indignação com a impotência da CUT, que só não foi mais acelerado até agora porque ainda não se iniciou uma grande vaga nacional unificada de lutas. Uma onda unificada de luta em um país continental como o Brasil depende, porém, em

---

<sup>1</sup> Jorge Martins, da Executiva Nacional da CUT e do Sindicato dos Sapateiros de Franca, foi um dos signatários do Manifesto de desfiliação do PT lançado no FSM de 2005 e critica a proposta dos Metalúrgicos de São José dos Campos, defendendo a permanência na CUT: "Com sua saída da CUT, esses pequenos setores, que cumpriram importante papel na luta sindical dos últimos anos, abandonam o embate interno levado a cabo há anos e deixam o caminho mais livre para acelerar a adesão às políticas governamentais - o que deixa eufóricos o governo e os governistas da CUT". "Quebrar a disciplina do silêncio" in Debate Socialista, São Paulo, Ano I, n 0, janeiro de 2005, p.33

grande medida, da existência de uma organização também nacional. Essa ruptura de massas com a CUT, apesar da resistência aos efeitos da política de Lula da Silva ter se concentrado em setores mais organizados, já começou e independe, essencialmente, da ação de qualquer organização. Poderá evoluir, entretanto, em direções muito diferentes, com signos progressivos ou regressivos, dependendo da incidência de inúmeros fatores, entre os quais o papel das correntes sindicais mais combativas não é o menor. Estamos diante de uma experiência partilhada por milhões de trabalhadores e jovens, que estão retirando conclusões sobre o governo Lula da Silva e sobre a atitude dos dirigentes da CUT a partir dos fatos que se sucedem. Estão submetidos à pressão da realidade e às interpretações mais variadas. Mas que tenham perdido, ou estejam perdendo a confiança na direção da CUT, é uma conclusão incontornável.

Poderia ser ponderado que mesmo com a cumplicidade diante do Governo Lula da Silva, e mesmo com a associação com o projeto da “Reforma” Sindical, a CUT ainda permanece como a principal referência de massas entre os setores organizados. Este argumento ignora a tendência do processo: a CUT é uma central em dinâmica de afirmação, como nos anos oitenta, ou em decadência e cada vez mais desprestigiada? Parece um bom critério olhar a situação concreta. Nem citemos, porque muito conhecido, o que pensam os ativistas do funcionalismo que viveram a greve contra a “Reforma” da Previdência em 2003. Mas que conclusões podem ser tiradas das assembleias dos bancários de São Paulo, ocorridas em sua recente greve que durou um mês, quando a direção do sindicato – um dos três pilares da CUT junto à APEOESP e aos Metalúrgicos de São Bernardo – foi vaiada num contexto de iradas manifestações contra a CUT? Que conclusão tirar do fato da maioria das subsedes da Grande São Paulo da APEOESP serem dirigidas pela oposição sindical de esquerda? O que nos diz o fato de, na fábrica da Volkswagen localizada na Via Anchieta, a recente eleição da comissão de fábrica resultou em mais de 45% - quase a metade - de representantes eleitos que não responderem ao mando de Luís Marinho, o presidente da CUT?

A superação da CUT não poderá ser, evidentemente, instantânea. Não haverá um colapso do aparelho. Mas não haverá, também, uma recuperação. Nem mesmo se Lula da Silva obtenha sua reeleição, uma vez que o compromisso da CUT é com a governabilidade, como ficou claríssimo desde o segundo mandato de FHC. Não obstante, uma nova intersindical terá, ao nascer, uma adesão minoritária e exige ousadia. O desafio tem, por suposto, riscos. No entanto, a mentalidade conservadora do “cálculo matemático” de custos e benefícios – uma espécie de “perdas zero” dos dirigentes sindicais – é uma pressão aparatista do período de refluxo que já acumula pelo menos dez anos. Nenhuma das forças da esquerda cutista passou impune por essas pressões. A avaliação de que a superação da CUT não será instantânea, contudo, quando se transforma em acusação, desvaloriza a prudente decisão do recente Encontro Nacional da CONLUTAS, realizado em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial, de não se precipitar a fundação imediata de uma nova central sindical.

Evidentemente, continua mais válido do que nunca o bom e velho critério de que os trabalhadores devem ser livres para se auto-organizar e de que os marxistas devem lutar para os sindicatos de base serem os mais massivos e

unitários possíveis. Ocorre que a CUT não é um sindicato, mas uma federação de sindicatos. Nenhum trabalhador é filiado à CUT individualmente. Pior, não é uma central sindical qualquer, ou em qualquer situação política. A CUT é, desde a posse de Lula da Silva, a mais governista de todas as centrais brasileiras e, portanto, a mais perigosa. Nisso reside toda a questão estratégica. Iniciar a construção de um novo instrumento de luta intersindical, exterior e contra a CUT é, portanto, uma proposta muito diferente de romper os sindicatos de massas que existem, e que ainda são o campo onde se pode construir a frente única para lutar mesmo quando a Articulação Sindical seja maioria nas diretorias, como ficou claro na greve nacional bancária de 2004. Quis a ironia da história que a defesa do caráter de massas dos sindicatos unitários - que ainda são os instrumentos de luta mais importantes da classe trabalhadora - dependerá em muito do rompimento da CUT e da formação de uma estrutura intersindical a ela exterior.

Os últimos quinze anos foram um intervalo durante o qual parece forçoso admitir que só muito excepcionalmente a CUT significou um espaço de frente única para lutar, predominando uma crítica apenas retórica aos terríveis ataques que vitimaram a classe trabalhadora. Permanecer na CUT durante esse tempo foi uma imposição da experiência dos trabalhadores. Não era possível construir um ponto de apoio superior à CUT. Mas defender a permanência na CUT depois que Lula da Silva chegou ao governo significa renunciar à mobilização para defender os trabalhadores. Desprezar a experiência que os trabalhadores já estão fazendo e abortar a possibilidade de afirmação de um pólo classista que está nascendo com peso de massas não é somente um erro mas, objetivamente, cumplicidade com o governo.

Não surpreende que a direção da CUT se preocupe em evitar que as mobilizações de massas, quando não as consegue bloquear, como durante a resistência do funcionalismo federal à “Reforma” da Previdência, se radicalizem contra o governo. Isso é assim porque a direção da CUT defende o governo e está associada, umbilicalmente, à proposta de “Reforma” Sindical que, ela sim, prepara o caminho para uma divisão de boa parte dos sindicatos de base.

## **Uma discussão de máxima gravidade**

Quando estamos diante de grandes mudanças - e a pressão estatizante sobre a CUT, que vem de longe mas que deu um salto de qualidade é umas dessas grandes mudanças - surgem decisões difíceis. Em tais situações é um péssimo critério deixar o passado governar o presente. É o futuro, a dinâmica do novo, que ilumina o caminho, enquanto construímos um caminho. Crises sempre carregam consigo perigos e oportunidades.

Muitos concordariam com o exposto acima mas argumentariam que a nova situação de desgaste do petismo/lulismo/cutismo favorecerá uma luta interna para libertar a CUT da sua atual direção, a Articulação Sindical. O argumento parece razoável mas, de novo, não tem respaldo, nem na tradição marxista, nem na experiência histórica internacional, nem na própria trajetória política da esquerda cutista na década dos noventa.

Os argumentos de autoridade não devem ser os mais importantes, mas não se encontrará na tradição marxista qualquer referência que sustente a defesa

incondicional da permanência em uma central sindical. O marxismo é, por definição, avesso às normatizações apriorísticas, já que a História não se repete e cada situação é um contexto que deve ser apreciado em sua própria complexidade. O dogmatismo é sempre perigoso, mas especialmente nocivo quando estudamos as possibilidades de intervenção em organismos de representação indireta das massas. O que as correntes revolucionárias sempre defenderam – desde a esquerda internacionalista da Segunda Internacional até às resoluções dos primeiros congressos da Terceira Internacional – foi a presença nos sindicatos de base, mesmo quando as direções destes sindicatos eram burocráticas, desde que os trabalhadores reconhecessem esses sindicatos como os seus. O critério decisivo da escolha dos espaços a serem priorizados sempre foi a resposta à pergunta: para onde vão as massas em seu movimento de luta, em especial os setores mais combativos? Foi a observação de tal critério que motivou, inúmeras vezes, a presença dos revolucionários em mais de uma central, condicionados pela filiação dos seus sindicatos de base.

Não parece surpreendente que existam muitas páginas dos clássicos insistindo na presença dos comunistas nos sindicatos com influência de massas, mesmo com maioria reformista na direção. No início dos anos vinte, quando ocorreu o bloqueio da vaga revolucionária que se iniciou em Petrogrado e se fechou em Berlim, numa seqüência de derrotas, portanto, Lenin estava polemizando contra pressões ultra-esquerdistas e ou sectárias, freqüentes entre os partidos que se uniram à Terceira Internacional, muitas vezes formados por uma maioria de líderes operários que vinham do anarquismo. Trotsky voltou ao mesmo tema nos anos trinta, depois da ascensão de Hitler, porque nas fileiras das organizações anti-estalinistas predominavam ativistas jovens ou intelectuais quase sempre com pouca experiência no movimento operário. Interpretar tais formulações fora desse contexto não é razoável. Esse é o maior perigo que a esquerda vive hoje no Brasil? Quando mais de 90% dos quadros da geração dos anos oitenta se acomodaram aos cargos e se renderam diante do governo Lula da Silva? Nunca existiu, nem para Marx, nem para Lenin, nem para Rosa, Trotsky ou Gramsci, um décimo primeiro mandamento que prescrevesse lealdade incondicional a uma central sindical.

Por outro lado, se o critério forem as condições para derrotar a burocracia sindical, elas ficaram mais difíceis depois da chegada de Lula da Silva ao Planalto, e não mais fáceis. Não parece muito misterioso compreender porque é assim. Há muito que o Estado brasileiro vem exercendo pressão no sentido de integrar a CUT – as outras Centrais sempre foram descaradamente financiadas pelo Estado – ao regime democrático-liberal como uma de suas “parceiras da sociedade civil”. Um papel de cumplicidade com a governabilidade do regime ao qual a direção da CUT não ofereceu qualquer resistência. O aparelho da central, assim, foi se tornando mais e mais promiscuamente “estatizado” e inexpugnável e o salto de qualidade ocorreu quando Lula da Silva chegou ao poder. O governo está interessado em preservá-la a qualquer preço, consciente do seu desgaste, e o fará, como em outros países, reforçando o acesso da central ao mercado financeiro, por exemplo via fundos de pensão. Ex-dirigentes da CUT ocupam cargos em quase todas as agências de regulação, presidindo-as em muitos casos. Um deles é Ministro do Trabalho. Existe uma máquina eleitoral que

visa transformar ex-presidentes em deputados. Vale lembrar ainda as representações remuneradas em conselhos de empresas estatais e a participação da CUT em todos os tipos de “conselho”. Por último, mas não menos importante, temos a “mãe” de todas as dependências estruturais do Estado, o generoso dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT.

Não fosse isso o bastante, não se deve subestimar que os estatutos da Central foram mudados – e continuarão sendo corrigidos quando necessário – de tal maneira que será praticamente impossível constituir uma oposição classista que possa ser maioria. O destino da esquerda cutista que, por teimosia, insiste em defender a CUT mesmo sendo oposição a Lula da Silva, será o de ser uma eterna minoria que oferecerá, mesmo involuntariamente, uma aparência de legitimidade democrática às instâncias que a Articulação Sindical precisa preservar.

Os que encaram com reservas o desafio de ir além da CUT se perguntam, com razão, se já existem condições de construir um novo instrumento de luta. Entre todas, esta parece ser a questão decisiva. A ruptura com a CUT está sendo vivida por amplos setores de massas, mas a construção de um novo pólo ainda é de vanguarda. Identifiquemos o desafio: o combate pela mobilização dos trabalhadores, exterior à CUT, pode se desenvolver em melhores condições? A esquerda classista terá mais eficácia, por dentro da CUT ou por fora, em seu esforço de resistência à ofensiva do Governo pela “Reforma” Sindical e pela “Reforma” Trabalhista que virá, possivelmente, na seqüência?<sup>2</sup> Ocorre que essa pergunta não pode ser respondida sem imensas margens de erro, porque depende da flutuação das relações sociais e políticas de forças. Elas não são estáticas, se transformam permanentemente, e o peso que a esquerda classista já possui de conjunto é um fator objetivo. Essas relações de forças serão alteradas, portanto, dependendo da dinâmica maior ou menor do próprio processo de ruptura, considerando-se a dimensão, impacto, iniciativa e, sobretudo, a capacidade do novo pólo intersindical de abrir um caminho para a luta de massas. Um instrumento mais útil do que a CUT pode ser erguido com até menos sindicatos dos que se uniram em 1983 para fundá-la, na condição de ser uma organização de frente única que ocupe um espaço na vaga de lutas que é necessário preparar.

A insistência de grande parte da esquerda cutista sugere que a ruptura das lideranças sindicais com a CUT será tão lenta quanto a ruptura da esquerda do PT com o governo Lula. Este giro, contudo, será decisivo para o movimento operário e sindical brasileiro, em uma proporção tão grande se não superior.

<sup>2</sup> A posição da Presidenta do ANDES-SN, Marina Barbosa, militante do PSOL, condicionava a ruptura com a CUT à aprovação da reforma sindical. O ANDES-SN tem sido um dos sindicatos mais independentes na relação com o governo do PT, vanguarda na resistência, e aprovou a sua desfiliação da CUT em recente congresso, fevereiro de 2005: “A reforma sindical em curso, além de dar poder concentrado às cúpulas das Centrais sindicais, vai dividir os sindicatos. Se isso acontecer, sua aprovação será o limite máximo para a permanência na CUT de todos os que defendem um sindicalismo de luta e democrático.” Marina Barbosa e Paulo Pasin, “Novo ciclo na História do sindicalismo do país”, in Debate Socialista, São Paulo, Ano I, n 0, janeiro de 2005, p.30.

## **Estratégias devem governar as táticas e não o contrário**

Em uma perspectiva histórica, o esforço das classes populares pela construção de suas lutas esteve inscrito em duas estratégias alternativas: a estratégia de reformar a ordem existente ou a estratégia da conquista do poder. A primeira nunca foi mais que uma estratégia de pressão sobre as classes dominantes para conseguir algumas reivindicações, e ficou imortalizada na fórmula ambígua da “acumulação de forças”, cujos direitos autorais podem ser atribuídos à socialdemocracia alemã de cem anos atrás. Estas pressões poderiam ser bem sucedidas tanto com a presença do partido operário na oposição como em governos de colaboração de classes. Ocorre que o reformismo contemporâneo – em função da época histórica da crise do capitalismo – é um reformismo de contra-reformas. Quando chegaram ao poder, nem Walesa na Polônia, nem Mandela na África do Sul, nem agora Lula da Silva, realizaram concessões. As reivindicações mais elementares, como planos de emergência contra o desemprego, elevação dos salários mínimos, ou defesa dos serviços públicos universais de educação e saúde, não foram atendidas. O balanço das políticas sociais compensatórias, como o Fome Zero, não resiste, pelo menos entre socialistas, cinco minutos de pé.

A segunda estratégia, a revolucionária, consistia em procurar, em cada situação, mesmo as mais adversas, as vias para alterar a relação de forças sociais e políticas a favor dos trabalhadores – abreviando o caminho para a revolução. Tal estratégia tem duas dimensões indivisíveis. A primeira é a da disputa de projetos – a luta de idéias – para tentar afirmar os interesses dos trabalhadores, conquistando hegemonia e atraindo a maioria do povo para a necessidade da luta pelo poder. Esse é o sentido da máxima leninista: “fora do poder, tudo é ilusão”. Se a classe trabalhadora não desenvolver “instinto de poder” – a percepção de que é a força social mais poderosa e deve governar – não há projeto socialista.

A outra dimensão é a luta pela construção de uma expressão e representação sindical ou política independente, as superestruturas “institucionais” próprias, as lideranças organizadas em coletivos ou o material humano que será portavoz e organizador do combate da classe. Contribuir na formação dessas lideranças autênticas da luta pela libertação proletária é a vocação de todas as organizações marxistas sérias. Nessa perspectiva, para os marxistas, todas as organizações de massas são transitórias – são um instrumento ao serviço da aprendizagem dos limites da estratégia reformista – e merecem ser defendidas, tão somente, enquanto forem úteis para lutar. O fetiche de qualquer forma organizativa é uma arbitrariedade dogmática, uma perspectiva esquemática e portanto despolitizadora, exterior à dinâmica concreta da luta de classes.

Já se disse que uma das premissas do marxismo é que se o proletariado for “egoísta”, isto é, se for até ao fim na defesa dos seus interesses de classe, estará defendendo a universalidade dos interesses da maioria do povo, de cuja sorte depende a vitória de uma saída anticapitalista para a crise. Também já sabemos que o proletariado é social, cultural, e até geracionalmente heterogêneo e que a construção da unidade para lutar contra inimigos comuns depende de um processo de aprendizagem e, mais importante, conquista de confiança em si pró-

prio, coisa que não é simples. Não deveria, portanto, ser uma surpresa muito grande se a experiência com organizações como a CUT vier a ter ritmos desiguais, assim como a experiência com o velho peleguismo nos idos dos anos oitenta os teve. A questão é saber se a esquerda classista estará impulsionando ou bloqueando a ruptura.

Os líderes que se afirmaram por fora das lutas, ou desviando as lutas, tiveram sempre uma existência artificial mas não necessariamente breve ou inofensiva, uma vez que foram fomentados pelos inimigos sociais do proletariado. Que a CUT seja hoje uma estufa de formação de chefes burocráticos corruptos não faz dela um pólo de atração dos jovens ativistas e não surpreende que desperte repulsa entre os trabalhadores que lutam organizadamente por seus direitos.

Foi negligenciado, também, freqüentemente, o tema das relações da classe trabalhadora com a sua vanguarda, entendida como aqueles elementos mais ativos e determinados que nascem espontaneamente em cada combate mais sério e se colocam na primeira linha da defesa dos interesses da maioria. Todas as classes ou frações de classe exploradas e oprimidas geram nas lutas sociais um setor mais avançado - mais disposto ao sacrifício - que surge como liderança e conquista autoridade político-moral pela sua capacidade de traduzir em idéias e ações as aspirações da massa. Foi nesse material humano que se selecionaram, ao longo da História, as lideranças das classes populares.

Já a burguesia, como as outras classes proprietárias da História, descobriu outros caminhos para resolver o problema da formação dos seus quadros dirigentes. Quando não os encontram em suas fileiras - pela tradição de comando ou pela seleção de talentos - vai buscá-los na "inteligência disponível", remunerando-os muito bem.

O proletariado e as classes populares não podem depender desse recurso. Embora a força de atração de uma classe explorada se expresse, também, colateralmente, na capacidade de atrair para a sua causa os quadros mais sensíveis e abnegados que rompem ideologicamente com sua classe de origem, os trabalhadores têm que formar as suas lideranças, arduamente, nas lutas. Em condições de normalidade política, ou seja, de defensiva, os sujeitos sociais subalternos não geram uma vanguarda ativista muito ampla. Se a maioria dessa vanguarda não encontra um ponto de apoio, se desmoralizará. Esperar que a CUT possa vir a ser este ponto de apoio, como nos anos oitenta, é um delírio. Acreditar que por dentro da CUT se pode afirmar esse pólo com visibilidade é uma ilusão.

## **Classe, vanguarda e direção**

A vanguarda das lutas, as lideranças enraizadas nas fábricas, escolas, empresas, bairros ou faculdades, só se formam nos processos de mobilização, e podem ou não avançar até à organização sindical e política permanente. Freqüentemente, uma maioria desta vanguarda retrocede ao final da luta, em maior medida se esta for derrotada. A vanguarda é um fenômeno, no sentido de que é um fator subjetivo da realidade em movimento, e pode tanto se organizar em uma super-estrutura já existente, quanto pode voltar a se integrar na massa e abandonar a luta ativa ao final do combate. Muitos "entregam os pontos",

como sabemos, porque se dão conta do perigo das represálias. No entanto, na medida em que o impulso da luta for maior e mais consistente, a vanguarda se sentirá estimulada a aprender as lições das lutas anteriores. Procurará, então, se educar politicamente e fará mais relações entre os fins e os meios, isto é, entre estratégia e tática, escolhendo a adesão a um partido e ou sindicato como via para a sua própria construção como liderança permanente.

Entretanto, nesse processo, a vanguarda vive um conflito que pode se resolver, esquematicamente, de três maneiras. O conflito é a luta, em um certo sentido contra si mesma, para elevar-se acima das angústias e impressionismos das massas que hesitam, vacilam e retrocedem durante as mobilizações, para depois voltar a avançar, e depois voltar a retroceder. Não é incomum que a vanguarda se exaspere diante destas fraquezas das massas – uma compreensível insegurança de quem vive do trabalho e depende somente da solidariedade - e desenvolva um sentimento de frustração e decepção em relação aos seus representados. Esse sentimento conduz, grosso modo, a três atitudes diferentes. Uma parte da vanguarda fica tão desmoralizada com as limitações das massas em luta que abandona o combate e desiste de tudo, guardando um ressentimento tão grande contra sua própria base social quanto o ódio de classe que possui. Outra parte, amargurada com o recuo das massas, se separa destas e se inclina por ações isoladas e exemplares, pretendendo decidir sozinha a sorte dos combates. E uma terceira camada escolhe o caminho de avançar junto com a massa e recuar, também, junto com ela, visando ajudá-la a aprender as lições da luta e garantir melhores condições de organização nos combates que se colocarão no futuro.

Se esta vanguarda encontra, durante a luta, um ponto de apoio para a sua formação como liderança de massas, uma boa parte dela pode se preservar e se organizar permanentemente - se educar, sem precisar recomeçar tudo do princípio - e se construir como direção para combater em melhores condições na luta seguinte. Mas, se não encontrar uma referência, a maior parte das lideranças “naturais” se perderá e será necessário um novo ciclo de lutas para que possa se formar uma nova geração de ativistas. A CUT foi essa referência nos anos oitenta mas certamente hoje não é mais. A questão decisiva é considerar, portanto, se o melhor do movimento sindical brasileiro não está atrasado na construção de uma nova referência. Este processo de seleção “selvagem” de lideranças, em que uma incrível quantidade de energias se desperdiça, tem sido na última década uma das maiores dificuldades da construção de uma subjetividade do proletariado.

Também se poderia dizer que a construção de um novo instrumento de luta, da qual a CONLUTAS pretende ser um embrião, elevaria de tal maneira a violência da disputa interna ao movimento sindical - já muito crispada - que afastaria os ativistas inexperientes, sendo portanto contraproducente. Se várias tendências sindicais competem umas contra as outras para conquistar maior influência, é previsível que a vanguarda, em um primeiro momento, se enerve contra todas elas, simplesmente por lhe ser difícil compreender quais são as diferenças que as separam, sejam elas moderadas ou radicais. Mas, os militantes sindicais aprendem rapidamente a distinguir quais são as reais opções em confronto e nada pode substituir a prática democrática da apresentação das diferentes posições. Não há um atalho indolor.



Por suposto que a unidade sindical na esfera das centrais, e com muito mais razão na dos sindicatos, é uma arma que favorece as condições de mobilização das amplas massas dos trabalhadores, mas tal é uma conclusão apriorística e esquemática quando hierarquizada como um princípio acima das necessidades concretas da luta. A defesa inflexível da unicidade sindical foi freqüentemente o esconderijo onde inúmeras burocracias sindicais, em especial aquelas que usam os métodos do monolitismo para se manterem eternizadas à frente de seus aparelhos, camuflam seu imobilismo. Todos juntos mas paralisados em reunião permanente ou, como alertava Rosa Luxemburgo, “de punhos fechados mas com as mãos nos bolsos”. Os que, inspirados na tradição socialista, condenam a proposta de ruptura com a CUT, esgrimem vários argumentos que consideramos neste artigo, sendo o mais ácido a crítica ao que seria uma aventura sectária, uma ficção ou uma tendência ao gueto<sup>3</sup>. Mas o desafio pode ser colocado em termos inversos: qual foi o destino dos sindicalistas do PCB e do PCdoB que em 1983, insistiram em ficar ao lado de Joaquinção e recusaram unir-se à CUT em formação? Quem se aproximou das massas? Os que ficaram associados à velha pelegada que ainda controlava a maioria dos sindicatos ou os que se uniram à CUT? E qual é hoje a opinião da vanguarda jovem em relação aos atuais dirigentes da CUT? A opinião da vanguarda atual acerca de Luiz Marinho é qualitativamente diferente da opinião que a vanguarda tinha de Joaquinção em sua época?

Esta linha de raciocínio é, todavia, somente uma forma mais elegante de diminuir o significado da CONLUTAS, acusando-a injustamente de ser uma colateral do PSTU. Estamos diante de um prognóstico terrível, quase uma maldição lançada ao futuro. Se vier a ser assim, a iniciativa de reorganização que a CONLUTAS representa teria fracassado por antecipação. No entanto, quem conhece o abecedário do movimento sindical sabe que a CONLUTAS, mesmo minoritária, já nasceu muito mais ampla do que é hoje a influência dos sindicalistas do PSTU, contando com líderes sindicais vinculados ao PSOL, ao PT, a outras organizações ou não filiados a partidos.

A acusação da partidarização não é, todavia, nem inocente nem irrelevante. Poderá ter efeitos devastadores, considerando-se o desgaste que a forma partido tem hoje no Brasil - muito em função da repulsa ao acomodamento dos chefes do PT ao que de mais podre ocorre na política eleitoral burguesa. Os precedentes de tal acusação são péssimos. Não foi em outra direção o dedo que o governo Sarney e seus aliados levantaram contra a CUT nos anos oitenta. Se a influência dos militantes sindicais do PSTU é grande na CONLUTAS e não pode ser ignorada, isso independe de sua vontade. A vocação da nova intersindical ou central que deverá ser erguida, contudo, é a de um espaço de frente única o mais amplo possível, que vá mais além do movimento sindical estrito senso, envolvendo também os movimentos populares urbanos e rurais e o movimento estudantil.

<sup>3</sup> Outra vez Jorge Martins: “Temos ainda a CONLUTAS, experiência surgida em março de 2004 com o objetivo inicial de criar um “pólo de resistência”. A CONLUTAS, no entanto, foi geneticamente modificada, transformou-se num movimento de formação de um novo aparelho ou Central. (...) O fato da CONLUTAS ter sido aparelhada de maneira grosseira, com alto grau de sectarismo e com tendência de “gueto”, matou na origem uma iniciativa que poderia ter sido importante na aglutinação dos socialistas e lutadores da CUT e fora dela.” Quebrar a disciplina do silêncio”, in Debate Socialista, São Paulo, Ano I, n 0, janeiro de 2005, p.32/33.

Poderia ser argumentado que a relação da vanguarda “emergente” com as organizações sindicais pré-existentes, como a CUT, que expressam a tradição anterior de organização das classes populares, recomendaria prudência, uma vez que a nova geração procurará necessariamente o que existe há mais tempo como referência, condenando uma nova central a uma posição minoritária. Seria tolice ignorar que existem riscos. A própria CUT foi minoritária por algum tempo nos anos oitenta, o que não diminuiu o acerto que foi a sua fundação contra os pelegos em 1983.

Há situações extraordinárias, contudo, em que a nova vanguarda não se sente identificada ou representada pela direção majoritária pré-existente. Diante de grandes acontecimentos, excepcionais, muito raros, e somente nesses contextos, pode ocorrer uma mudança qualitativa da representação política dos trabalhadores. O fiasco colossal do Governo Lula da Silva é um desses momentos. Nessas circunstâncias, abre-se um período de disputa aberta pela direção da classe, de “rebelião de base”, de reorganização sindical e política. Um período assim só se abre depois de esgotada toda uma experiência histórica e exige, muito além de argumentos ou, com mais razão, da repetição de velhos argumentos copiados, a força inapelável de grandes eventos. No Brasil assistimos a um processo deste tipo entre 1978 e 1984, quando a velha direção do PCB e dos líderes educados sob sua influência foi substituída em grande medida pelo que veio a ser o PT e a CUT. Com a eleição de Lula da Silva e as terríveis decepções que torturam a geração que viveu os anos oitenta, abriu-se uma nova etapa ou ciclo na história do movimento operário brasileiro. Esse processo não poderia ocorrer de forma indolor e sem uma enorme confusão, com diferenças de ritmos e experiências, mas é inexorável. Aquilo que ficou velho e degenerado, o PT e a CUT, precisa sucumbir. O novo precisa se afirmar.

## **A esquerda cutista diante de uma encruzilhada decisiva**

Um outro aspecto político-cultural merece nossa atenção. As relações entre sujeitos políticos e sociais não pode ser harmoniosa, já que todas as classes são socialmente heterogêneas e a disputa pela direção é um processo exasperado. O movimento operário dos últimos cento e cinquenta anos à escala internacional esteve dividido, grosso modo, em três grandes correntes históricas: a reformista, a centrista e a revolucionária.

Em situações defensivas, os reformistas foram sempre esmagadora maioria, e os centristas permaneceram em sua órbita de atração, enquanto os revolucionários eram minoria. Só em situações revolucionárias as idéias anti-capitalistas podem conquistar maioria. Ocorre que esse processo depende, e muito, da capacidade das forças revolucionárias vencerem obstáculos que estão inscritos, por ironia da vida, na sua própria História. Expliquemo-nos: já foi dito que a maior maldição dos revolucionários é a de passar décadas à espera de uma situação revolucionária e não a reconhecer quando ela começa a se desenhar em frente dos seus olhos. Parece incompreensível mas, no entanto, é freqüentemente assim.

A experiência histórica sugere que acontece uma inversão no descompasso relativo das relações políticas das massas trabalhadoras e suas organizações,

quando se abre uma situação revolucionária. Em situações reacionárias, em que as pressões sociais hostis são imensas, as direções dos partidos marxistas-revolucionários estão tendencialmente à “esquerda” das suas bases, estes militantes estão à “esquerda” da vanguarda e a vanguarda está, por sua vez, à “esquerda” das massas.

Sabemos como este processo de deslocamento pode conduzir, involuntariamente, a um “exílio social” dos revolucionários em relação à massa dos trabalhadores, o que favorece pressões doutrinárias e, marginalmente, até “patologias” sectárias. Os “nomadismos” intelectuais e as “diásporas” políticas são conseqüências das inevitáveis rupturas que se precipitam em série.

Estas relações políticas entre representantes e representados se invertem, porém, quando as relações de força começam a mudar a favor dos trabalhadores e do povo. As massas giram abrupta e velozmente à “esquerda” e ultrapassam a sua vanguarda, e superam até mesmo as organizações revolucionárias que, pela pressão das forças de inércia política, reagem sempre atrasadas, tendencialmente, à evolução acelerada das relações de força. Se este processo se confirmou como um padrão em todas as revoluções urbanas, e atingiu seriamente até o bolchevismo, seria ingênuo imaginar que não voltaria a se repetir no futuro. Não estamos ainda em uma situação revolucionária no Brasil, mas não é difícil reconhecer, relembando o que foi a segunda metade dos anos noventa, olhando à nossa volta na América do Sul e perscrutando o longínquo Oriente Médio, que a realidade mudou e a relação de forças ficou mais favorável.

Ocorre que a inércia política, os acomodamentos mentais e um certo conservadorismo tático – além das pressões sociais hostis, que anos de baixa atividade sindical das massas não puderam contrabalançar - são uma das piores heranças dos anos de refluxo. Historicamente, não existe nada como as grandes lutas para que os líderes sintam a vigilância de suas bases. Não nos deveria surpreender, portanto, se muitas das forças mais combativas do movimento sindical e popular brasileiro ainda hesitam quando se trata de romper com as velhas organizações, como a CUT e o PT. Quantos milhares de ativistas de base honestos, contudo, já não estão se perguntando se não chegou a hora de romper com a CUT e o PT? Se os melhores militantes nas fábricas, nos acampamentos, nas empresas e escolas, já estão se fazendo essa pergunta, a hora dos seus chefes de dar um passo em frente já passou, e eles estão atrasados. Se não o fazem é porque sofrem a pressão do seu próprio passado. Um passado que os aprisiona e imobiliza. ■

# China: a resistência operária, camponesa e popular



GABRIEL  
MASSA

A importância da China hoje é evidente. O país figura em todas as capas de revista e em todos os debates políticos como a nova grande potência econômica mundial. Mas a verdade é bem outra. Apesar das imensas inversões que as multinacionais fazem na China, o país não se torna maior e mais rico, pelo contrário, se transforma em uma colônia cada dia mais submissa ao imperialismo. E apesar dos milhões de dólares, os milhões de empresas e milhões de produtos de toda qualidade que brotam como fungos do território chinês, os trabalhadores estão cada dia mais pobres. É o que indica o aumento das lutas e da resistência nas cidades e campos, como demonstra o artigo preparado por Gabriel Massa que publicamos a seguir.

A crescente dependência da China em relação ao imperialismo provoca um agravamento permanente das condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo, e dos pequenos camponeses. Isso vem gerando uma crescente resistência por parte dos trabalhadores, tanto das velhas empresas estatais como das novas indústrias, principalmente as do litoral, dos camponeses e de amplos setores populares – incluindo o movimento estudantil – por reivindicações econômicas e democráticas.

A resposta da burocracia do PCCh consiste em rechaçar sistematicamente as exigências operárias e populares – somente cedendo algumas concessões quando a própria luta não lhe deixa outra alternativa – e reprimir cada vez mais aos que se mobilizam, incluindo a repressão direta à mobilização, os aprisionamentos e detenções.

Longe de deter o ascenso das lutas, a repressão se converte num novo motivo de lutas, expressado em grandes mobilizações pela liberdade dos dirigentes detidos.

A resistência às imposições burocráticas teve uma de suas maiores expressões nas mobilizações da ex-colônia britânica, Hong Kong, devolvida à China em 1997, contra a imposição de leis repressivas.

Um artigo do jornal *Washington Post* de 15 de julho de 2003 informava: “Pensava-se que uma lei de segurança proposta pelo chefe do executivo da cidade, Tung Che-hwa, respaldado por Pequim – a qual os críticos diziam que liquidaria as liberdades civis– completaria a transformação de Hong Kong em simplesmente outra cidade chinesa a mais. Ao invés disso, galvanizou a oposição democrática e desatou a maior manifestação na China desde os protestos encabeçados pelos estudantes em 1989 na praça Tien An Men. Umhas 500 mil pessoas participaram da marcha no 1º de julho, durante o aniversário da devolução de Hong Kong à China, obrigando a prefeitura da cidade a amenizar e em seguida postergar a lei anti-subversiva”.

Com toda sua importância, esta imensa mobilização democrática em Hong Kong insere-se num processo de lutas ainda mais massivo, que percorre esse imenso país de 1300 milhões de habitantes. Os principais protagonistas desse processo, ao contrário de períodos anteriores, não são as forças defensoras de direitos humanos ou o movimento estudantil, mas sim as centenas de milhões de operários e camponeses, que protagonizam um poderoso ascenso de lutas por suas reivindicações específicas. Aqui tentamos sintetizar alguns aspectos desse ascenso.

## **As condições de vida e trabalho da velha classe operária**

Phil Mitchinson, em seu trabalho *China: revolução em preparação* (publicado na página eletrônica de En Defesa del Marxismo, 26 de abril de 2000) diz:

“O coração industrial do nordeste está vivendo uma explosão de desemprego. No passado, a planta na qual se trabalhava pagava-lhe o salário, dava-lhe moradia, educava-lhe os filhos, pagava-lhe a saúde da família e lhe dava uma aposentadoria. Agora a privatização e os fechamentos estão pondo um fim a tudo isso. Em 1995, por exemplo, Liaoning tinha uma população trabalhadora urbana de 12 milhões. De acordo com os critérios ocidentais, aproximadamente 329 mil seriam considerados desempregados. No fim de 1996 a cifra havia aumentado para 800 mil; no fim de 1997, para 1,8 milhões e, ao final de 1998, para 2,2 milhões, com outros 400 mil prontos para serem despedidos (...).”

“Milhões de pessoas continuam chegando do campo às cidades em busca de emprego. Esses trabalhadores migrantes inevitavelmente fazem os piores trabalhos. Isto deu lugar ao fenômeno das ‘dagongmei’, ‘as irmãszinhas trabalhadoras’, jovens mulheres trabalhadoras do campo. Estas jovens trabalham nas

piores condições, porém, são as afortunadas. Muitas são forçadas a se prostituir ou a viver como mendigas. Ninguém está seguro de exatamente quantos migrantes econômicos existem atualmente, mas as estimativas chegam aos 130 milhões. Seu tratamento geralmente se compara à situação na Inglaterra do começo do século 19.”

## Uma irrupção de protestos

Segundo Mitchinson, “As conseqüências de seguir os ‘conselhos’ (do imperialismo) já se estão demonstrando na China. Provocaram uma irrupção de protestos operários e sociais em todo o nordeste do país. Greves, manifestações, inclusive movimentos semi-insurrecionais, fornecem uma ilustração gráfica do potencial explosivo de um novo episódio dramático na revolução do sudeste asiático”.

Ho Jun-bo em *Lutas operárias massivas na China: perspectivas para a Revolução Chinesa*, diz que:

“Desde as lutas dos trabalhadores, jovens e estudantes do período 1987-9, a China não havia visto o nível atual de lutas de trabalhadores, jovens, camponeses pobres e trabalhadores migrantes. O fator mais significativo no desenvolvimento da revolução foi o protesto do proletariado na China e sua continuação e desenvolvimento ao longo do último ano. Trata-se de reivindicações sindicais, trabalhistas, de camponeses pobres e trabalhadores migrantes, com 225 mil disputas trabalhistas e umas 30 mil ações políticas em 2001, o que significa a unidade e organização da classe em níveis muito altos neste ano (...). Muitas das 225 mil disputas do ano passado continuaram em 2002”. (19 de março de 2002, *Asian Marxist Review*, órgão teórico da Workers’ International League, Hong Kong & Macao).

## A massificação da luta

De fato, as lutas iniciadas em 2001 estenderam-se e se massificaram em 2002. “Na primavera de 2002 – diz a jornalista Trini Leung em *A Terceira Onda do Movimento Operário Chinês na Era Pós-Mao*, de 2 de junho de 2002, publicado em *China Labour Bulletin – mais de 80 mil trabalhadores no nordeste da China organizaram uma luta sustentada para defender suas condições de vida e seus direitos. Cinquenta mil trabalhadores dos campos petrolíferos de Daqing e outros 30 mil trabalhadores da indústria metalúrgica, e outros setores em Liaoyang, lançaram-se em protestos de rua, bloqueios de estrada, piquetes, sentaços e negociações durante mais de três meses, a partir de março de 2002.*”

A burocracia do PCCh respondeu, como o faz habitualmente, aprisionando os principais dirigentes da luta. “No dia 9 de maio de 2003 – informa o *China Labour Bulletin – Yao Fuxin foi condenado a sete anos de prisão e Xiao Yunliang a quatro, sob acusações de ‘subversão’. Foram detidos em março de 2002 logo após encabeçarem manifestações pacíficas dos trabalhadores na cidade de Liaoyang, no noroeste da China. Então, milhares de trabalhadores de mais de 20 fábricas saíram às ruas em Liaoyang para protestar contra a corrupção local e exigir salários mínimos, pensões e muitos meses de soldos não-pagos.*”

Desde então há uma permanente campanha internacional pela liberdade dos dirigentes detidos. Porém, a repressão está longe de deter as lutas e estas continuam num processo de ascenso até o dia de hoje.

## Três ondas pós-Mao

Trini Leung afirma que as mobilizações de 2002 iniciaram uma “terceira onda” de lutas e organização pós-Mao dos trabalhadores chineses. Segundo Leung, o movimento operário independente iniciou-se com as mobilizações de 1989, que terminaram com a derrota de Tien An Men.

“As numerosas Federações Autônomas de Trabalhadores (FAT) formadas por trabalhadores e estudantes em cidades de toda a China, no auge das massivas mobilizações de rua em maio e junho de 1989, significaram a primeira tentativa dos trabalhadores de organizar uma entidade independente para articular suas aspirações políticas e sociais. Se bem que as FAT foram em geral criadas como entidades de apoio ao movimento pró-democracia encabeçado pelos estudantes, representaram a primeira plataforma política pública construída com uma clara base operária, que marcou uma ruptura com a linha sancionada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh).”

Na primeira metade dos anos noventa ocorreu uma segunda onda de lutas e organização.

“Entre 1990 e 1994, fundaram-se várias organizações clandestinas para impulsionar o chamado do movimento das FAT de 1989. A segunda onda de organização operária independente difere da de 1989 em sua tentativa de se organizar em torno a objetivos específicos da classe, com uma base de classe”. Mas “os grupos operários independentes dos anos noventa não conseguiram ter base ou organização em fábricas ou lugares de trabalho, principalmente devido à proibição de tais organizações pelo governo. A maioria de seus líderes eram membros da ‘intelligentsia’ ”.

Pelo contrário, “o estopim de protestos de 2002 marca um divisor de águas. Diferenciam-se da organização operária da década anterior por suas reivindicações, sua base, seus atores e seu ‘modus operandi’. Portanto representam a terceira onda de organização operária na era pós-Mao (...). Os protestos operários massivos que tiveram lugar na primavera de 2002 tinham objetivos econômicos e a organização baseou-se nos locais de trabalho. Em muitos sentidos, também significaram um passo adiante no desenvolvimento de um movimento trabalhista porque incluíam mais membros, unidade, direção e um melhor nível de organização”.

Outro marco importante dessa onda de lutas foi a ação, nos dias 18 e 19 de novembro de 2003, de 10 mil trabalhadores da Companhia de Rodagem de Automóveis de Xiangyang, que fecharam estradas e linhas de trem em toda a cidade num protesto que indicou a necessidade de pressionar o governo para que garanta os direitos e interesses dos trabalhadores em face à privatização da antiga companhia estatal. Houve um confronto violento com a polícia, com vários operários e policiais feridos. O principal trem que sai de Xiangfan ficou paralisado por 48 horas.

Em outra mostra de que o ascenso operário continua, o *China Labour Bulletin* publicou em sua página eletrônica, no dia 7 de outubro de 2004, um artigo em que informa que:

“Mais de 6 mil trabalhadores, em sua maioria mulheres, estiveram em greve na Fábrica Têxtil de Tianwang, na província de Shaanxi, desde o dia 14 de setembro, numa demonstração decidida de protesto contra as tentativas do novo

acionista majoritário da fábrica –China Resources, uma empresa que cotiza nas bolsas de Hong Kong, Nova Iorque e Londres– de obrigá-las a assinar contratos trabalhistas injustos depois da troca de proprietários da fábrica. Os trabalhadores em greve paralisaram toda a produção da fábrica nas últimas três semanas e mantêm uma vigília de 24 horas ao dia, em turnos rotativos de 200 trabalhadores por vez, de cada lado da principal entrada da fábrica. Há cartazes colados na entrada da fábrica com os dizeres: ‘Queremos sobreviver’, ‘Proteger os direitos dos trabalhadores’ e ‘Devolva-nos os fundos pelos quais trabalhamos duro’. Há trabalhadores com megafones conduzindo seus companheiros a entoar músicas e gritar palavras-de-ordem todo dia”.

O novo patrão quer obrigar os trabalhadores a aceitarem sua demissão massiva, com uma indenização menor que a legal, para logo serem recontratados com salários mais baixos.

“Quando haviam passado quatro dias de greve, no dia 18 de setembro, por volta de dez e meia da noite – continua o informe - cerca de mil policiais apareceram subitamente diante do portão da fábrica com um caminhão hidrante e se prepararam para dispersar pela força os trabalhadores. Mas quando alguns dos trabalhadores correram até os dormitórios do pessoal da fábrica e batucaram suas bacias para acordar a todos, milhares de trabalhadores e suas famílias saíram à rua para proteger os trabalhadores concentrados em frente aos portões da fábrica. Enfrentados por esta demonstração de resistência unitária, os agentes policiais retrocederam sem usar o caminhão hidrante”.

### **O novo proletariado também se incorpora à luta**

À luta dos trabalhadores das velhas indústrias agora se estão somando os das novas indústrias instaladas por capitais estrangeiros.

Um dado chave é que no último ano produziu-se uma crescente escassez de mão-de-obra em muitas cidades industriais, porque se interrompeu o fluxo de camponeses deslocados de suas terras. Esse fenômeno se deve ao aumento dos preços dos produtos agropecuários no mercado mundial, que aumentou a renda dos camponeses, assim como as más condições de vida e de trabalho que enfrentam nas cidades, o que leva muitos camponeses a permanecer no campo em vez de ir em busca de trabalho nas zonas urbanas.

Os trabalhadores das novas indústrias, que durante anos não saíram à luta temendo a demissão em condições de alto desemprego, agora se sentem fortalecidos. Então estouram reivindicações largamente reprimidas, que tendem a se concentrar na exigência de contratos de trabalho com melhores condições.

Segundo o *Asian Labour News*, 1º de outubro de 2004, “um estudo realizado recentemente em Anhui descobriu que 60% dos casos relacionados com disputas trabalhistas envolvem empregadores que não assinavam contratos com os trabalhadores”.

O jornal *China Morning Post* informa em sua edição de 14 de agosto de 2004:



“A quantidade de disputas trabalhistas aumenta em Censen, com mais trabalhadores migrantes queixando-se de que não são pagos e que são obrigados a trabalhar jornadas muito longas. A mesa de entradas do governo de Censen recebeu mais de 41 mil petições na primeira metade do ano, um aumento de 13,6% em relação ao mesmo período do ano passado... As cifras mostram que a quantidade de disputas que envolvem mais de 30 trabalhadores em Censen aumentou em 12%, em 512 nos primeiros seis meses do ano. A quantidade de disputas trabalhistas vem crescendo nos últimos três anos... O ambiente de trabalho ruim e as duras condições detonaram muitos protestos de trabalhadores. O governo de Censen disse que a quantidade crescente de petições afetou a estabilidade social e causou distúrbios à ordem pública”.

## A resistência camponesa

Entre 800 e 900 milhões de chineses vivem em áreas rurais. Uma parte deles, que oscila, segundo distintas fontes, entre 130 e 200 milhões de pessoas, vive num verdadeiro “limbo”, despojados de suas terras e impossibilitados de encontrar trabalho nas cidades.

Mas a grande maioria dos habitantes rurais que conservam suas terras não está muito melhor. Sua renda representa em média um terço daquela que recebem os trabalhadores das cidades.

Devido à baixa produtividade do campo, são muito poucos os ingressos que obtém o Estado central dos impostos cobrados dos camponeses. Mas estes se vêem continuamente assediados pelas corruptas autoridades locais das aldeias e pequenas cidades.

Num estudo apresentado em 1º de julho de 2004 à conferência convocada sob o tema “*Mais além do Estado-partido: estado, lei e sociedade na China contemporânea*”, da Academia de Ciências de Varsóvia, Polônia, o Centro para o Estudo da Democracia (CSD), da Universidade de Califórnia, informa:

“A extração de impostos e tarifas (IeT) excessivos, combinada com os métodos brutais de cobrança, levam ao protesto e à violência. As estratégias camponesas vão desde a evasão de impostos ou tarifas e tentativas de demorar ou postergar pagamentos, até manifestações, ‘sentaços’ e bloqueios de rodovias e ferrovias, o saque de instalações do partido no governo, nas cidades e a detenção e espancamento de quadros. Protestos por IeT se dão principalmente, mas não exclusivamente, nas principais províncias agropecuárias como Hunan, Jiangxi, Henan, Anhui, Shanxi y Shaanxi... Em áreas dependentes da agricultura, onde havia poucos ou nenhum recurso, os funcionários muitas vezes se encontraram obrigados a depender de coações, tarifas, multas, apropriações e impostos informais para financiar bens públicos, para as quais nem o Estado central nem as províncias davam financiamento adequado. A falta de previsibilidade e rendição de contas, junto com a imposição brutal e às vezes dispendiosa destas coações, provocaram uma resistência generalizada.

“No outono, inverno e começo da primavera de 1996-1997, o confronto na forma de desfiles e manifestações, assim como petições, estouraram em nove províncias de 36 condados, com 380 mil participantes. Duzentos e trinta destes foram considerados casos de ‘distúrbios, ritos ou rebelião’. Entre meados de maio e junho de 1997, e novamente entre o fim de julho e o começo de

agosto, outra onda importante de distúrbios produziu-se em quatro províncias, envolvendo um total de aproximadamente meio milhão de participantes...

“Em 1999 várias fontes informam sobre 53 mil incidentes rurais, com uma participação de mais de cinco milhões de participantes. Em 2000 deram-se distúrbios importantes em Jiangxi, e novamente em abril de 2001. No fim do outono de 2002, mais de 80 mil camponeses em 15 aldeias no território de Yulin, Shaanxi, protestaram contra ‘impostos exorbitantes, inspeções duras e exploração’...

“Os líderes dos protestos coletivos provêm de três grupos: camponeses respeitados que não são funcionários e, em menor medida, de quadros camponeses e membros do partido e, também, quiçá em forma crescente, de funcionários eleitos nas aldeias”.

O informe agrega que:

“em alguns casos, a prisão de líderes camponeses precipitou mobilizações de resgate. No condado de Yizhang, Hynan, uns 2 mil camponeses se reuniram na aldeia depois de uma prisão. Rodearam a 100 agentes de segurança pública e destroçaram o centro cívico, incluindo as casas dos quadros. Num incidente no condado H, de Hunan, líderes da aldeia convocaram uma grande reunião de ‘luta’ contra seis de tais líderes, que foram amarrados e exibidos num palco. O filho de um deles atacou o palco para resgatar seu pai, ao que as massas o acompanharam, numa batalha campal em que dez quadros do condado e da aldeia foram espancados, dois veículos foram incendiados e um grupo recrutado para defender as autoridades foi esmagado. A ação contou com a participação de mulheres.”

Numa tentativa de apaziguar a resistência aos impostos e outras cobranças compulsivas, na primavera de 2000 o governo central eliminou mais de 40 categorias de impostos em algumas províncias.

## Saída forçada das terras

Outro fator de conflitos é que as autoridades continuamente se apoderam das terras dos camponeses para desenvolver obras de infra-estrutura ou casas para ricos.

“A resistência à tomada de terras – diz o *Washington Post* de 7 de outubro de 2004 – nas 34 províncias continentais provoca violência, evocando o fantasma dos levantamentos rurais populares que persegue aos governantes chineses desde sempre. Camponeses desalojados de suas terras numa ilha no Rio das Pérolas chocaram-se repetidamente com a polícia de Guangzhou nos últimos meses. Os camponeses também saíram para protestar pelas ruas das cidades. Centenas alinharam bicicletas e ‘rickshaws’ (carros para transporte de pessoas, com tração humana) para bloquear o tráfego num subúrbio de Pequim em 20 de agosto, manifestando-se contra o desalojamento de suas terras por uma empresa de construções estatal que construirá casas luxuosas para estrangeiros e gente rica do local”. ■

# Chile 2004: a estréia da nova colônia dos Estados Unidos



DIREÇÃO DO  
MAS  
(Movimento ao  
Socialismo), do  
Chile

Chamamos recolonização a uma nova ofensiva imperialista pela divisão do mundo: “*uma corrida desenfreada pela conquista de matérias primas e novos mercados*”. Este processo abriu-se com a restauração capitalista na ex-URSS e a queda dos estados do Leste em 1990 das mãos da burocracia soviética. Desde então, *a divisão do planeta durante a guerra fria em zonas de influência já não refletiam a nova “ordem econômica mundial”*. O capitalismo foi restaurado em um terço do território onde se havia expropriado a burguesia e os impérios (EUA, Europa e Japão) voltaram a competir tal como fizeram Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos antes da Segunda Guerra Mundial, e inclusive antes da revolução russa (1917). Foi tão somente 11 anos depois da queda dos Estados do Leste – a partir de 11 de setembro de 2001, quando os Estados Unidos anunciaram sua recessão ao mundo –, que a dimensão deste novo processo “recolonizador” alcançou seu maior desenvolvimento: Os Estados Unidos decidiram apoderar-se do gás da Ásia Menor e invadiram o Afeganistão e depois saíram em busca do petróleo iraquiano em março de 2002; desta vez, rompendo as velhas instituições da guerra fria (ONU) que já não representavam a correlação de forças interimperialistas e deixando aos seus “ex-aliados” (Europa e Japão) tão-somente as migalhas do botim.

Afeganistão, Iraque e Haiti são a *expressão militar* de um processo que tem diferentes aspectos: militar, econômico, político e ideológico. *Ideologicamente*, o imperialismo encarregou-se depois da queda da URSS em proclamar a morte do marxismo e do socialismo, o início de um novo sistema chamado “globalização”

e o desaparecimento da classe operária como sujeito da revolução. *Economicamente*, desde os anos 80 iniciou-se a implementação do modelo neoliberal que propiciava as mudanças estruturais necessárias para a penetração das transnacionais nos mercados das semicolonias, fundamentalmente a desnacionalização das empresas nativas dos países semidependentes e sua desindustrialização. Começaram a proliferar os novos acordos ou tratados de livre comércio. Estes TLCs têm o mesmo objetivo que a invasão militar: a apropriação dos recursos naturais e mercados por parte das transnacionais, a paulatina transformação em colônia dos países semicolonias. Esse é o objetivo da APEC (Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico): avançar em um tratado de livre comércio da Ásia Pacífico para o ano 2010-2020 como afirmou Hernán Somerville (presidente do ABAC – Conselho Consultivo Empresarial do APEC). É o mesmo objetivo que tem a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) que querem implementar em 2005. É o mesmo objetivo que foi cumprido com a assinatura do TLC entre o Chile e os Estados Unidos em 2003. Com estes acordos os recursos naturais tornam-se propriedade das transnacionais e os governos, como verdadeiros administradores e gendarmes coloniais, velam pela brutal exploração da classe operária. *Politicamente*, os países semicoloniais ou semidependentes, transformam-se em novas colônias do século XXI.

## As tarefas bem cumpridas

*“O Chile é um país fabuloso, Um grande lugar para falar do espírito empreendedor. É um país que demonstra ao mundo o que é possível se são criadas as condições necessárias para o crescimento econômico.”* Bush, 20 de novembro, APEC CEO Summit 2004.

A realização do APEC no Chile não é mera casualidade. O Chile é um modelo do processo de recolonização norte-americano. A *“criação das condições necessárias”* para a anexação do país durou aproximadamente 30 anos (1975-2004).

Este processo iniciou-se durante a ditadura – apoiada pelos EUA e os Chicago Boys – a partir de 1975 com o Programa de Recuperação Econômica do então ministro da Fazenda Jorge Cauas. As mudanças estruturais apontaram pela redução do aparato estatal, iniciar a redução das barreiras aduaneiras, privatizar empresas e serviços do estado (350 empresas além dos bancos). Ao mesmo tempo em que se reprimia, torturava, exilava e submetia a fome a classe operária chilena, iniciava-se a destruição da indústria do Chile e de sua burguesia industrial. Enquanto isso, outro setor burguês iniciava sua transformação em burguesia financeira com a privatização dos bancos e estreitava seus laços com o imperialismo. A crise da dívida externa de 1982 aprofundou este processo com um aumento descomunal de quebras, privatizações e desnacionalizações. Significou o ingresso definitivo das empresas transnacionais aliadas à “nova” burguesia financeira que facilitou a “mudança de propriedade”. Com a destruição definitiva da burguesia industrial, o Chile consolidou-se como país exportador de matérias primas, especialmente para seu maior sócio: os Estados Unidos.

O aumento das lutas contra a ditadura obrigou a burguesia a optar por uma “transição pactuada”, isto é, voltar a um sistema democrático, mas mantendo as transformações estruturais feitas pela ditadura. Esse é o significado da Constituição de 1980. A nova e renovada burguesia financeira chilena que nasceu nas barbas das transnacionais e, a partir da ditadura, iniciou a administração “demo-

crática” do Chile com novas desnacionalizações, reduções tarifárias e “ajustes”. O desafio era aprofundar e consolidar o novo modelo econômico com um novo regime: uma “incipiente” democracia colonial. Já que os planos não podiam impor-se pela força, iniciaram-se as grandes “contra-reformas” dos governos Aylwin, Frei e Lagos; reforma trabalhista, judicial, leis de capitais, educacional, saúde, FFAA, o estado; enquanto os governos iniciavam tratados de livre comércio que aprofundavam a penetração transnacional. O Chile ingressa na APEC em 1994 e assina um TLC com o Canadá, Europa, Coréia do Sul e Estados Unidos. Todos os planos foram aplicados com êxito pelo acordo (exceto no setor de saúde, que foi a primeira tarefa que cumpriu o Chile colonial em janeiro-fevereiro de 2004) faltava apenas o golpe definitivo.

Em 7 de junho de 2003, Lagos assina o TLC com os Estados Unidos e em 1º de janeiro de 2004 entra em vigência o controle absoluto dos recursos naturais e do mercado pelas transnacionais norte-americanas: aplica-se tarifa zero, os recursos do subsolo ficam como propriedade definitiva das empresas norte-americanas (passando por cima da Constituição de 1980) e o governo faz-se responsável por velar pela segurança das transnacionais. Todo este processo realizou-se graças à direita e ao acordo pelas mãos de uma burguesia chilena que aceitou seu papel de sócia minoritária das transnacionais.

Tal como coloca Bush, no Chile as tarefas já foram cumpridas. Mas esta nova colônia “econômica” (para diferenciá-la do processo militar do Iraque) não está consolidada e é tarefa dos próximos governos do acordo e a direita fazê-lo. É por isso que o Ministro da Fazenda, Nicolas Eyzaguirre, homem forte do FMI, pode declarar à imprensa: “Se nos últimos 20 anos (1984) pudemos resolver uma quantidade de reformas estruturais impressionante, por que nos próximos 15 anos não seremos capazes de resolver os temas que restaram?”

Para ele, está clara a continuidade do projeto da ditadura e da direita, a democracia colonial e o acordo: a destruição do modelo de substituição de importações do Chile semicolonial pelo modelo neoliberal do Chile-colônia. De agora em diante ficam por cumprir as primeiras tarefas da nova colônia: mais flexibilização, repressão, privatizações (ENAP, Enami, Correios do Chile, Saúde, Educação e Codelco); sanear definitivamente o Exército e pôr um ponto final no problema dos direitos humanos (prendendo os dirigentes da DINA e julgando Pinochet com as informações das contas bancárias secretas obtidas dos serviços de inteligência norte-americano) e, de passagem, sanear o sistema judicial desacreditado e empantanado nos casos de corrupção e pedofilia do governo. Isto é, fortalecer duas das principais instituições do regime burguês, as Forças Armadas e o sistema judicial.

## **A nova colônia e o mundo**

A importância da economia chilena é ínfima em comparação com os gigantes Brasil e Argentina. No entanto, daqui o imperialismo extrai matérias-primas minerais, pesqueiras, florestais e agrícolas e utiliza a infra-estrutura de serviço para o comércio com a Ásia-Pacífico. Vale mencionar que:

“Os Estados Unidos são um grande produtor de cobre, em 1990 comparilhava com o Chile a liderança na produção mundial de cobre. A partir de meados dos anos 90 diminui sua produção de forma sistemática. Em 2001 sua

produção comparada com a de 1995 é 30% menor, mas segue sendo o segundo produtor mundial. A produção chilena, através dos grandes investimentos estrangeiros, particularmente dos Estados Unidos, incrementa-se de forma extraordinária, chegando a produzir em 2001 três vezes mais que em 1990”. (Orlando Caputo Leiva; TLC Estados Unidos e Chile; Gatos por lebres).

Apesar disso, o Chile figura no Conselho de Segurança da ONU (isto indica claramente que esta instituição da guerra fria já não reflete o novo processo de divisão do mundo). Neste organismo, o Chile respalda categoricamente todas as políticas dos Estados Unidos. Não podemos falsear a história! Lagos jamais se opôs à invasão norte-americana do Iraque, tão somente pediu uma postergação de uma semana para seguir convencendo os indecisos europeus. À luz dos novos acontecimentos, seu papel fica cada dia mais claro e por isto foi respaldado por Collin Powel na APEC que agradeceu a Ignácio Walker, chanceler do PS: “O papel essencial do Chile na ajuda ao povo do Haiti e o trabalho vital que tem feito suas forças armadas na manutenção da paz. Um exemplo poderoso da contribuição chilena à paz, à segurança e à democracia.”

O Chile está treinando seu exército no intervencionismo militar norte-americano para a América Latina e, como tal, foi o primeiro país a enviar suas tropas para defender as empresas transnacionais do império do norte no Haiti. Esta decisão foi tomada sem consultar o Congresso. O que demonstra a esterilidade das instituições democráticas no regime democrático colonial. Após os protestos, foi levada à votação e simplesmente ratificada. Em sua busca pela liderança para o subcontinente, o administrador Lagos defendeu ante os 21 países: a tenacidade na luta antiterrorista e a importância dos TLC's. Assumiu a defesa absoluta das políticas neoliberais, a importância da assinatura da ALCA e a necessidade do desarmamento nuclear da Coreia do Norte. Ao final da semana, o imperialismo havia conseguido grandes acordos econômicos e projetos de futuros TLC's para suas transnacionais através de sua colônia: TLC Chile-Peru, Chile-Japão e acordos econômicos com a Rússia e a China.

## Atrás das cortinas

A cúpula dos líderes empresariais da APEC realizou-se em 19 de dezembro, em Casa Preta. Seu anfitrião: um representante dos grandes grupos econômicos do Chile que “converteu-se” durante a ditadura (Andrónico Lúksic Craig). Aí estiveram Heliodoro Matte, Jean Paul e Guilherme Lúksic, Roberto Angelini, Horst Paulmann, Nicolas Ibáñez, Sebastián Piñera, José Luis Del Río, Agustín Edwards, Juan Claro e os cerca de 800 empresários chilenos e estrangeiros. Aí esteve Hernán Somerville (banqueiro premiado pela burguesia assumindo a presidência da CPC) propondo um TLC da Ásia-Pacífico. E também esteve Bush, representado pelo ex-ministro das Finanças dos Estados Unidos durante o período de Clinton, Robert Rubin, fazendo menos propaganda do neoliberalismo e discutindo os temas que preocupam a burguesia, sócia menor do império.

Rubin colocou o problema central do imperialismo hoje: a crise mundial. Tanto o discurso de Bush, como o de Rubin, centrou-se no déficit fiscal norte-americano (US\$ 412 bilhões no encerramento do ano fiscal de 2004), a normalização das taxas de juros, a desvalorização do dólar e o “*complicado ambiente geopolítico existente*”.

“Bush comprometeu-se com o ajuste fiscal pensando no curto e no longo prazos. E isso obviamente é uma das preocupações importantes da economia, sobretudo sabendo que há outros países da Ásia-Pacífico que estão pagando seu enorme déficit fiscal”. Juan Claro (então presidente da CPC/Sofofa).

Sem dúvida, o “complicado ambiente geopolítico mundial” é o problema principal. Isto é: a resistência Iraquiana, a luta no Afeganistão, a Intifada palestina e aqui na América Latina, as massas mobilizadas da Bolívia, Peru, Argentina, Venezuela, a debilidade da frente popular no Brasil para cumprir com as tarefas de recolonização. Destas mobilizações de massas contra os planos neoliberais e a recolonização depende, em último instância, a solução parcial da crise econômica imperialista.

## **Um quase estado de sítio para receber seu amo**

Para a chegada de Bush ao Chile, o governo de Lagos, o acordo e a direita elaboraram um plano de segurança que atualizou os métodos da ditadura. Três semanas antes se pôs em marcha um plano de detenção por suspeita com agentes civis em Santiago. Ampliou-se o efetivo policial e militar em toda a região, deixando carabineiros em cada esquina do centro da capital. Proibiu-se toda formação de grupos nas proximidades do Palácio La Moneda, e fecharam vias públicas para uso exclusivo. Pela primeira vez, permitiu-se o ingresso de arsenal militar do exército norte-americano que, inclusive, superava o chileno. O governo enfatizou a repressão a qualquer manifestação não autorizada. O controle da região metropolitana foi assumido na prática pelas forças armadas chilenas, a tal ponto que se criou atritos entre os aparatos de segurança de Bush e o chileno. Lagos teve que cancelar um encontro com Bush e representantes do governo e da burguesia devido à “postura inflexível de Washington de revistar as autoridades e homens de negócios com suas mulheres no Palácio de La Moneda”. A resposta do exército chileno foi clara: “Nós somos os encarregados da segurança no interior do Palácio; ninguém mais”. Estes atritos foram interpretados como uma amostra da independência do Chile. Categoricamente, os atritos entre os serviços de inteligência, segurança e as Forças Armadas, não são mais que o zelo entre as instituições do império e da colônia para garantir a segurança do dono do Chile: os Estados Unidos.

## **60 mil pessoas nas ruas: uma mobilização de massas como nos tempos da ditadura**

O quase estado de sítio na região metropolitana não deteve o sentimento antiimperialista crescente das massas chilenas e na sexta-feira, dia 19, na praça Almagro, reuniram-se 60 mil pessoas para manifestar-se contra Bush. A marcha, que se iniciou às 11 horas e terminou às 16 horas com um grande ato, foi uma das mais concorridas desde os tempos da ditadura. Foi uma marcha encabeçada por setores médios: profissionais, estudantes, setores estatais em luta durante o ano (fiscais, professores), Mapuches...

A marcha corresponde ao aumento da consciência antiimperialista mundial contra Bush e a guerra. No Chile é também o reflexo de um processo de lutas que teve seu marco inicial no protesto nacional de 2002 e na greve nacio-

nal de 2003, seguido das mobilizações permanentes dos fiscais, trabalhadores da saúde, das lutas dos docentes e estudantes secundários; das greves do cobre em Teniente, reprimida a bala pelos carabineiros em 2003 e das greves dos portuários de Iquique reprimidas pela Marinha por ordem do governo. Por trás destas manifestações está o aumento do custo de vida: transporte, gás, petróleo, serviços de luz e água, o congelamento dos salários e o aumento do desemprego e subemprego com as reformas trabalhistas. Este descontentamento teve sua expressão nas últimas eleições municipais onde o pacto “Junto Podemos” da esquerda teve 10% dos votos. No entanto, são as condições de vida e a pobreza crescente que permitiram reunir 60 mil pessoas nas ruas contra Bush.

## **Humanizar o imperialismo ou a revolução socialista?**

A organização da marcha esteve nas mãos dos organizadores do Foro Social Chileno, isto é, fundamentalmente do PC e da ATTAC. O discurso central do ato dirigiu-se à “cidadania” e a “humanizar e democratizar a sociedade”. Os organizadores do ato renderam-se à propaganda imperialista e esqueceram-se conscientemente do problema central: a tomada do poder pelos trabalhadores e pelo povo, única solução ante o avanço mundial da recolonização. Toda luta e reivindicação que levarem os trabalhadores e os setores explorados do Chile é uma luta direta contra os interesses da colônia, dos Estados Unidos e do sistema imperialista. No marco de uma crise mundial, o império não terá a mínima contemplação em extrair o máximo de mais-valia do Chile. A repressão que o governo mostrou na APEC e a repressão aos mineiros do cobre e aos portuários de Iquique é a tendência que marca a reação que terá o governo com as mobilizações que se oponham à consolidação desta colônia. Neste marco, reivindicar a humanização do capitalismo e da democratização do sistema é uma utopia que leva as massas à exploração bestial.

A grande ausente desta marcha foi a CUT. A central organizou um debate paralelo à APEC e se desvinculou das 60 mil pessoas da marcha. Esta é uma política consciente da direção da CUT: Martínez e companhia não querem dirigir o atual processo de lutas contra a recolonização e dar ao descontentamento um caráter de classe. Esta foi a mesma atitude da CUT para com a primeira paralisação nacional quando organizou quatro marchas em toda Santiago em que nenhuma delas confluía e menos ainda dirigiam à Central.

## **Um programa que coloque as tarefas de libertação nacional e o socialismo no Chile**

As lutas não enfrentam um estado burguês opressor, dirigido por uma burguesia financeira submetida aos bancos internacionais e às instituições do imperialismo. Enfrentam um estado dirigido pelo imperialismo por meio de uma burguesia financeira nativa que garante os mecanismos de exploração e de extração de mais-valia.

A burguesia nacional está envolvida no processo de recolonização e sua tarefa é consolidar esta nova colônia, mesmo que isso signifique que os Estados Unidos entreguem e vendam aos genocidas do golpe de estado. Não existe burguesia nacionalista que tenha interesses opostos à recolonização e, pelo mes-



## *Luta de Classes*

---

mo motivo, não existe nenhuma burguesia democrática que lute contra os planos imperialistas de subjugar os trabalhadores e o povo, tirando os direitos democráticos existentes (a greve, saúde, educação, sindicalização etc).

No marco desta nova colônia, a luta por manter e conquistar as mais amplas liberdades democráticas é crucial para impedir um processo de “consolidação colonial”. Mas todas estas medidas devem estar vinculadas à luta pela segunda independência nacional e a construção do socialismo.

O direito à autodeterminação do povo chileno só pode ser garantido se se rompe com as instituições internacionais imperialistas e liquida a burguesia nacional que sustenta esse regime democrático-colonial. Um partido revolucionário dos trabalhadores deve ter a clareza de que sua tarefa imediata é impedir a consolidação da colônia, lutar pelas mais amplas liberdades democráticas, contra todas as contra-reformas do governo e contra a burocracia sindical que atomiza o movimento e assina e respalda cada nova contra-reforma. Esta luta deve ser encarada desde o internacionalismo operário para enfrentar de conjunto os planos imperialistas mundiais e opor-se concretamente às tentativas do governo colonial de dividir os movimentos operários chileno, boliviano, peruano e argentino. ■

# Das trincheiras aos palácios: os caminhos da “esquerda”



DEBATE NO  
FÓRUM  
SOCIAL  
MUNDIAL  
(PORTO  
ALEGRE -  
JANEIRO DE  
2005)

Em meio a um Fórum marcado pela despolitização e preparado para receber figuras como Lula e Chávez, ocorreu um dos debates mais importantes dos últimos tempos no que diz respeito ao processo revolucionário mundial. O gravíssimo problema que vem atravessando a luta pelo socialismo hoje, configurado no vendaval oportunista que atingiu a imensa maioria das forças de esquerda no mundo, foi o tema do debate organizado pela LIT-QI no Fórum.

Grandes frentes de esquerda, formadas durante longos e duros processos de unificação, como a Frente Farabundo Martí, em El Salvador, e a Frente Sandinista, na Nicarágua, depois de protagonizar guerras que acabaram por destruir as forças armadas burguesas e derrubar as ditaduras militares, passaram ao apoio descarado à democracia burguesa em seus países, hoje semidestruídos. Grupos guerrilheiros de longa trajetória e cuja história foi escrita com o sangue de muitos combatentes que caíram enfrentando de peito aberto ditaduras militares sangrentas, como os Tupamaros, no Uruguai, deram adeus às armas. Hoje, o que restou de uma das guerrilhas de maior peso popular do mundo não passa de dóceis cordeirinhos nas mãos da burguesia, sentados nas confortáveis poltronas do parlamento, ajudando a administrar a exploração dos trabalhadores.

Para discutir esse problema tão grave que atravessamos, a LITreuniu em Porto Alegre os seguintes debatedores:

**James Petras**, sociólogo norte-americano, militante dos movimentos sociais de todo o mundo, especialmente da América Latina. Autor de várias obras, entre elas Brasil, *Gobierno Lula Año Cero*, lançada no Fórum. **Fidel Nieto**, um dos fundadores da FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional de El Salvador). Sociólogo e fundador da TR (Tendência Revolucionária), uma cisão da FMLN. **Jorge Zabalza**, uruguaio, militante e membro da direção do Movimento Nacional de Libertação - Tupamaros (entre 1960-1972). **Valério Arcary**, membro da direção do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), do Brasil, e militante da LIT-QI.

### JAMES PETRAS

“Quero começar discutindo alguns conceitos básicos que utilizamos. Por que falamos de ‘democracia burguesa’ e não apenas de ‘democracia’? Porque não há no mundo uma democracia sem classes. O sistema político eleitoral está condicionado pela existência de um poder econômico que delimita e elabora os parâmetros nos quais este sistema eleitoral pode funcionar. Este condicionamento para o funcionamento do sistema eleitoral é o que dá uma definição de ‘democracia burguesa’. Por quê? Se esse sistema eleitoral, em algum momento, ultrapassasse os limites da institucionalidade burguesa, os poderes burgueses interviriam no processo eleitoral para derrubar o governo e instalar uma ditadura. E essa ditadura reformula as regras políticas antes de voltar a convocar novamente as eleições. Há limites políticos para que o sistema eleitoral, que os burgueses chamam ‘democracia’, possa funcionar. Para nós, há uma grande diferença entre o Estado burguês e o regime eleitoral. O Estado burguês existe na institucionalidade legal, o Exército, o Banco Central, no conjunto das instituições de classe que estão funcionando antes, durante e depois das eleições. O que chamamos “instituições permanentes” do sistema político. Os governos sempre estão subordinados ao Estado. E, em alguns casos raros, quando sobe ao poder alguma força antiburguesa, há uma grande crise institucional entre o Estado burguês e o regime populista (ou socialista-democrático), há um conflito muito instável. E normalmente, em um conflito entre o Estado burguês e o regime popular, o Estado burguês derrota o regime popular. Unicamente um regime pode derrotar um Estado se construiu uma força independente no processo de luta. Os teóricos burgueses não reconhecem a diferença entre Estado e regime. Falam sempre de “Estado democrático”. O Estado não é democrático, é autoritário, é vertical e permanente, nunca é eleito. Existe e tem suas origens em fatos históricos.

### Como entendemos o sistema eleitoral?

É importante entendê-lo para discutir a política contemporânea nos últimos vinte anos. Primeiro, quando muitos falam da “transição militar à democracia”, isso é uma hipótese, não é uma realidade. Sabemos que não é militar, mas nem por isso é necessariamente “democrática”. Há governos autoritários militares e

civis. O que temos visto na América Latina é a transição de governos autoritários militares a governos autoritários civis. Mas alguém diz: “Petras, você está esquecendo que agora temos eleições, temos os partidos, temos o direito de falar... Mas que correspondência tem as eleições com a prática política dos governos eleitos? Não há nenhuma correspondência. Todos os candidatos falam contra o neoliberalismo para aprofundá-lo quando chegam ao governo. Por isso, as campanhas eleitorais não são uma medida democrática. São enganos conscientes e sistemáticos. Segundo, quem toma as decisões nos governos eleitos, as decisões que afetam as finanças, as contas públicas? Todas são tomadas por funcionários que não são eleitos. Por exemplo, quem elegeu o presidente do Banco Central do Brasil, o senhor Meirelles? Ele vem do Banco de Boston, autor de um grande desfalque na Argentina. Nunca ganhou nenhuma eleição, nem no passado nem no presente nem ganhará no futuro. Furlan ganhou alguma eleição? E decide toda a política industrial e comercial. E Roberto Rodrigues (amigo da Monsanto), quem o elegeu? E Pallocci? Mas é ele quem decide a política salarial e tudo o que afeta a vida econômica. Nenhum funcionário foi eleito. Nenhuma decisão é tomada em função das eleições. Lula não se apresentou dizendo: “vamos entregar nossas terras à Monsanto”. Não disse: “vou sacrificar o salário mínimo ao Citibank”, “vamos entregar a Petrobrás à Shell e à Esso”.

E isso indica que o processo de decisão não é democrático, é feito pelo dedo dos funcionários que ocupam os cargos de governo. Se vamos a fundo, o desenho macroeconômico e macrosocial é feito e planejado por funcionários que nem sequer são nativos, nem eleitos. Estamos falando do Fundo Monetário, do Banco Mundial, do Citibank, Wall Street, Londres. Todos têm grande influência na elaboração da política neoliberal.

### Como falar em democracia?

Se a macroeconomia é o resultado das decisões de elites estrangeiras não eleitas, como podemos falar de “democracia”. Como podemos fazê-lo se o conteúdo e a estrutura de decisão não é nada democrático. E isso explica o paradoxo de que, nos últimos vinte anos, tivemos mais eleições que nunca na América Latina segundo disse o presidente Bush e outros mais. Mas ao mesmo tempo em que há mais eleições, há mais medidas repressivas, mais medidas antipopulares. Como se explica que se há tanta democracia, o processo social é cada vez mais regressivo? Esse paradoxo não é assim porque o sistema que está tomando as medidas em favor dos grandes monopólios não é democrático. Nunca se consulta sobre as grandes decisões: sobre o salário mínimo e a aposentadoria, sobre a entrega dos grandes territórios na Amazônia ou as grandes plantações de soja. Isso é o que quero explicar: que as eleições tem tido um impacto negativo. Enquanto os povos que acreditavam nesta “democracia”, começam a dizer “não queremos a democracia”. Mas o que estão dizendo é: “não queremos um sistema eleitoral autoritário civil”. Frente a este panorama, qual é a política do imperialismo? O imperialismo é muito flexível na política e muito rígido nos princípios econômicos. Ao imperialismo não importa se um presidente foi guerrilheiro, operário metalúrgico, nacionalista ou até marxista no passado. O que interessa é a posição que tem hoje. Qual é sua referência política: se seus ex-companheiros na fábrica ou na montanha vão atuar de acordo com as



multinacionais e o FMI. Os Estados Unidos mostram a capacidade de apoiar um ex-socialista no Chile, um ex-operário no Brasil (digo ex porque faz muito tempo que Lula não trabalha em uma fábrica, já não tem mãos de operário metalúrgico, mas de pianista). Os Estados Unidos não têm nenhum problema em aceitá-lo porque agora trabalha para os patrões. E pode aceitar um partido socialdemocrata, socialcristão, peronista, qualquer um, não importam os nomes. O que importa é sua prática atual, se estão de acordo com os ajustes estruturais, com as privatizações, com a ALCA (dura ou light). Isso é o que interessa ao imperialismo. E o que temos agora? Depois de vinte anos, temos visto uma série de governos eleitos que tem aprofundado as medidas e a agenda do grande capital. Nenhum governo eleito tomou nenhuma medida progressiva na saúde, na educação, no salário ou nas condições de trabalho. Não há nem um governo reformista, reformista no sentido de que não vai mudar o capitalismo, mas sim vai aumentar o salário e o gasto com a saúde, vai impor mais impostos aos capitalistas, vai financiar uma reforma agrária, vai fomentar a indústria. Pelo contrário, os governos eleitos têm feito o contrário: estão reduzindo os salários, estão entregando as terras ao capital estrangeiro, estão revertendo as leis trabalhistas dos anos 30 e 40. São os autores do “grande saldo para trás”.

### Um salto atrás

A estabilidade no emprego, a proteção do trabalho, tudo isso era legado do varguismo. Eu não sou varguista, mas temos que dizer que este governo representa um salto para trás ao período varguista. Estamos vivendo outra vez os anos de 1890, os anos dos agro-exportadores de café. Agora é a soja. Mas há diferenças: estamos vendendo o ferro, estamos entregando o petróleo. Está se repetindo. Lula é um microcosmo de todos os governos eleitos da América Latina. Equador é o mesmo: Gutiérrez entrega o petróleo e bases militares, prejudica os indígenas. O que acontece com a centro-esquerda? Por que está atuando como a direita? Até o PFL ataca Lula desde uma posição de esquerda! Criticando o baixo salário mínimo, que subiu apenas 10 reais. E Lula diz “estou comprometido com o ajuste, necessito entregar 40.000 milhões de dólares aos bancos estrangeiros. Há que ser responsável, esquecer os pobres. Melhor chorar pelos pobres. Melhor colocar o chapéu do MST”. O que se passa com a centro-esquerda? Estas correntes tinham viabilidade no passado, nos anos 40 e 50: podiam aumentar o salário, permitir um nível de sindicalização, fazer alguns gastos sociais. E tinham uma aliança com uma burguesia nacional que produzia para o mercado interno e dependia de contratos e subvenções do Estado, por isso o protegiam. Dentro desta aliança popular burguesa, podia-se pensar, no melhor momento, em uma política de bem-estar social. Mas esta burguesia já não existe mais. A burguesia passou aos circuitos internacionais: vende ao mercado externo, se mete nos circuitos financeiros, pede empréstimos ao Banco Mundial. Agora o operário já não é “consumidor”, é “custo de produção” para o mercado externo. É custo e não consumo. E há que baixar os custos trabalhistas para vender melhor ao mercado externo. Então um governo de centro-esquerda necessariamente implicado com a nova burguesia tem que seguir o caminho que esta lhe dita: baixar os “custos sociais”, baixar o orçamento, reduzir o salário mínimo, gerar um exército de desocupados para baixar a pressão salarial. Neste momento, aliar os operários com os burgueses é subordinar o

proletariado ao projeto burguês neoliberal. Porque hoje a burguesia, com todo seu poder, é neoliberal: na prática, na teoria e em sua inserção na política. Alguns dizem, bem, um governo popular pode mudar, com pressão popular, até políticas progressistas. Mas quando algum governo toma alguma medida progressista, como aumentar os impostos do grande capital, este foge do país e começa uma crise financeira. Então, para fazer reformas (eu estou a favor das reformas que dêem bem estar social), objetivamente, tem que preparar-se para enfrentar o capital que não quer colaborar com estas reformas. Quando a burguesia não quer compartilhar a riqueza, há duas possibilidades. Uma é eliminar a burguesia como forma de controlar os investimentos, o comércio e a produção. A outra alternativa é capitular e dizer ao povo: “nós queremos mudanças, mas os outros não nos permitem fazê-las” (sempre são os outros!). Então, como consequência desta segunda alternativa de capitulação, estão aí Lula, Kirchner, Mesa e todos os demais. Automaticamente adotam a política neoliberal, independente de suas origens e do que esteja em seu coração. Quem sabe o que está no coração? É um território obscuro! Mas não é isto que interessa, senão a prática. Frente a este panorama, não somos extremistas, não somos idealistas, somos realistas e práticos. Quando vemos governos eleitos que entregam a decisão a poderes não eleitos, chamamos a estes governos de “democracia burguesia elitista”. Quando vemos governos de centro-esquerda que fazem política para o capitalismo, sabemos que não há uma burguesia nacional disposta a reformas. Conclusão prática e realista, derivada destes fatos, é que o único caminho é a luta extraparlamentar, baseada nas lutas, nas decisões dos “parlamentos das ruas” até um projeto anticapitalista e socialista para realizar as reformas. Ser “reformista” hoje implica, necessariamente, uma política revolucionária.

## FIDEL NIETO

“Vou tentar, em minha apresentação, explicar e analisar como foi possível que um dos movimentos revolucionários mais importantes da América Latina, nas últimas décadas do século passado, seja agora um partido sistêmico, parte integral da democracia burguesa eleitoral que existe em meu país, El Salvador. A guerra revolucionária em El Salvador há sido considerada, há sido interpretada por muitíssimos analistas de esquerda, e inclusive de direita, como uma das guerras civis mais longas, mais violentas e mais sangrentas que ocorreram na história latino-americana.

É importante dizer que El Salvador é um pequeno país de apenas 20.000 km quadrados. Não existe uma selva, nem sequer grandes montanhas. Porém está muito povoado: tem seis milhões e meio de pessoas vivendo nesse pequeno território; no entanto, um movimento revolucionário político militar levou a uma guerra que durou 12 anos, em condições geográficas e demográficas sumamente adversas. O exército burguês que esse movimento revolucionário combatia com as armas na mão contava com aproximadamente 60 mil efetivos e se apoiava em uma força paramilitar (as chamadas defesas civis e patrulhas cantonais<sup>1</sup>) estimada



1 Cantonais: de cantão, divisão territorial similar a estado ou província

em 120.000 membros. O exército governamental contou, ao longo de todos esses anos, com o apoio político-militar da maior potência imperialista. Somente nos últimos cinco anos, os EUA investiram 3 bilhões de dólares em apoio militar ao exército. Tudo isso se traduziu em uma quantidade assustadora de mortos: 80.000, além de 13.000 desaparecidas, especialmente revolucionários e revolucionárias cujo destino ainda é um mistério para suas famílias.

Quando a guerra acabou um organismo da ONU chamado Comissão da Verdade fez um estudo mostrando que mais de 95% dos mortos e desaparecidos foram atribuídos aos Esquadrões da Morte, aos corpos de segurança e ao exército governamental. Saber como uma esquerda revolucionária que chegou, ao final da guerra, a ter mísseis para combate aéreo, que pôs o exército a ponto de colapso, em várias oportunidades, depois de 12 anos de guerra aberta e direta, e depois de 22 anos de luta armada, se converteu em um partido político que adorna a democracia eleitoral burguesa de nosso país é, sem dúvida, importante para quem continua pensando na revolução como uma necessidade urgente para a construção de um novo mundo possível.

### **Pelo menos quatro fatores estiveram na base desse processo**

**Primeiro, as mudanças em âmbito internacional**, especialmente ao final da década de 80 - A queda do Muro de Berlim, a derrota do que aqui se chama estados operários, em 1989, e, fundamentalmente, a derrota eleitoral que tirou do governo a Frente Sandinista tiveram um grande impacto na cabeça da revolução salvadorenha. Como foram interpretados esses fenômenos na direção da FMLN de então? Uma parte concebeu esses fatos (e também o que ocorreu na Praça de Tiananmen, na China) como o “fim do socialismo”, ou inclusive o “fim do marxismo”.

Há que dizer, no entanto, que em 1989, quando caiu o Muro, a FMLN lançou sua mais forte e extensa ofensiva político-militar que pôs o governo a beira do colapso, controlando amplos setores da periferia da capital. As forças revolucionárias guerrilheiras chegaram a poucos metros da casa presidencial e muito perto das instalações do Estado Maior do exército salvadorenho nessa ofensiva. No entanto, a idéia de que essa grande manobra militar produzisse a insurreição das massas não estava correta. E depois de duas semanas de combate na capital, teve que retirar-se de novo às áreas rurais.

**Segundo, o fim negociado da guerra** - Foi justamente nesse momento que ocorreram esses acontecimentos em âmbito internacional. E se bem é certo que a idéia era definir militarmente a situação nessa ofensiva, também se pensava que havia que organizar e impulsionar novas ofensivas, se a primeira não resultava suficiente para concluí-la vitoriosamente. Entretanto, a chefia de algumas organizações (a FMLN estava composta por cinco organizações político-militares) já não estavam dispostas a impulsioná-las, pondo ênfase em que havia sido concebida como a aposta mínima, ou seja, fazer com que essa grande ofensiva militar se traduzisse, pelo menos, em uma saída negociada do conflito. Dessa maneira se chegou a janeiro de 1992 com a assinatura dos Acordos de Paz de Chapultepec, que marcaram o fim negociado da guerra civil, porém não o das causas estruturais que a geraram.

É importante mencionar as distintas interpretações na FMLN sobre esses acordos. Uma parte da direção, pelo menos dois dos membros do comando geral, achou que os acordos de paz significaram a vitória da revolução. Outros pensavam que os acordos de paz eram uma vitória revolucionária, porém, não a vitória da revolução, já que o problema do poder não havia mudado, porque continuava nas mãos da direita. Por último, para muitos dos dirigentes médios da FMLN e para a maioria dos combatentes, os acordos de paz significavam a derrota do movimento revolucionário. Obviamente, os combatentes e os dirigentes médios não foram consultados sobre a natureza desses acordos.

Imediatamente depois desses acordos veio o que se chamou “programas de re-inserção dos ex-combatentes à vida civil”, a forma como, supostamente, as pessoas que haviam lutado por doze anos, iriam refazer sua vida como civis. Houve, para os combatentes, divisão de terras, empréstimo para que estabelecessem micro-empresas e, para os oficiais da guerrilha, créditos mais altos e meios para que se tornassem empresários de “sucesso”.

**Terceiro, o impacto dos programas de reinserção na vida** e no pensamento dos ex-combatentes e dos dirigentes - É importante assinalar que muitos ex-combatentes aos que se lhes assegurou terra não tiveram apoio técnico nem capital para semear e rapidamente começaram a desfazer-se dessa terra. Porém, para alguns dos dirigentes, além do apoio econômico, houve outro aspecto que foi fundamental: seminários, oficinas e cursos dirigidos desde Harvard e seus centros regionais, com um enfoque neoliberal. Os dirigentes mais altos foram inclusive aos EUA para receber formação econômica, política e social. Outros foram ao INCAE, na Costa Rica ou Nicarágua, para “conhecer” o que estava ocorrendo no mundo depois da guerra. Tudo isso quando em diversas partes do mundo se via a tremenda derrota dos trabalhadores, a queda dos governos do leste europeu, ou seja, do que fora a vitória mais importante do imperialismo sobre as forças revolucionárias em todo o século passado. Com esses ‘ensinamentos’, muitos dos dirigentes da FMLN foram despojados da linguagem e dos conceitos revolucionários, dos termos marxistas e, logo, aquilo de chamar-se “revolucionário” parecia antiquado, algo assim como “haver ficado no passado”. Quase todo mundo deixou de falar de luta de classes e começou a falar de “consenso”, de “acordo”; se deixou de falar de classes sociais e se falou de “sociedade civil”. Dessa maneira se foram perdendo os conceitos, expressão de um determinado marco de referência para entender e compreender a realidade, quer dizer, a ideologia revolucionária foi esvaziada da cabeça de muitos dos líderes da FMLN.

**Quarto, o desmonte das cinco organizações guerrilheiras** e a conversão da Frente em partido eleitoral, como parte dos acordos de paz. Este passo significou a transformação daquele forte movimento guerrilheiro revolucionário e socialista em um partido do sistema político institucional do país. O debate que se abriu na direção da Frente não foi já relativo a como impulsionar o processo de mudanças no país, para dar continuidade à luta pelas transformações sociais pendentes, mas pela repartição de espaços de participação nas candidaturas a cargos institucionais, de deputados, prefeitos e vereadores, inaugurando um período de disputas internas pelo controle do aparato partidário como garantia necessária para a obtenção de determinadas cotas nos espaços de go-





verno. Assim, seus principais líderes se passaram, de dirigentes revolucionários, para funcionários do estado burguês.

**Quinto: a perda da identidade classista da liderança de muitos militantes** da FMLN. Durante a guerra houve uma mudança nas expectativas de muitos dirigentes, a partir das mudanças nas condições objetivas e subjetivas na vida de alguns deles. Alguns companheiros que nasceram no seio de famílias empobrecidas e como resultado de seu esforço e sacrifício na luta revolucionária chegaram a níveis de direção, mudaram suas motivações e aspirações pessoais. Sua aposta já não foi voltar ao campo e trabalhar a terra ou à fábrica e continuar sendo parte dessa classe social na qual nasceram. Quiseram se tornar deputados ou empresários. Assim, produziu-se neles uma transformação classista a partir da “mobilidade social ascendente” obtida pelos cargos públicos. Isso trouxe outra consequência adicional, a aceleração e aprofundamento do distanciamento entre os dirigentes convertidos em funcionários do estado burguês e as bases, que continuaram submetidas a uma situação de pobreza.

Hoje, vale a pena referir-se ao que é agora o partido FMLN, ou o que resta daquela FMLN revolucionária que com tanto heroísmo e inteligência desafiou o poder do império na América Central durante doze anos. Em primeiro lugar, a Frente é o partido mais importante de oposição no país. Governa muitas das principais 80 cidades, incluindo a capital e as maiores concentrações urbanas do país. Tem a bancada legislativa mais numerosa e registrou um ascenso eleitoral contínuo e permanente. Porém, essa situação de êxito eleitoral e de obtenção de maiores espaços nas instâncias estatais corresponde, paradoxalmente, a outra questão: quanto mais votos e poder institucional alcança, mais a FMLN se faz governo, e, ao mesmo tempo, se faz menos povo.

No ano passado, a FMLN teve, inclusive, a possibilidade de ganhar a presidência da República. Entretanto, equivocou-se durante todo o processo eleitoral, começando pela forma em que se elucidou a questão da seleção da fórmula presidencial, passando por uma errática política de alianças e o que é ainda pior, centrou parte importante de seu discurso em um grande esforço por gerar confiança nos setores empresariais e na Casa Branca, apresentando dentro de seus eixos de campanha eleitoral duas bandeiras muito claras. Primeiro, dizer aos ricos do país: “não se preocupem porque se nós ganharmos a presidência da república suas riquezas vão estar garantidas”. E, segundo, tratar de apresentar-se diante do governo dos EUA como seu melhor amigo, mais que o principal candidato da direita.

Então, por que a Frente continua ganhando cada vez mais votos, mesmo com seu deslocamento para o centro ou para a direita? Será que o povo vai para a direita? O que ocorre é que não há outra opção eleitoral mais de esquerda e a população está cada vez mais cansada das políticas neoliberais que se aplicam há mais de 15 anos e aproveita os processos eleitorais para “castigar” o partido no governo.

Finalmente, por sorte para nós, a FMLN não é a única esquerda que existe no país. Há um processo lento e contraditório de construção de uma nova esquerda, não só política, mas também uma nova esquerda social. Ambas, na medida em que se fortaleçam, se converterão no novo sujeito político revolucionário que a nova situação do país reclama.

Nós, da Tendência Revolucionária (TR), estamos trabalhando há vários anos para acelerar esse processo, para fazer da nova esquerda uma maioria na sociedade. Porém, não para que esta maioria se traduza em votos para algum partido eleitoral, mas para que essa maioria se expresse na luta de rua.

Enquanto as bases e a direção da FMLN vão esperando outros cinco anos para tentar de novo chegar ao governo pela via eleitoral, essa nova esquerda se propõe a derrotar o governo mediante a luta nas ruas. Entretanto, a tarefa não é fácil. O fato de que a Frente haja passado a ser parte do Estado desgastou bastante a imagem do que significa ser de esquerda em El Salvador. Porém, somos um povo de muita tradição de luta. Em 1932, este povo tentou, pela primeira vez, chegar ao poder pela via armada. Em 1944, arrancamos do governo uma das tiranias mais ferozes que já houve na América Central, com uma greve geral de braços cruzados. Menos de 30 anos depois, essa ditadura militar, que se recompôs daquela derrota, começou a ter um novo desafio, desta vez com o povo em armas. Os revolucionários de El Salvador têm todo o direito a ter confiança nesse povo heróico e estamos convencidos que, em pouco tempo, a luta em nosso país voltará a se pôr em marcha, igual a outros povos irmãos, na cabeça da luta em América Latina.

## JORGE ZABALZA

“Companheiros e companheiras: que falta de dignidade”! Em Nicarágua, El Salvador, Uruguai, os velhos guerrilheiros que convocaram as pessoas para morrer, pegar em armas, passar pela tortura, estar desaparecidos até hoje, passeiam agora de braços dados com o imperialismo, com o grande capital e a direita. Sofremos duas derrotas, na Nicarágua, em El Salvador e no Uruguai. A primeira foi militar e política, e a pagamos com sangue, anos de prisão, sofrimento de mulheres e homens. Porém, a segunda é pior, porque é ideológica: é a renúncia total aos princípios revolucionários. E dessa não se levanta. Porque da derrota política e militar nos levantamos e saímos dos calabouços para lutar. Da derrota ideológica, não vão sair mais. O que estamos vivendo agora no Brasil nos dá uma antecipação do que vai ocorrer no Uruguai. Ouvir o Lula, para mim, é como ver o nosso próximo presidente “progressista” dentro de dois ou três anos, quando também ele talvez vá a Davos “estender pontes”.

No Uruguai, as eleições foram ganhas com pouco mais da metade dos votos. Como disse Petras, o poder está muito longe de nós. Porém, o povo foi protagonista, encheu as ruas, fez o maior ato público já visto na história do Uruguai ao final da campanha eleitoral. E, no dia das eleições, ninguém ficou em casa. Essas são as expectativas, o estado de ânimo, a subjetividade que hoje domina os trabalhadores e o povo uruguaio.

Grande festa popular, mas também grande festa para os burgueses, porque eles também têm grandes expectativas no governo progressista. No Uruguai, os capitais não fugiram, a Bolsa de Valores continuou funcionando normalmente, o dólar seguiu como estava, o risco país caiu. O Fundo Monetário, o Banco Mundial e o BID visitaram Uruguai e se sentem sócios do novo governo de Tabaré Vázquez. Faz seis ou sete meses, quando Brasil enviou tropas ao Haiti,



a bancada da Frente Ampla no Parlamento uruguaio votou contra enviar tropas uruguaias, argumentando que essa era uma base imperialista para atacar a Venezuela, Colômbia e Cuba. Porém, há 15 dias, como esses parlamentares passaram para o outro lado e agora são parte do governo, a Frente Ampla votaram enviar tropas ao Haiti. Simplesmente porque agora há que fazer bons sinais ao império e às FFAA. Não quero repetir o que já foi dito sobre o que ocorre com o governo de Lula e com o PT.

Que momentos históricos vivemos no Uruguai! Como dizia o companheiro Fidel Nieto, a queda da URSS, o desastre do Partido Comunista da URSS e, com eles a queda da pior das religiões, da mais dogmática de todas, que foi o stalinismo, deixou um grande setor da militância de esquerda revolucionária sem referência, cegos e surdos, desconfiando de tudo o que fora uma proposta revolucionária. Esse desastre dos velhos revolucionários convertidos em defensores da democracia burguesa criou um clima de confusão no plano da teoria, onde ninguém tem segurança nem certezas.

Hoje vale tudo. Como se fosse pouco, os principais instrumentos políticos e sociais construídos pelo povo uruguaio em 100 anos de luta, a Central Única dos Trabalhadores e a Frente Ampla, hoje são instrumentos da política econômica liberal e uma nova garantia da democracia burguesa. A militância que se sente reformista e acha que ser reformista hoje é a revolução possível, vê que a política econômica que a Frente Ampla vai promover é liberal. Define-se liberal e proclama o crescimento econômico baseado na inversão privada e em sua rentabilidade, no pagamento da dívida externa.

Ficou um vazio tremendo no plano da teoria. Um velho guerrilheiro, Raúl Sendic, dizia que “não há melhor teoria que a das revoluções feitas”. Porém hoje, podemos dizer que a melhor teoria vai ser as das revoluções fracassadas. Todos estes fracassos e derrotas nos deixam um campo aberto para fazer uma proposta teórica que convoque a todos os militantes sociais que vão ser desenganados pelo “governo progressista”. Estamos trabalhando na formação de um movimento social altamente ideologizado, que vá dando passos firmes, lentos, porém, firmes e seguros, de luta nas ruas, para que dele nasça a organização política do movimento operário, e o poder dos trabalhadores independente de toda contaminação da ideologia social-democrata burguesa. A emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios operários, dizia Marx. E se fracassou em tantas derrotas sofridas no mundo, é porque o proletariado, em nenhuma dessas experiências, alcançou um grau de desenvolvimento político que lhe converta em sujeito independente, capaz de decidir por si mesmo, sem que ninguém lhe substitua.

Não houve só derrotas militares. Houve também derrotas na concepção da relação do partido com o movimento de massas e, dentro do partido, entre a direção e a base. No Uruguai (falo da minha experiência concreta), se no curso da luta de classes o movimento operário não foi capaz de propor-se a si mesmo um programa em base a suas próprias necessidades, não será o programa da organização política a síntese da experiência do movimento operário e sua luta. O povo não é um grande estrategista, hoje, com suas expectativas eleitorais, e deixando-se manipular pela social-democracia, limita a ação do movimento revolucionário.

Como a organização política poderá fazer para que esse movimento operário se levante e dirija a revolução? Isso é essencial porque, quando lutamos, nos propomos a nos organizar. Como vamos organizar o poder de decidir entre nós será a mesma forma em que se vá organizar no futuro uma sociedade socialista. Se não somos capazes de ter relações ao interior do partido que sejam realmente democráticas, onde todos nos formemos e tenhamos os elementos para decidir, como vamos propor uma sociedade socialista, auto-gestionária, onde os trabalhadores sejam os que controlem os meios de produção e a política?

No plano das idéias, queremos militantes de olhos bem críticos: com relação à sociedade e a classe dominante, porém também para nós mesmos. Militantes de espírito insurrecional no plano do poder e também no plano interno para fazer valer seus próprios sentimentos, idéias e princípios. Vou atrever-me a dizer o que no Uruguai chamamos um “esquemaço”: na discussão sobre as fórmulas organizativas nasceu o partido bolchevique e depois de cem anos de experiências na discussão dessas fórmulas vão nascer os novos partidos revolucionários no Uruguai”.

## VALÉRIO ARCARY

“Não é acidental que a história nos tenha reunido nesta mesa de debate hoje. A experiência da FMLN com a degeneração da maioria de sua direção, ou a adaptação à democracia da maioria da direção dos Tupamaros, e a desorientação que produziram, não levou à desmoralização todas as forças revolucionárias e liberou correntes de esquerda, depois de difíceis lutas internas. No Brasil, nós não tivemos uma guerra civil dramática como a de El Salvador, nem enfrentamos uma experiência de guerrilha urbana tão longa e tão heróica como a do Uruguai, embora muitos dos mais abnegados tenham sacrificado suas vidas na luta contra a ditadura. Mas, a verdade é que a situação da esquerda revolucionária e socialista do Brasil não é muito animadora, não é muito melhor. Algo aconteceu nos últimos 15 anos que devastou as fileiras da esquerda revolucionária brasileira. Aqueles que viveram a experiência da luta contra a ditadura, se lembram que existiam neste país no final dos anos 70 e início dos 80, além da Convergência Socialista - que esteve presente com o principal de suas forças na fundação do PSTU - pelo menos outras cinco organizações com dinâmica muito prometedoras com mais de mil militantes, cada uma delas, com diferentes interpretações do marxismo, que reivindicavam a revolução socialista. Isso se não considerarmos o PCdB e o MR-8, pela cristação estalinista. E digo com pelo menos mil, porque algumas tinham mais de mil ativistas. Essas organizações, que respondiam por siglas como - AP (Ação Popular), OSI (Organização Socialista Internacionalista), PRC (Partido Revolucionário Comunista), MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) e ORM-DS (Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista) - a rigor, enquanto organizações revolucionárias, não existem mais, ainda quando tendências internas ao PT sejam suas herdeiras. Os seus dirigentes, no entanto, ainda estão ativos e, presumo, muito satisfeitos: são deputados, são senadores, prefeitos, e até ministros em alguns casos, que foram eleitos pelo PT. Nós não tivemos os mortos de El



Salvador, não tivemos a prova das prisões do Uruguai, mas boa parte da esquerda revolucionária brasileira, mesmo sem os mortos e sem a cadeia, integrou-se, reconhecemos, até alegremente, dentro do regime democrático. Não têm, contudo, o álibi dos mortos, não têm o álibi da guerra civil.

### **Isso exige uma explicação**

É preciso discutir o significado histórico da “democracia”, da democracia do capital, da democracia burguesa contemporânea e por que este regime tem esta força de gravidade, que destruiu uma geração inteira de organizações revolucionárias. Algo tem de explicar este processo. A partir de nosso olhar, desde o Brasil, um país da periferia do sistema, sem muita tradição marxista, e nos atrevendo a procurar uma explicação para um processo que foi internacional, e já tem uma dimensão histórica, estas pressões terríveis, impostas pelos regimes democráticos, vêm tendo efeitos devastadores sobre as organizações operárias em geral, e sobre os movimentos e partidos revolucionários em especial. Há 100 anos atrás, na Alemanha, a primeira experiência de um partido operário de massas (que tinha várias alas, não tinha somente uma corrente majoritária, o partido no qual havia uma tremenda luta interna, o partido de Engels) foi se integrando ao regime da democracia prussiana, aceitando até o imperador, o Kaiser. Renunciaram a levantar sequer a bandeira da República. Era proibido no partido operário alemão levantar a palavra de ordem elementar de “abaixo o rei”. Rosa Luxemburgo, quando escreveu para a revista do partido o ensaio exigindo essa palavra de ordem foi censurada, o artigo não foi publicado. Este fenômeno não é, portanto, novo.

O calendário eleitoral do regime democrático burguês exerce, há pelo menos 100 anos, uma força de pressão terrível sobre todas as organizações revolucionárias. São raríssimos os casos das organizações revolucionárias que conseguiram sobreviver a essas pressões. Nenhuma organização, nem a mais revolucionária do século XX, que foi o bolchevismo russo, passou incólume, de forma indolor, a prova da democracia burguesa. Todas as organizações revolucionárias ou sucumbiram, ou se dividiram, ou surgiram lutas políticas tremendas em seu interior.

### **O governo Lula ou o governo Kirshner não nos surpreendem**

No Brasil, nós cometemos muitos erros nos últimos 20 anos. Mas um erro não cometemos: nós prevíamos que o governo Lula seria um governo de capitulação ao capital. Nós prevíamos que iria ceder ao Fundo Monetário, manter boas relações com o imperialismo, que iria continuar pagando a dívida externa.

A verdade é que nós, durante uma década, desde 1992, de fora do PT, intervindo nos sindicatos, na CUT e na UNE fazíamos um chamado, permanentemente, à frente única para lutar. Nossa expectativa era construir blocos que abrissem uma via para a ação das massas junto com a esquerda do PT e da CUT. Rompam com a Articulação, unam-se a nós! Eram nossos apelos sistemáticos. Doze anos de nossas vidas dedicamos a isso.

Mas, o que para nós foi uma surpresa foi que, quando Lula chegou ao governo, a esquerda do PT entrou no governo. Não entraram enganados, Lula

anunciou desde o primeiro dia: vamos pagar a dívida. Uns foram para o Ministério da Reforma Agrária, outros para o MEC, para a Saúde, até para a Pesca, enfim, em todos os escalões, não houve cargo que Lula oferecesse, que a esquerda do PT não aceitasse.

Ficamos decepcionados, porque nós esperávamos, pelo menos, que se dividissem, que haveria uma convulsão. Esperamos e esperamos. Menos de 10% da esquerda da CUT e do PT romperam, o que é progressivo, mas é pouco. Mas, menos que 10% dos que reivindicavam o programa revolucionário romperam. Em outras palavras, nove em cada dez dos militantes das correntes que formavam a esquerda do PT e da CUT estão apoiando o Governo e, quem sabe, vestindo camisetas de 100% Lula. É uma vergonha!

### **É necessária uma explicação marxista**

Isso exige uma explicação serena, tranquila, objetiva e materialista. Se possível, marxista. Se formos capazes de integrar a nossa experiência no Brasil com o drama do Uruguai e a tragédia de El Salvador, construiremos uma visão conjunta do que está acontecendo com o marxismo revolucionário. Quando digo marxismo revolucionário não estou falando só daqueles que reivindicam a trajetória da Quarta Internacional. Não somos cegos ao ponto de ignorar que, depois de 1968 surgiu uma esquerda em escala mundial que rompeu com o stalinismo e a social-democracia e não se aproximou, na sua maioria, da Quarta Internacional. Tiveram outras experiências. Uns ficaram impressionados pela revolução cubana, outros pela revolução chinesa, muitos eram nacionalistas revolucionários. O fato é que hoje sobram muito poucos movimentos e organizações que têm em seu programa a estratégia da revolução socialista, ou de resto, de qualquer revolução. Têm formulações obscuras, herméticas, estranhas: por exemplo, “um processo de rupturas democráticas que radicaliza a democracia no processo revolucionário de construção de um contra-poder”. Há fórmulas bizarras, em que não entra, claro, a questão chave: a estratégia é tomar o poder ou não é? Porque para radicalizar a democracia, não precisa tomar o poder. Estas fórmulas permitem muitas interpretações.

A verdade é que dentro do movimento revolucionário, boa parte da esquerda marxista, quando renunciou à luta armada, fosse na forma tática de guerra popular prolongada, fosse na forma tática do foquismo urbano, fosse a nossa tradição trotskista da insurreição urbana proletária e popular, reduziu a estratégia política à tática eleitoral. Essa tese eleitoralista não é o mesmo que participação em processos eleitorais.

### **Nos anos 80, o PT apoiava as lutas**

Na segunda metade dos anos 80, no governo Sarney, já depois da queda da ditadura e das Diretas, o PT apoiava as greves. Apoiava até greves gerais. Fazia declarações retóricas, é certo, mas os deputados apoiavam as greves. Isso não é sinônimo de estratégia revolucionária. Claro que há revolucionários tão sectários que não têm o instinto político elementar de que a sua ação prioritária tem que ser nas lutas de massas (ocupações de terras, greves, mobilizações universitárias, as passeatas), enfim, as ações diretas do povo. Mas os reformistas também participam das ações diretas. Claro que para eles o mais importante são as



eleições, mas se puderem usar o terreno da ação direta, enquanto ela for limitada à forma de um protesto que não abala os alicerces da dominação burguesa, e sirva para deslocar a opinião pública do país em direção a um sucesso eleitoral futuro, os reformistas dão corda.

Já nos anos 90, antes de chegar ao poder, para garantir a governabilidade de Fernando Henrique Cardoso, o PT sabotou, sistematicamente, qualquer possibilidade de unificação das organizações de massas, mesmo quando elas estavam ainda no terreno limitado de um protesto, de mobilizações parciais. Bloqueava, estrangulava, suspendia assembleias. Mas, nos anos 80, não. Conduzia, por suposto, permanentemente, a ação direta das massas para uma única saída política: por dentro do processo eleitoral, chegar à presidência da República e, em não chegando, eleger a maior quantidade possível de deputados, senadores etc.

O fato é que esta concepção política de que a mudança da correlação de forças só pode ser feita por meio de sucessos eleitorais criou raízes profundas na consciência de milhões de pessoas que foram mais ou menos ativos nos últimos 15 anos no Brasil. Tanto é assim que um dos critérios fundamentais que boa parte do ativismo sindical hoje usa para decidir a sua adesão política é se uma organização, por exemplo o PSTU, é eleitoralmente viável ou não. Isto é uma herança desta deseducação política, desta confusão ideológica que vem desde os anos 80.

Não é verdade que a acumulação de forças é dependente dos processos eleitorais. Os processos eleitorais é que são consequência das mudanças nas relações sociais de forças, e não o contrário. Lula, muito antes de ser um sucesso eleitoral, ganhou influência de massas sobre milhões de trabalhadores e jovens em São Paulo, e em menor medida no Brasil, porque foi o líder das greves de 77 a 80. Isso o fez grande, lhe deu autoridade. Este capital inicial vem sendo o oxigênio do qual Lula vive até hoje. Não foi diferente de outras fases de nosso país ou em outros países. No Brasil, antes de Lula, a grande liderança que representava a esperança de milhões de brasileiros, foi Luís Carlos Prestes, do PCB. E Prestes, em toda a sua vida, participou de uma única eleição. Quando foi eleito senador pelo Rio de Janeiro já era uma figura de massas. Não é verdade que as massas selecionam sempre seus líderes entre candidatos aos processos eleitorais. As verdadeiras lideranças dos setores organizados do povo surgem, como sempre surgiram, e surgirão no futuro, das grandes lutas das massas e das provas de força que selecionam homens e mulheres que estão à frente de cada uma das lutas.

### **Lula se credenciou por ter dirigido greves**

O processo, em escala mundial, também foi assim. Sendic se fez grande, não porque participou de eleições, mas porque encabeçou, de armas na mão, a luta contra a ditadura militar e depois atravessou com dignidade e orgulho inquebrantável um isolamento de 11 anos na cadeia. Não foram os processos eleitorais nem os programas de televisão que lhe deram autoridade.

A estratégia eleitoralista pensa: ai de nós, sem televisão não há vida de esquerda; sem televisão e sem mídia, não há política revolucionária. Nós não pensamos assim. Nós pensamos que a pressão do regime democrático-burguês é brutal porque permite uma vida medíocre e tediosa, uma sobrevivência roti-

neira mesmo dos mais abnegados militantes revolucionários, em torno de projetos imediatistas como conquistar um aparato sindical e, muito mais freqüentemente, usar uma vida sindical para depois se transformar em algum tipo de parlamentar. Então, funciona assim: a primeira greve é o jardim de infância, a segunda greve é o ensino secundário, a terceira greve é o ensino superior e já vai para a direção da CUT. Depois, passando pela direção da CUT, recebe o diploma de pós-graduação para poder ser candidato a vereador. Aí faz o mestrado de vereador. Se for bem, já pode concorrer a um doutorado de deputado estadual. A partir daí, o céu é o limite. E a verdade é que essa experiência histórica vivida pelo PT não se reduz à Articulação, mas atingiu toda a esquerda brasileira, inclusive nós. Entretanto, nós sobrevivemos. Mas à nossa maneira, a maneira brasileira, aprendendo com os nossos erros, porque somos uma esquerda muito empírica. Aprendemos também porque tínhamos um legado que ficou da geração anterior deixado por Moreno que nos alertava para coisas simples, mas que ficaram na memória dos quadros de nossa organização.

Assim, quando nós tivemos deputados começamos a gastar muito mais dinheiro do que podíamos gastar para construir o partido, porque os salários de nossos líderes sempre foram miseráveis. Muitos quadros muitas vezes pressionavam: não podemos continuar vivendo do dinheiro do Parlamento, redução de gastos, menos profissionais, fechar sedes, gastar menos, viver do dinheiro das cotas dos militantes. Isso trouxe crise, isso foi doloroso e, algumas vezes, produziu confusão e até, infelizmente, hemorragias dentro de nossa corrente. Mas sobrevivemos: aprendemos que não se pode viver do dinheiro de mandatos, que não se pode ter mais profissionais que a militância e o apoio do movimento de massas pode sustentar. Temos quantos revolucionários profissionais quanto recolhermos do apoio sacrificado do dinheiro que a militância e os trabalhadores entregam para que o PSTU possa existir no Brasil. Vivemos desse dinheiro, e nenhum centavo a mais. E a primeira lição então é como sobrevivem as organizações que aprendem a ser humildes e pobres. Porque os bolcheviques eram pobres, e viviam com salários de fome e usavam, freqüentemente, o pouco dinheiro que tinham para comprar livros, estudar idiomas, capacitar-se.

## **É preciso manter relações estreitas com os trabalhadores**

Mas ter finanças separadas do Estado não é o bastante. É insuficiente para nos protegermos do efeito devastador da pressão eleitoralista dos regimes democráticos, e nos deixou nesta solidão revolucionária. Nós precisamos de outros escudos, de outros antídotos, de outros remédios. Em primeiro lugar, precisamos ter relações estreitas com os trabalhadores. Temos de procurar um caminho para as massas, nos unir às lutas dos trabalhadores. E isso não se faz procurando, a qualquer preço, o sucesso eleitoral. E por isso nós temos diferenças com os dirigentes do PSOL, porque eles, em nossa opinião, se mantiverem o caminho do ano passado - legalizar antes de ter programa, ter candidato antes de ter concepção de partido - subestimam a tragédia de toda uma geração que foi destruída pelo eleitoralismo. Quem subestima essa tragédia histórica de pelo menos 50 mil militantes que se passaram para o lado de lá, está caminhando com os olhos fechados, está preparando sua sepultura política. Para nós nos defendermos da pressão do





regime democrático precisamos de lucidez e vigilância. Precisamos nos aproximar das massas, dos setores que lutam, não com o objetivo de ocupar posições para o nosso sucesso eleitoral do futuro, mas com o objetivo de apoiar as lutas, e disputar sua direção para levá-las à vitória. E se isso envolve a ruptura com os limites da legalidade burguesa, não importa se seremos reprimidos, teremos de fazer as ações que sejam necessárias. Isso significa saber que haverá represálias. Que o Estado burguês, como nos ensinou Petras, existe como um aparato duro, cuja função é preservar a ordem e a propriedade privada, que não hesitará em aplicar a violência mais implacável sobre aqueles que ameaçarem a sua dominação. Preparar-se para as represálias significa que não se pode construir uma organização revolucionária como se constrói uma escola de samba, que tem muitas alas. Um partido revolucionário precisa de muita disciplina. É como uma cidade sitiada, uma fortaleza cercada de inimigos por todos os lados, e deve estar sempre preparada para se defender, e por isso tem claras suas fronteiras, só entra na cidade quem merece confiança, porque uma cidade sem muralhas não pode se defender, está sempre vulnerável à pressão dos inimigos de classe. A burguesia e o capital são tão poderosos que a lição fundamental dos últimos 100 anos é que constroem seus agentes e aparatos contra-revolucionários no seio do movimento de massas, e precisamos derrotá-los.

Precisamos mais do que nunca de uma esquerda revolucionária educada, culta, dedicada a aprender com as experiências dos outros, como a experiência de El Salvador, como a experiência dos Tupamaros, no Uruguai, em saber porque se tornaram social-democratas e também em nosso país, entender a história das revoluções do século XX, as experiências revolucionárias. O nosso terceiro escudo é o marxismo e o quarto é o internacionalismo. Se não formos internacionalistas, pensando que o Brasil é o centro do mundo, estaremos condenados ao fracasso. E por último, quero lembrar o que nos deixou Leon Trotsky, quando ao voltar à Rússia, tomou a palavra na estação de trens de Petrogrado, que a lição fundamental da história das revoluções derrotadas se reduzia a três fundamentos. Primeiro: confiar apenas na força dos trabalhadores para transformar o mundo. Só a sua mobilização é capaz de mudar o mundo. Segundo: desconfiar sempre do inimigo de classe; nenhuma confiança no capital e na burguesia. Terceiro: Controlemos os nossos chefes, controlemos os nossos chefes, controlemos os nossos chefes”.

### INTERVENÇÕES DE FECHAMENTO

Depois das primeiras intervenções dos integrantes da mesa, surgiram perguntas gerais do plenário sobre os temas tratados. Nenhuma delas foi dirigida a algum deles em particular. Depois das perguntas, os membros da mesa fizeram suas intervenções de fechamento, que reproduzimos aqui.

## JAMES PETRAS

“Um tema que estamos enfrentando hoje é a situação na Venezuela, um país que tem uma realidade muito contraditória. Por um lado, temos as massas mobilizadas, ativas, antiimperialistas e favor das mudanças sociais profundas. Por outro lado, temos muitos partidos burgueses apoiando o governo: liberais, socialdemocratas, ex-parlamentares de partidos em bancarrota. Temos uma luta entre o presidente que ataca a guerra no Iraque, a ALCA, a invasão do Haiti e, ao mesmo tempo, busca a colaboração do capital nacional e estrangeiro para conseguir o desenvolvimento do país. O governo lançou programas de saúde, educação, créditos para os pobres e, ao mesmo tempo, está buscando conseguir a colaboração de setores de direita. É um governo burguês reformista que devemos apoiar contra os ataques imperialistas e dos setores burgueses reacionários. Mas deve ser um apoio que mantenha as críticas profundas ao conteúdo de classe do regime. Os círculos bolivarianos existem nos momentos de crise: frente ao golpe, ao referendun, à fraude, aos paramilitares invadindo o país. Mas as instituições permanentes estão cheias de políticos reacionários ou reformistas. O mais importante, para mim, é que o país está profundamente polarizado entre as classes. É uma polarização pré-revolucionária, similar a outros países em que esteve antes. Mas na Venezuela não há um partido classista revolucionário para dirigir esta polarização até a revolução socialista. Quando aconteceu o rapto do membro das FARC, o governo venezuelano ficou em silêncio. Escrevemos uma carta aberta a Chávez colocando que o rapto era um crime e uma violação da soberania e que devia agir porque se não o fizesse estaria convidando a que invadissem seu país. Após duas semanas, congelou as relações com a Colômbia e denunciou o fato, mas tudo ainda está pendente.

Não há uma revolução democrática na Venezuela, há um começo de políticas de bem-estar social que dependem de duas coisas. As divisas provenientes do petróleo que permitem ao governo manter esse balanço entre a burguesia e as classes populares. Porque a burguesia segue recebendo enormes subvenções do governo e, por sua vez, este tem entradas adicionais para financiar os programas sociais.

### A aliança da Venezuela com Cuba

O segundo fator é a aliança com Cuba: todo o programa de saúde (a principal reforma do governo) depende dos 15.000 médicos e dentistas cubanos que estão no país. Então, a face progressista é este programa social e as massas mobilizadas.

Mas há perigos importantes porque o poder institucional do governo de Chávez não é revolucionário nem comunista. Um exemplo: Chávez ditou uma reforma agrária há três anos mas, neste período, não expropriou nem um latifúndio privado. Os 100.000 beneficiários desta reforma receberam terras públicas. Agora Chávez reafirmou a reforma agrária e as massas, tomando em suas mãos esta diretiva, começam a ocupar terras, enquanto os novos burocratas chavistas estão “investigando” os latifúndios que iriam ser expropriados.

As massas radicalizadas e antiimperialistas respaldam o governo chavista e há um setor reacionário, dentro do governo, e Chávez trata de equilibrar-se entre os dois. Quando há crise, inclina-se para o lado das massas para defender-se. Quando a crise passa, busca implementar institucionalmente suas políticas.



Conclusão: temos que ver por onde pode surgir as massas organizadas revolucionárias, enquanto apoiamos Chávez contra os fascistas e o imperialismo, sempre mantendo a posição independente e classista.

No Brasil, há uma grande oportunidade para o PSTU e a CONLUTAS de incorporar milhares, não de um a um, de militantes que estão despertando deste pesadelo que é o governo Lula. É muito necessário criar frentes de luta como o CONLUTAS, participar das lutas reivindicativas, da organização de greves, de ocupações de terras e moradias... E dentre estas lutas, apresentar o projeto para o poder do Estado. Por quê? Eu tenho uma velha relação de 15 anos com o MST e com outras organizações sociais na Argentina e em outros países. Estas organizações sociais tiveram grandes êxitos, ocuparam muitos latifúndios, derubaram governo, lançaram grandes greves contra as privatizações e as ganharam. Fizem coisas que nenhum político eleitoralista poderia fazer. Mas estes movimentos, que chegam até a derrubar governos, não estão em condições de tomar o poder. Como me dizia um ativista na Bolívia: “estamos a altura de derrotar governos, mas não estamos preparados para governar”. Isto é uma lição: os movimentos de massas são cem vezes mais importantes que qualquer processo eleitoral burguês. Dentro dele, o central é como unir a inserção nestes movimentos com a tomada do poder do Estado”.

### FIDEL NIETO

“Aqui foram abordados vários temas. Entre eles, o conceito de “revolução democrática”. Às vezes, tenho medo de que nós, revolucionários, brigemos pelo conceito de “democracia”. Petras já disse que há diferentes “democracias”. Penso que não pode haver revolução, muito menos uma revolução socialista, se não for com a participação da maioria do povo. Desde esta perspectiva, a revolução socialista deve ser profundamente democrática ou não será socialista. Se não logramos que a maioria do povo se incorpore à luta por mudar radicalmente a sociedade, não haverá revolução, e isso a faz por si, democrática.

O segundo aspecto é a questão eleitoral. Nós revolucionários não podemos renunciar a nenhuma forma de luta. O problema é para quê utilizamos as eleições, como participamos delas. Em 1967, o PC salvadorenho participou nas eleições presidenciais e havia clareza de que era impossível ganhar por essa via o governo. Porém, era importante aproveitar o espaço para divulgar um programa de transformações. Ademais, devia aproveitar o espaço para contribuir com a elevação do nível político das massas. Em grande medida, como resultado desse processo, três anos depois surgiu a luta armada e, rapidamente, foram criadas cinco organizações político-militares. Por isso, nosso critério, como TR, é participar das eleições se é conveniente em um momento determinado. Porém, se há que voltar a levantar-se em armas, o faremos novamente. Isso vai depender das necessidades objetivas do avanço da luta concreta.

### O tema do “partido de massas”

Há uma velhíssima discussão na esquerda: se o partido revolucionário deve ser de quadros ou de massas. Para mim a questão central não é essa, mas se o

caráter do partido é revolucionário ou não. A Frente Sandinista nicaragüense tem 350.000 membros, porém isso não a faz revolucionária: sua direção é profundamente corrupta e oportunista. A FMLN salvadorenha tem 100.000 filiados e muitos deles são revolucionários, porém, não sua direção nem sua política. A chave não é o tamanho, mas se podemos ser uma espécie de “olho do furacão” que mobilize a maioria da população a luta e que tenha um programa revolucionário.

Outro tema é Venezuela. Tenho a impressão de que nem sempre medimos com o critério objetivo científico os avanços ou retrocessos que podem haver em um processo revolucionário determinado. Lenin nos deu uma aula sobre isso quando criou a NEP para referir-se às mudanças que a Rússia necessitava nessa época. Nosso critério não deve ser o que desejamos, mas o que podemos fazer segundo a correlação de forças internas e externas que determinam os processos. Claro que estou de acordo que o avanço ou não da revolução na Venezuela não é responsabilidade de Chávez, mas dos revolucionários latino-americanos, especialmente os venezuelanos. Tenho acordo com Petras de que esse processo, por agora, requer nosso apoio, nossa simpatia e que o conheçamos mais profundamente.

Termino com uma reflexão: há um ponto na questão do partido da revolução que ficou pendente. Na América Latina, nenhum partido de esquerda conseguiu chegar só ao governo. A Frente Sandinista nicaragüense não era um partido, era um movimento de três agrupamentos político-militares. Em Cuba, a organização de Fidel Castro também era um movimento. Chamar-se “partido” não faz, por si só, que seja o instrumento adequado para fazer a revolução. Em El Salvador, temos feito essa discussão e, finalmente, decidimos que, mais que fazer um partido, deveríamos fazer um movimento. Se parece nisso, inclusive, ao PSTU: não temos um presidente ou um secretário geral. Há uma forma muito mais horizontal de funcionar. Por agora, está funcionando. No dia em que não sirva mais, vamos mudar. Não devemos nos aferrar a esquemas só porque diz o texto”.

## JORGE ZABALZA

“Uma pergunta bem direta: que aconteceu com os Tupamaros? Quando a velha direção do MLN saiu da cadeia, éramos uma fortaleza decidida a fazer a revolução. Entre 1985 e 1994, crescemos no movimento de massas, nos sindicatos, nas ocupações de terra, nas cooperativas, na luta contra a repressão policial e no movimento estudantil. Porém, entramos na armadilha da democracia burguesa: em 1994, participamos das eleições com candidatos próprios. Nosso calendário deixou de ser o das lutas sociais e passou a ser calendário eleitoral, o parlamentar, o da luta interna da FA. Deixamos de relacionar-nos com os trabalhadores para passar a ter relações com os dirigentes políticos dos partidos burgueses e reformistas. Em cinco anos, vimos que havia companheiros que já haviam mudado sua visão. Enfraquece-se a rua e se fortalece a cadeira (...) se acostumam à discussão no Parlamento, a fazer tratos e acordos nos corredores. Deixam de ter a visão do poder revolucionário popular para ver se “desde cima” se mudam as coisas que não mudariam o povo.



Aqui ocorreu o mesmo. José Mugica, líder parlamentar dos Tupamaros, disse: “começamos a falar de revolução daqui a 25 anos, agora não é o tema”. Essa realidade não é algo dos homens: é o sistema que te faz uma armadilha. Chávez vai ter um momento decisivo, como teve Perón na Argentina. Quando a reação o tenha cercado, o dilema vai ser: “dou as armas ao povo ou não”. Perón não o fez, João Goulart tampouco. No Uruguai há uma massa de companheiros na Frente Ampla e na esquerda cuja mentalidade está canalizada às eleições, ao governo. Não há que romper o diálogo com eles. Não há que fazê-los sentir na “na outra barricada”<sup>2</sup>. É a massa a qual devemos nos dirigir para que mude para uma visão revolucionária. Como disse o companheiro Nieto, o partido deve ser o “olho do furacão”. Deve ser capaz de convencer as massas para que elas decidam por si mesmas a fazer a revolução. A mensagem do partido tem que ser legal e ilegal, clandestino e público, armado e desarmado. Cada coisa em seu momento e em seu lugar. Porém, nossos militantes têm que ter a mentalidade preparada para saber que a democracia burguesa se esgota, que a legalidade que a classe dominante nos brinda se acaba e, então, conhecemos a feia cara da violência da direita”.

### VALERIO ARCARY

“Surgiram muitos temas que têm relação com o regime democrático, mas que não são o mesmo assunto. Vou me referir a uma questão que tem uma estreita relação. Existiram vários reformismos socialistas no século XX. O reformismo inicial foi o alemão de Bernstein, que achava que a classe trabalhadora iria acumular forças gradual e lentamente, ganhando peso nos sindicatos, no Parlamento, na economia nacionalizada, o partido operário iria se transformando em uma maioria eleitoral etc. Essa estratégia gradual foi reformista em dois sentidos. No sentido de que acreditava que iria transformar o capitalismo, defendendo a democracia. A hipótese do primeiro reformismo operário era que o capitalismo era incompatível com a democracia burguesa e, portanto, cabia aos trabalhadores defender a democracia contra o capital. Era uma questão de tempo para que os trabalhadores fossem a maioria nos parlamentos, mudariam as leis e assim transformariam o capitalismo. Mas também eram reformistas em outro sentido: achavam de verdade que o capitalismo podia ser reformado. Não só as instituições. Achavam que o salário mínimo iria crescendo constantemente e a desigualdade social diminuiria, com uma distribuição da riqueza gerada pelas empresas controladas pelos capitalistas. Achavam que se podia conseguir melhor distribuição, maior educação gratuita, redução da jornada de trabalho. Achavam que, sem destruir o capitalismo, a vida poderia ser melhor.

A partir daí, surgiram outros reformismos, como o de inspiração sueca. Quando nos anos 1930, Roosevelt estava fazendo o New Deal nos EUA, na Escandinávia se realizou a experiência de um governo de um partido operário reformista que fez um pacto social com a burguesia e estabeleceu um piso mínimo de condições de vida para a classe trabalhadora: garantia de pleno em-

2 No original, na “vereda de enfrente” significa na calçada ou no caminho em frente. Ou seja, do outro lado.

prego, créditos de longo prazo para a compra da casa própria e acesso à escolaridade gratuita primária e secundária, algo que então não existia no mundo. Depois da Segunda Guerra Mundial e da experiência norte-americana de Roosevelt, os historiadores chamaram a isso “pacto social keynesiano”. Esse foi um segundo reformismo, que já não falava de socialismo, que retirou dos estatutos dos partidos operários qualquer referência ao marxismo e à luta de classes, e se propunha, de forma aberta e clara, a administração do capitalismo.

## O reformismo de Lula

O sonho de boa parte da esquerda latino-americana é que Lula fosse um reformista sincero, um governo de colaboração de classes. Um governo que respondesse à burguesia, mas que faria um “pacto social”, que garantisse um salário mínimo digamos de 500 reais, uma taxa de juros baixa, que garantisse o emprego. Então, a frustração de boa parte dos reformistas da esquerda brasileira é que Lula nem sequer fez isso. Então, olham para Chávez, esperando que ele sim, faça. O problema é que Chávez não é Lula, mas tampouco é socialista. Concordo com Petras quando diz que todo processo revolucionário, toda situação revolucionária tem oscilações e mudanças nas relações de forças, o que exige uma organização revolucionária de grande flexibilidade política e tática. Mas os EUA não aceitam sequer o governo reformista de Chávez, não porque suspeitem que Chávez tenha um “projeto secreto” para chegar ao socialismo, mas porque no quadro mundial atual, é inaceitável para Bush uma Venezuela independente, como um Irã independente, mesmo que seja burguês. Porque os dois têm grandes reservas de petróleo. Não podem aceitar Chávez porque ele quer defender maiores margens de independência para o capitalismo venezuelano. Quando se deu o golpe de Estado, era dever dos revolucionários socialistas defender o governo Chávez. Quando se deu o plebiscito, era preciso chamar o voto contra a manobra imperialista. Mas a política geral dos marxistas revolucionários nesse período na Venezuela deve ser a construção de uma oposição de esquerda ao governo de Chávez. Já existe uma oposição de direita que quer derrubá-lo. Mas o drama da Venezuela é que não existe uma oposição de esquerda: toda a esquerda venezuelana (como fez com Lula, no Brasil) entrou no governo Chávez. É certo que o programa de Chávez é diferente do de Lula, mas isso não justifica entrar no governo burguês. Concordo com Zabalza que logo Chávez terá novos confrontos com o imperialismo. A situação na Venezuela não está resolvida porque a situação revolucionária não se fechou por baixo, e isso significa que a oposição de direita tentará de novo recuperar o poder. O drama é que para transformar a Venezuela na direção do socialismo (ou seja, a satisfação das reivindicações dos trabalhadores) não basta ter 10.000 médicos cubanos. Os médicos são extraordinários porque isso significa que muitos venezolanos, pela primeira vez, puderam ir a um dentista. Mas os socialistas temos um projeto muito maior. Durante décadas, o petróleo foi usado para engordar a burguesia venezuelana, uma classe das mais parasitárias e corruptas da América Latina. O projeto socialista é a expropriação do capital da burguesia venezuelana e a transformação dessa economia para os trabalhadores.



### A relação partido-massas

Toda organização que tenha vocação de luta pelo poder tem que encontrar um caminho para as massas. Tem que abrir uma janela para a política em direção às massas, tem que dirigir-se aos milhões que não concordam conosco. Mas a transformação da consciência não se dá simplesmente em função do que falamos nós, os revolucionários. Nós não somos como os pentecostais, que vão às praças e proclamam o Novo Testamento. A transformação da consciência de milhões de pessoas depende dos argumentos e da propaganda, mas depende, fundamentalmente, de uma experiência prática, de uma motivação das pessoas para lutar por si mesmas. Nós cremos no egoísmo das massas pobres, proletárias e trabalhadoras que querem lutar por si mesmas, pelo que não têm: casa, terra, educação, trabalho, salário... que não têm futuro no capitalismo. É esse egoísmo das massas que pode transformar o mundo. O drama é que as massas não sabem a força que têm. O papel dos revolucionários não é proclamar verdades, é apoiar a experiência prática de milhões para que as massas descubram a verdade mais profunda da história, o segredo mais bem guardado de todos: quando os trabalhadores se mobilizam, não há força no mundo capaz de derrotá-los. Essa experiência prática se dá na luta e a luta transforma a relação de forças e, ao mesmo tempo, transforma a consciência. É um processo encadeado permanentemente: luta, organização, vitórias, confiança, mais lutas, nível mais elevado de organização, novos destacamentos de ativistas e novos dirigentes, lutas ainda mais superiores. Nesse processo de impulsionar lutas, forjar dirigentes, organizações e instrumentos de luta, a partir de uma experiência prática, da que nós não temos um roteiro pre-estabelecido, que muitas vezes se improvisa, mas que tem um fio condutor do qual não nos afastamos. Impulsionar a luta, identificar os novos dirigentes, formá-los, organizá-los, dar-lhes consistência e coerência, dar confiança e impulsionar novas lutas em um nível superior. Esse ciclo de lutas é o que permite mudar a relação de forças e, no momento oportuno, colocar o problema do poder. Para fazer essa relação com as massas, os processos eleitorais também têm seu significado. É correto apresentar candidatos se as massas vão votar e usar o espaço do processo eleitoral para atacar os inimigos e polemizar com eles. Mas não é isso o decisivo, o que define. O que define, o que é permanente é o que decide a sorte dos processos revolucionários. E nos processos revolucionários, o curso se precipita em semanas. Nos momentos de divisão e máxima fragilidade burguesa, quando o capitalismo se sente inseguro e tem medo do povo, o decisivo é se existe dentro da mobilização de massas um destacamento de gente organizada, determinada, disciplinada e, aqui a palavra terrível, centralizada e com disposição de lutar pelo poder. Porque isso foi o que faltou na Bolívia ou na Argentina: os trabalhadores fizeram todo, mas faltou um organizador coletivo, um destacamento de vanguarda de milhares que, nesse momento, tivesse a determinação da luta pelo poder. E isso não se improvisa: se constroi durante décadas de dedicação, de sacrifício e de perseverança. Nossa determinação é que no Brasil, quando chegue o momento da crise revolucionária, não ocorra o que ocorreu na Bolívia em 2003. Que aqui a sorte da situação revolucionária seja favorável aos trabalhadores e que nós tenhamos nosso encontro com a história". ■

# O que foi a FMLN

A Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN) surgiu oficialmente em 10 de outubro de 1980. Mas sua gestação foi um processo longo e complexo de organização dos trabalhadores e ativistas contra a ditadura e pela liberação nacional de El Salvador.

Esse pequeno país centro-americano foi o centro das atenções dos trabalhadores e jovens de todo o mundo no início dos anos 80, ao viver um dos processos revolucionários mais aguerridos daquele momento. A ditadura militar vinha funcionando no país desde 1932, concretamente desde o massacre do levante popular que deixou mortos mais de 30 mil indígenas e camponeses e o fuzilamento dos principais dirigentes, entre eles sua figura mais destacada, Agustín Farabundo Martí. O ditador Hernández Martínez, que comandou a matança, foi derrubado por uma greve geral em maio de 1944.

Nos anos 50 teve início o período histórico de bonança internacional dos preços do café; se aprova uma nova constituição política, cresce o número de trabalhadores; aumentando naturalmente o número dos explorados, ao mesmo ritmo em que a riqueza se concentrava em poucas mãos. Mas também cresce a organização sindical, a formação política e a resistencia.

Nos anos 70 tem início um processo de unificação das diversas organizações populares na luta contra a ditadura. Esse processo culmina em maio de 1980, com a formação da DRU (Direção Revolucionária Unificada), integrada por Resistência Nacional (RN), Forças Populares de Liberação (FPL), Partido Comunista de El Salvador (PCS) e Exército Revolucionário do Povo (ERP). Em seu manifesto de lançamento dizia: “De agora em diante haverá uma só direção, um só plano militar, um só comando, uma só linha política”. Em outubro desse ano se incorpora à DRU o PRTC (Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-americanos), dando origem à Frente Farabundo Martí de Liberação Nacional.

Essa decisão antecede o lançamento da ofensiva geral de 10 de janeiro de 1981, com a qual teve início a revolução salvadorenha propriamente dita.

A guerra durou 12 anos, e foi o maior confronto de classes da história de El Salvador. A FMLN conseguiu construir um poderoso exército, bem armado, que aniquilou unidades completas do exército governamental equipado, treinado e dirigido por oficiais norte-americanos. Em 31 de dezembro de 1991 são assinados os Acordos de Paz entre o governo salvadorenho e a insurgencia, e a oligarquia retoma o poder. A FMLN capitula e se integra ao processo de recomposição da democracia burguesa em El Salvador. ■





# Algumas linhas sobre os Tupamaros

No Uruguai, a década de 60 foi marcada por um grande ascenso entre os trabalhadores da cana de açúcar, um dos principais produtos agrícolas do país. Eles começaram a se organizar no norte do país e fazem constantes marchas até a capital, Montevidéu, com grande apoio e solidariedade entre a população e os outros setores de trabalhadores. Para enfrentar o movimento os bandos fascistas também se organizam. Percebe-se a possibilidade de golpe militar, o que leva as diversas forças de esquerda a se aglutinarem para se defender. Assim surge a chamada Coordenadora, que passa a organizar as ações de apoio às lutas. Os bandos fascistas recrudescem suas ações. Em uma das inúmeras marchas em Montevidéu, um ativista é assassinado. O governo tenta jogar a culpa em Raúl Sendic, assessor do Sindicato dos Trabalhadores da Cana de Açúcar (UTAA), obrigando-o a passar para a clandestinidade.

Em janeiro de 1966, a Coordenadora resolve definir-se como um movimento político-militar para organizar ações de defesa de seus militantes e estender a luta contra o governo e os fascistas. Surge assim o MLN-Tupamaros, que se define como socialista. A partir de dezembro desse ano, diante do recrudescimento da repressão, os Tupamaros passam à clandestinidade. Muitos são presos, torturados e mortos. Em 1973 ocorre o golpe militar, que implanta no país uma ditadura. A partir dos anos 80 voltam os movimentos populares, que conquistam a anistia. Em março de 1985 os presos tupamaros saem da prisão. Parte deles resolve se reestruturar, agora como Movimento de Participação Popular (MPP), e se apresentam nas eleições, elegendo vários deputados. ■

# A questão do islamismo e a esquerda mundial



ÁNGEL LUÍS  
PARRAS

O islamismo transformou-se em um fenômeno mundial com peso de massas em países onde o imperialismo é hoje mais agressivo. O fenômeno é parte essencial do processo de reorganização operária no Oriente Médio, Ásia, o Magreb e também entre os trabalhadores imigrantes nos países imperialistas. A ocupação do Iraque e a guerra de libertação nacional que a está sucedendo põem a olho nu o tema e a polêmica que gera na esquerda mundial. Este artigo é uma tentativa de aprofundar nossos conhecimentos sobre um tema tão complexo e decisivo na geopolítica mundial de nossa época.

## **Uma visão equivocada**

Um traço distintivo da situação mundial é, sem dúvida, o giro à direita das direções do movimento de massas, sua integração aos regimes burgueses e sua colaboração com o imperialismo. Dessa “lei geral” não escapa de forma alguma a esquerda no Oriente Médio ou na Ásia. O perigo de uma ascensão islamita ao poder, semelhante ao do fascismo, foi a desculpa ideal para tal capitulação polí-

tica da esquerda árabe. Esta capitulação tem outro rosto. Por trás do crescimento do Islamismo e de suas tendências reacionárias, oculta-se a responsabilidade do imperialismo na situação de miséria das massas. Sua integração nos regimes políticos, justificada pela necessidade de “lutar contra o Islamismo”, ao mesmo tempo, disfarça e oculta a dominação que exerce o imperialismo através dos governos locais.

Há muitos exemplos de militantes de esquerda e nacionalistas que aceitam postos ministeriais e governamentais com essa justificativa. Basta olhar para a Argélia, a Palestina ou o Iraque para ver como boa parte da esquerda recusa a unidade de ação com as correntes islâmicas, ao mesmo tempo em que não têm o menor pudor em participar com o imperialismo em juntas militares (Argélia), em governos que perseguem os que lutam contra o sionismo (Palestina) ou em governos de ocupação impostos pelo imperialismo (Iraque).

Os “revolucionários” dos países árabes ou islâmicos, que são os maiores inimigos de qualquer unidade de ação com o fundamentalismo, expressam, em nosso juízo, o “vendaval oportunista” que percorre o planeta. A particularidade dos países árabes ou muçulmanos não pode ocultar que a essência do debate é a mesma em todo o mundo: a posição dos revolucionários frente ao imperialismo.

### O fenômeno do islamismo

As correntes islâmicas existem como tais desde o começo do século XX, em particular depois da aparição dos Irmãos Muçulmanos no Egito (1928). Mas é, desde 1980, depois da revolução iraquiana, que se converteram em um fenômeno crescente no mundo muçulmano e nas próprias colônias de trabalhadores imigrantes nos países imperialistas.

Falamos de “fenômeno político” pois estamos frente a organizações absolutamente diferentes, ainda que algumas se chamem pelo mesmo nome. Por exemplo, o Hamas da Palestina é parte importante da Intifada e da luta contra o sionismo, mas o Hamas da Argélia (atualmente MSP) apoiou o golpe, a repressão e faz parte dos governos da ditadura argelina. Reivindicam-se como islâmicos os talibãs, o Hezbollah, o FIS argelino, o Hamas da Palestina, a Al Qaeda ou o governante partido turco Refah. Inclusive estados inteiros, como a Arábia Saudita e o Irã. Mas são as correntes em enfrentamento aberto com o imperialismo as que ganharam mais simpatias e prestígio no movimento de massas dos países muçulmanos e configuram, de fato, o chamado “fenômeno islâmico”. Depois da bancarrota do stalinismo e do antigo nacionalismo burguês pan-árabe dos anos 1960-70, ocuparam seu espaço na resistência ao imperialismo e aos governos pró-imperialistas. Quais são suas características principais?

- São direções burguesas ou pequeno-burguesas que se apóiam em diferentes setores econômicos e alas da hierarquia muçulmana (Chiítas ou Conectas) e tomam o Islã como referência coletiva frente à recolonização imperialista. Apóiam-se no movimento de massas, em suas mobilizações e protestos, buscando seu espaço frente à exclusão que sofrem nas colônias e semicolônias pelo processo mundial de centralização de capitais e saque imperialista.

- Ideologicamente, propõem “estados islâmicos”: regimes bonapartistas e ditaduras, com manto religioso, que buscam desmontar e enfrentar todo processo revolucionário, perseguem os ativistas operários e juvenis e a toda corren-

te que não aceite seus planos políticos e suas doutrinas reacionárias. Em alguns casos, adquirem um caráter facistóide (Talibã). Em todos os casos, por sua natureza burguesa e teocrática, nunca são conseqüentes na luta contra o imperialismo.

### **O debate na esquerda**

Na esquerda mundial abriu-se uma discussão sobre a política para os enfrentamentos entre estas correntes e o imperialismo. Há quem diga que se trata de setores igualmente reacionários e que a política deve ser chamar “a paz”. Por exemplo, a palavra-de-ordem “nem Bush nem Talibã” na guerra do Afeganistão. Outros os equiparam ao fascismo e isso, portanto, justifica até os golpes militares contra eles, como na Argélia. Neste marco, muitas organizações sustentam que, diferentemente das correntes burguesas e pequeno-burguesas de outros países coloniais e semicoloniais com as quais se pode fazer acordos de unidade de ação e de luta até mesmo no campo militar contra o imperialismo, com as correntes islâmicas só é anticapitalista e antiimperialista porque pretende retroceder ao feudalismo. Seriam então partidos medievais ou feudais. Não estão no caminho do progresso burguês, mas da “reação asiática” e devemos combatê-los com tanta força como combatemos o imperialismo. É uma posição totalmente equivocada. Tal com nos ensinaram Lênin e Trotsky, ante o enfrentamento entre um país fraco e o imperialismo, especialmente se o primeiro é agredido, defendemos a derrota do imperialismo e, portanto, o triunfo do país agredido, independentemente de que sejam os reacionários a direção do regime. Podemos dizer que o fundamentalismo é um fenômeno similar ao nacionalismo burguês. Conseqüentemente, preservando a independência política e de classe e sem dar apoio político a essas direções, chamamos a unidade de ação com as correntes islâmicas que enfrentam o imperialismo.

Também somos claros ao repudiar a política das organizações que defendem a matança indiscriminada de setores populares simplesmente pelo fato de estar sob os “governos inimigos ou infiéis” e que inspiram nas massas muçulmanas uma idéia equivocada de como enfrentar o imperialismo. A utilização do terrorismo indiscriminado, como fazem a Al Qaeda e seus seguidores, só ajuda o imperialismo a ganhar as massas para sua política, tal como nos mostrou o 11 de setembro.

Combatemos as direções pondo no centro as necessidades da luta de classes, a luta contra o imperialismo e os governos lacaios. Devemos desmascarar sua inconseqüência, seu palavrório, sua submissão aos interesses burgueses, seu falso “igualitarismo”, como parte desse combate, e o fazemos desde este ângulo, o da luta dos trabalhadores e não desde o “combate à religião”.

### **Dois critérios opostos para caracterizá-los**

Não podemos caracterizar as políticas das correntes por sua ideologia, ainda que esta seja um componente dessa caracterização. O essencial é o caráter de classe da corrente, sua política e seu programa, o que diz e o que faz na luta de classes, sua relação com o sistema social dominante, o imperialismo e sua vinculação com o movimento de massas. O elemento determinante não está na superestrutura (a ideologia), mas na estrutura (a luta de classes). O cenário onde

todos estes fatores põem-se à luz com maior clareza são os momentos excepcionais, como as revoluções ou as guerras. A maioria da esquerda mundial utiliza um critério de raciocínio diametralmente oposto: a ideologia é o fio condutor de toda sua caracterização e, em consequência, da definição da política. Por isso, dão tanto peso à questão da religião na definição de que são correntes essencialmente reacionárias e pré-capitalistas.

### Os erros aos quais induzem estes enfoques

É muito interessante, por exemplo, a análise que estes setores da esquerda fazem do *wahabismo*, a ideologia de Osama Bin Laden. Seria *um movimento religioso que prega a volta às origens do Islã* e uma das visões mais fanáticas. São afirmações corretas em geral, mas que pouco ou nada ajudam a entender o choque atual com o imperialismo de um homem vinculado, durante muito tempo, à burguesia saudita e ao próprio imperialismo. Se tanto a burguesia saudita como Bin Laden são *wahabitas*, por que esta ideologia para uns é a sustentação ideológica do enfrentamento com os Estados Unidos, e para outros a justificação da aceitação do domínio colonial? Na realidade, essa superficialidade “ideológica” expressa a educação eurocêntrica de boa parte da esquerda.

O conceito de *wahabismo* é uma invenção européia, dos diplomatas para ser mais preciso. Abd al-Wahab foi o artífice da denominada “revolução nayi”, o processo que no século XVIII conseguiu a primeira e verdadeira unificação política e econômica da península arábica. O acordo entre Abd al-Wahab e o príncipe Mamad Ibn Saud representou a tentativa de um setor da nascente burguesia do emirado de Nach de expandir-se e unificar-se econômica e politicamente à península arábica, respondendo assim tanto ao preocupante domínio do império otomano como ao do nascente império britânico.

O *wahabismo* converteu-se assim em arma ideológica do movimento de centralização da península arábica, a tradução teórica e teológica da unificação social e de centralização política e econômica. Como movimento de reforma que produziu uma revolução, o *wahabismo* permitiu a entrada da Arábia Saudita na história. Daí que alguns historiadores denominaram Abd al-Wahab *o Lutero da Arábia*. No plano político, o *wahabismo* instaurou um regime monárquico, bonapartista, no qual o príncipe era *o primeiro combatente, o primeiro crente e o primeiro comerciante*.

### Arábia Saudita

Depois de muitas marchas e contramarchas históricas, a monarquia saudita foi agente direto do imperialismo britânico, primeiro, e do norte-americano, depois, adotando a forma de um estado que vivia das rendas do petróleo. O impressionante aumento destas divisas entre 1973 e 1983 foi a base material de sua maior expansão.

A partir de 1981 começa o declive econômico: milhares de empresas da construção e comerciais quebram e milhares de pequenos e médios investidores vão à ruína. Começa uma decadência, acompanhada por fatos que afetam muito à península arábica, como a primeira Guerra do Golfo. Junto com isto, a Arábia Saudita reconhece o Estado de Israel.

O papel regional da decadente burguesia saudita, em meio à ofensiva recolonizadora do imperialismo no Oriente Médio, e a acelerada queda das condições de vida no país, convertem-se assim no caldo de cultura do protesto social e a aparição de correntes pequeno-burguesas e burguesas que se levantam contra o governo títere colonial. Fatos como os acordos petrolíferos com os Estados Unidos e a cessão de território para a permanência das tropas americanas convertem-se em detonantes de crises e confrontos sociais e também no seio da burguesia.

Bin Laden aparece aos olhos de setores inteiros das massas árabes como herdeiro do “verdadeiro” Abd al Wahab, e da revolução nayi. A religiosidade não é mais do que a aparência da indignação social e Bin Laden, como Abd al-Wahab, um “nacionalista”. Na realidade, o principal objetivo da Al Qaeda não são os americanos e nem os sionistas, mas a família real saudita. Basta desembaraçar-se dos preconceitos e da “aparência das coisas” para ver que Bin Laden e sua “moderna” versão do *wahabismo* são uma particular expressão do nacionalismo burguês.

## Revolução e contra-revolução no Irã

Em 1979, a revolução iraniana sacudiu o mundo: o sanguinário regime do Sha Pavlevi foi derrotado pelas massas. Em todo o mundo, em particular entre os árabes e as massas muçulmanas, esta revolução ganhou a simpatia e instigou o sentimento antiimperialista e anti-sionista. Paralelamente à derrota do imperialismo, outra consequência de primeira magnitude foi a mudança qualitativa no movimento islâmico. É uma lástima que aqueles que sustentam o caráter feudal do islamismo não estudem com paixão esta tremenda revolução, incluindo o processo contra-revolucionário que a sucedeu. Ali, os aiatolás chegaram finalmente ao poder (e o conservam há 25 anos) com sua *sharia* e sua “economia islâmica” incluída.

O processo revolucionário que levou à queda do Sha foi enorme, com grandes lutas operárias, em especial dos trabalhadores petrolíferos, e estudantis. Em fevereiro de 1979 concretizou-se a queda do regime, em meio à completa crise das instituições, as Forças Armadas e a odiada polícia Savak. O imperialismo perdia seu guardião regional, em meio a um ascenso revolucionário com existência de organismos operários, os shoras, e de milhares de estudantes e jovens mobilizados. A consciência antiimperialista era tão poderosa que o próprio clero xiíta utilizava expressões de esquerda e da luta de libertação nacional. A indústria petrolífera, as principais indústrias energéticas, o comércio exterior e os bancos foram nacionalizados. Também se nacionalizou boa parte da distribuição para garantir os produtos básicos às famílias e expropriou-se as propriedades do Sha. A esquerda iraniana tinha muito peso. Na juventude, destacavam-se os “mujaidins do povo”, que se definiam como marxistas islâmicos e eram chamados “xiítas vermelhos”. O aiatolá Kolmeini, representante do clero xiíta, da burguesia do Bazar e industrial vinculada ao comércio nacional, tinha como tarefa restabelecer o Estado burguês e fechar a crise revolucionária. A contra-ofensiva imperialista concentrou-se, desde 1980, em alentar a guerra entre o Irã e o Iraque. Cerca de um milhão de iranianos pereceram nessa sanguinária guerra. Sobre esse cenário, os aiatolás puderam cumprir sua tarefa contra-revoluci-

onária. A guerra seguiu-se a completa capitulação da maioria da esquerda iraniana ao governo de Kolmeini e ao clero. Posteriormente, iniciou-se a perseguição e o extermínio de toda a oposição ao regime dos aiatolás.

### O Irã é feudal ou capitalista?

O Irã se define como uma república islâmica. Sua Constituição é regida pela *Sharia* e obriga o estado a trabalhar pela “economia islâmica” e o “sistema bancário islâmico”, que proíbe a *riba* (usura). A pergunta chave neste debate é o que é o Irã hoje, depois de 25 anos de governo dos aiatolás: um país capitalista semicolonial ou um país feudal (ou em transição ao feudalismo)? Ninguém em sã consciência sustenta que hoje o Irã é feudal ou está a caminho de tornar-se feudal. O clero xiíta não foi mais que o aparato político de um setor burguês que se levantou, montado sobre o protesto social, contra o espólio ao qual o imperialismo submetia o país com o Sha Pavlevi. Este clero xiíta continua sendo hoje, dividido e em profunda crise, a expressão de diferentes setores burgueses que lutam por um espaço próprio no mercado, frente à voragem recolonizadora do imperialismo, ou que solicitam um lugar como sócio submisso junto ao amo imperialista, como Jatami.

Sua “economia islâmica” e seus “princípios corânicos” não têm sido mais que mecanismos particulares de levar a cabo a obrigatória acumulação de capital. Vejamos alguns exemplos. As fundações de direitos e mártires, surgidas com o capital das propriedades confiscadas do Sha, foram acumulando propriedades e agora abarcam atividades muito variadas (indústria, comércio, hotelaria, companhias aéreas e transportes). Hoje são um dos grandes monopólios econômicos usufruídos pelas elites do Estado, incluindo os militares, e, segundo alguns especialistas, controlam 40% do PIB iraniano. Os interesses deste setor provocam atritos e crises com as políticas “libertadoras” e os projetos privatizantes, alentados por Jatami e respaldados pelas multinacionais, em uma discussão que não tem nada de feudal.

Por outro lado, as Caixas de Pecúlio sem juros têm sido fonte de grandes negócios e financiamentos da burguesia do Bazar, e por outro, um mecanismo para canalizar o pecúlio das populações rurais e monetarizar as relações de setores inteiros marginalizados pelo atraso do meio rural. Como se vê, os aiatolás dedicaram estes vinte e cinco anos a atividades acumuladoras nada feudais e nem tampouco piedosas.

### O islamismo depois da revolução iraniana

A revolução iraniana gerou mudanças qualitativas no islamismo. Em primeiro e determinante lugar, provocou um corte radical com o fundamentalismo pró-imperialista alentado pela monarquia saudita. Em grande parte do século XX, as correntes islâmicas nasciam auspiciadas e financiadas pelo imperialismo e os regimes títeres para se contraporem à influência da esquerda marxista e o nacionalismo pan-árabe. Durante as décadas de 1960 e 1970, muitos desses grupos nasciam, principalmente, nas universidades, vinculados ao poder como autênticos bandos fascistas dedicados à perseguição e assassinato dos ativistas de esquerda ou nacionalistas. No Marrocos, foi tristemente célebre a Associação da Juventude Islâmica, responsável, entre outros, pelo assassinato, em 1975,

do dirigente da União Socialista de Forças Populares, Omar Benyelun. O mesmo pode-se dizer dos islâmicos argelinos e dos tunisianos, neste anos.

A revolução iraniana marca uma mudança qualitativa. A entrada em cena do movimento de massas em toda a área, a onde de lutas e explosões sociais obriga a estes grupos a realocar-se, a dissolver-se ou a desaparecer. Outros nascem ao calor deste movimento, mas com um significado político diametralmente oposto. O islamismo aparece assim como um fenômeno nos países coloniais e semicoloniais enfrentando, à sua maneira, o imperialismo e é precisamente isso que granjeia a simpatia das massas, que vêem crescer sua miséria dia a dia ante a cumplicidade ou o completo fracasso das direções tradicionais.

Em segundo lugar, o islamismo adquiriu verdadeiro caráter de massas. A grande onda revolucionária produzirá uma violenta queda de prestígio dos líderes bonapartistas árabes e dos dirigentes guerrilheiros. O desprestígio de Sadat, Saddam, Assad, Boumedién, os monarcas sauditas ou o próprio Arafat, assenta-se em que não têm sido capazes nem de derrotar Israel, nem de dar liberdade e bem-estar a seus países porque a maioria deles capitula visivelmente ao imperialismo.

Em terceiro lugar, representou, felizmente, uma autêntica diáspora das correntes islâmicas. Em meio a seu crescente peso de massas, a negativa dos aiatolás de estender a revolução gerou uma verdadeira diáspora. Dito de outra forma, o islamismo como corrente política ficou mais dividido e descentralizado que nunca.

### **Palestina: nem sionismo nem Hamas?**

Um bom exemplo de como o processo impactou sobre muitos destes grupos é o Hamas (Movimento de Resistência Islâmica Palestina). Nasceu na Palestina, na Faixa de Gaza, em 1987, na primeira Intifada, com um papel ainda pouco importante em relação às outras organizações palestinas. Não é nenhum segredo que a organização foi alentada pelo clero iraniano e apoiada, em diversos momentos, pela Líbia e Arábia Saudita. O mais significativo é que nasceu sob o beneplácito direto do gabinete de Isaac Shamir. O sionismo alentava uma corrente islâmica para contrapor o peso das organizações nacionalistas e marxistas palestinas. Mas depois da segunda Intifada (2000), o papel liquidador da direção de Arafat e da Al Fatah, sua renúncia à luta pela destruição do Estado de Israel e a submissão às burguesias árabe e européia, alentaram o crescimento, com peso de massas, de correntes como o Hamas, que radicalizou suas posições e se tornou uma referência para milhares de lutadores no mundo árabe. Em outros artigos desta mesma edição, analisa-se a traição da direção da corrente palestina de Arafat e o salto ainda maior que se dá com Abu Mazen, presidente da ANP (Autoridade Nacional Palestina). É interessante a visão dos dirigentes chamados *tunisianos*, como Sami, um jovem líder da primeira Intifada:

“Quando estavam no estrangeiro, acreditávamos que era gente de bem. Na realidade, só vieram fazer negócios, para ganhar dinheiro. Não são como nós, são individualistas. Sabem que isto durará pouco, assim se dedicam a fazer



negócios e a investir no exterior. (...) Acondiciona-se uma zona de praia em Gaza, põem-se algumas casas de aluguel para os veranistas. Abre-se um restaurante distinto, **Le Moulin**, que serve pratos caros, organiza-se seções com bingos e festas com bailes. Trata-se de lugares seletos onde este círculo social restrito refugia-se, e aos quais também têm acesso determinados cidadãos de Gaza, próximos da ANP”.

São acompanhados pelas grandes famílias burguesas de Nablus (base de apoio da ANP) que pressionam pelo fim da Intifada e mandam seus filhos estudar nos Estados Unidos e na Europa. Toda uma geração de jovens, os da primeira e segunda Intifada, encontram-se *desorientados pelo fracasso do nacionalismo palestino e pelos erros de seus governantes*.

Diante dessa situação, o Hamas cresce, fincando o pé nos acampamentos de refugiados mais pobres, reclamando para si a bandeira da luta pela destruição do Estado de Israel e *a reconquista de toda a Palestina* e a proposta de *recuperar a unidade da primeira Intifada*. Por outro lado, a ANP oferece *empregar os jovens da primeira Intifada nas forças da ordem para aprofundar o poder (...) o acesso à profissão de policial ou de militar e uma alternativa à greve*. Em 2003, a polícia palestina tinha mais de 50.000 integrantes (os acordos de Oslo previam 9.000). Sua missão é reprimir todos aqueles que se negam a acatar as ordens da ANP. Os islâmicos passaram a ser objeto da repressão mais brutal, que também afeta os militantes da FPLP, e inclusive, da Al Fatah.

Em muitos acampamentos de refugiados, a solidariedade da população para com os perseguidos tem crescido de forma constante e as mesquitas converteram-se em lugares de encontro e homenagem aos mortos. Os islâmicos aparecem então como os mais resolutos para enfrentar, à sua maneira, o estado sionista (enclave imperialista no Oriente Médio) e conseguem bases cada vez mais profundas no povo palestino. Mas para aqueles que são conseqüentes com a posição de que o islamismo é uma corrente pró-feudal ou fascista, não haveria nenhuma possibilidade de fazer qualquer acordo com o Hamas para lutar contra o sionismo e o imperialismo. A única linha possível é: nem sionistas, nem Hamas!, adotada efetivamente pela maioria da esquerda pró-imperialista que, sem corar de vergonha, põe um sinal de igual entre o Hamas e Sharon, entre o opressor e quem, à sua maneira, luta ao lado do oprimido.

### **A dramática experiência argelina**

Em dezembro de 1991, a Frente Islâmica de Salvação (FIS) ganhou o primeiro turno das eleições legislativas argelinas e tinham praticamente assegurada a maioria absoluta no segundo turno. Pouco depois, em janeiro de 1992, o presidente Chgadli Bendjedid renuncia e o exército argelino assume o poder, suspende as eleições, coloca a FIS na ilegalidade e começa a repressão. Milhares de militantes e simpatizantes da FIS são internados em campos de concentração no deserto do Sahara. Esquerda argelina, que tantas vezes condenou os golpes militares, optou pelo silêncio confortável ou pelo apoio entusiasta aos militantes, como o próprio partido comunista (PAGS) que, desde muito tempo, defendia colocar a FIS na ilegalidade. O argumento repetido é que *“a FIS é fascista”*.

Os amantes da democracia acima de tudo e das eleições como panacéia universal declararam-se resolutos animadores do sabre, tudo em nome de “*combater o fanatismo islâmico*”.

Mas o FIS era fascista? Basta despejar a superficialidade e a intoxicação da mídia para ver que essa organização não foi outra coisa que um enorme aparato eleitoral burguês, nascido para levar ao terreno eleitoral e institucional a revolta social argelina. Foi a tentativa de um setor da decomposta burguesia argelina, com a colaboração de setores do enorme aparato do Estado, para preservar seu espaço em meio da crise econômica, social e política. Por sua parte, o golpe militar foi a aposta do imperialismo, especialmente o europeu, para aplicar os planos neoliberais e fechar a crise aberta com a explosão social de 1988.

Recordemos que a queda do preço do petróleo, em 1986, trouxe consequências dramáticas em um país onde as rendas petrolíferas representam até 98% das divisas. O país perdeu 50% das divisas e afunda na crise econômica. A FLN, representante do exército, e a burocracia parasita do estado empreenderam o processo de “liberação” nas mãos do FMI. Colocaram na ordem dia as reformas econômicas e políticas, a privatização do sistema financeiro, a abertura do subsolo às multinacionais petroleiras, a desvalorização do dinar, os ajustes de preços, o congelamento de salários, o fechamento de empresas públicas e as demissões (o desemprego chegou a 17%) e a dívida externa disparou até os 20 bilhões de dólares.

Neste quadro geral, uma onda de greves convocadas pela UGTA (a principal força sindical argelina) foi acompanhada, em quatro de outubro de 1988, por uma enorme manifestação de jovens estudantes e dos bairros mais pobres. Os ministérios, os bancos, os armazéns e os estabelecimentos de luxo foram assaltados e destruídos. O governo declara o estado de sítio, começa a repressão e os enfrentamentos com a polícia, com um saldo de 500 mortos e milhares de detidos.

### A transição

Em meio a uma profunda divisão interna, o regime tentou conduzir uma “transição” que recompusesse a situação. Os diferentes clãs da FLN e do exército, com a colaboração direta dos que depois seriam dirigentes da FIS. Legalizou-se as associações políticas e reformou-se a Constituição. As eleições municipais e legislativas formariam parte do processo de “abertura”. Neste quadro de crise, explosão social e falta de direção nasce a FIS, em março de 1989. Com o movimento de massas no centro da cena, em meio da crise econômica e das instituições, desde um setor do próprio regime alentou-se inicialmente a formação da FIS para tentar “integrar” os setores que protagonizaram o descontentamento social.

Em 1990, nos comícios municipais, as primeiras eleições pluripartidárias desde a independência, a FIS ganhou com 55% dos votos, em meio do naufrágio escandaloso da FLN. Toda sua política centrava-se nas futuras eleições legislativas e na convocatória de uma Assembléia Constituinte, para encerrar a crise. Como prova disso, comprometeram-se a fazer um chamado para levantar a greve da limpeza de Argel e colocar seus militantes para limpar as ruas.

## A primeira guerra do golfo

A primeira guerra do golfo foi uma prova para todas as correntes argelinas. No começo, a FIS apoiou o Kuwait, isto é, a Arábia Saudita e os Estados Unidos, contra o Iraque. Foi o PT de Luisa Hanune (uma organização ligada ao lambertismo) quem, em setembro de 1990, convocou em Argel a primeira manifestação contra a intervenção imperialista no Iraque. Seu êxito provocou uma mudança de posição em vários partidos argelinos: a FNL, o próprio PT e outros partidos e personalidades constituíram o Comitê de Apoio ao povo iraquiano que, pouco depois, organizou uma nova manifestação com mais de 200.000 pessoas.

Entre os trabalhadores e a juventude, a simpatia com o povo iraquiano era de massas. A base da FIS achava-se totalmente desorientada e começava a fazer perguntas sobre seu partido. Essa pressão popular levou a FIS a mudar completamente de posição e, junto a outras forças, mobilizaram um milhão de pessoas para pedir armas e campos de treinamento para ir combater no Iraque. Esta posição gerou divisões no interior da FIS e custou a ruptura com seus padrinhos sauditas e a sentença de morte que lhe ditou o imperialismo. As enormes manifestações contra a intervenção imperialista no Iraque produziu-se ao mesmo tempo em que o regime submeteu-se ao FMI. As eleições legislativas realizaram-se em meio de uma crise social galopante e a vigência do estado de sítio, com milhares de ativistas presos, incluindo vários dos principais dirigentes da FIS. Por isso, algumas forças políticas (como o PT) chamam o boicote às eleições. Que fizeram os dirigentes da FIS ante esta situação? Participar das eleições e chamar a sua base a fazê-lo. Seria esta uma conduta de uma organização fascista? Esta política mostra o que eram em essência: um aparato eleitoral para canalizar o descontentamento social. E se jogaram a fazê-lo, inclusive ao custo de perder um setor de sua base: entre as eleições municipais e o primeiro turno das legislativas a FIS perdeu mais de um milhão de meio de votos. Apesar disso, triunfou amplamente. Depois veio o golpe.

## Os direitos das mulheres

Um dos argumentos mais usados para justificar o golpe militar e a repressão à FIS foi que sua chegada ao poder supunha *uma ameaça para os direitos das mulheres*. Uma vez mais, alguma dose de verdade é utilizada para dar credibilidade a grandes mentiras. Em 1984, quatro anos antes do nascimento da FIS, o governo "laico" da FLN aprovou o Código da Família, pelo qual nenhuma mulher argelina pode casar-se sem permissão de seu tutor, obrigatoriamente um homem, um familiar ou um juiz se a mulher não tem família. A resolução favorável de uma solicitação de divórcio feita pela mulher é praticamente impossível. Os golpes ou as surras não são consideradas razões suficientes. A mulher pode comprar sua liberdade pagando, isso sim, o preço que estipulam entre o juiz e o marido. Quando o homem solicita o divórcio, é concedido automaticamente, com direito a permanecer no domicílio do casal, o que provoca o drama de milhares de mulheres que perambulam pelas ruas. As mulheres devem obediência ao marido, ao pai ao sogro.

Desde sua aprovação, milhares de mulheres saíram às ruas para protestar contra o Código. Mas a *defesa das mulheres argelinas frente ao fundamentalismo* foi um dos cínicos argumentos para apoiar os militares golpistas que aprovaram o Código. Há poucos dias, o regime pró-imperialista argelino que “defendeu a democracia” voltou a retificar seu conteúdo básico.

## O GIA e a guerra civil

Depois do golpe militar, a Argélia viveu uma guerra civil de fato: estima-se em até 150.000 mortos em 12 anos. A FIS desmoronou-se como um castelo de cartas com a repressão. Mas os atentados, os crimes nas aldeias ou o seqüestro e assassinato de estrangeiros de forma indiscriminada foram atribuídos aos “islâmicos”. O GIA (Grupo Islâmico Armado) foi apresentado como a continuidade da FIS.

Esta é, sem dúvida, uma das manipulações mais vergonhosas da mídia. O GIA surge efetivamente de uma ruptura da FIS depois do golpe militar. O que o governo argelino, o imperialismo europeu e seus meios ocultam é que, de fato, o GIA *declarou guerra à FIS* e fez dela o alvo de seus ataques. Em janeiro de 1994, gabava-se de ter *executado setenta traidores* da FIS e, em 1995, assassinava em Paris o exilado fundador da FIS, o imã Abdelbaki Saharai. Várias investigações têm denunciado a infiltração militar do GIA e a implicação militar em atos que lhe imputaram. Na realidade, tudo indica que o GIA acabou sendo uma espécie de “franquia” sob a qual atuavam grupos isolados e infiltrados até os ossos.

Outro fator material influiu durante a sangrenta guerra civil argelina. Há anos, foi-se gerando um mercado paralelo, conhecido como *trabendo*, baseado no contrabando, que aumentou com o processo de recolonização como forma de acumulação para um setor da burguesia argelina desalojado do estado rentista. O *trabendo* gera entre 30% e 60% da renda familiar. Um jornalista assinala que “uma economia de ‘pilhagem’ permite a caudilhos locais, dirigentes da guerrilha islamita e militares apropriar-se de novos recursos e manter desta maneira o nível de violência (...) assim, parte desta imensa população em crise social, política e econômica encontra na guerrilha ou no quartel, além de um emprego uma via para o progresso social”.

## A resistência iraquiana

A posição diante da resistência iraquiana é hoje a chave para qualquer política revolucionária frente a guerra no Iraque. Aqui cabe, novamente, a mesma pergunta: podemos qualificar os islamitas iraquianos de “fascistas”? Temos um primeiro problema, já que os islamitas iraquianos estão divididos e se enfrentando, literalmente, a tiros. Duas organizações que se reivindicam islamitas são os principais suportes políticos da ocupação imperialista: o Partido Islâmico de Predicação (Hizb Al Daa al Islami), ao qual pertence o atual primeiro ministro, Ibrahim Al Yafari, e o Conselho Superior da Revolução Islâmica (CSRI). Por outro lado, organizações que reivindicam sua fé islâmica, como o exército Mehdi, dirigido pelo clérigo xiíta Muqtada al Sadr, e grupos sunitas combatem o invasor de armas nas mãos. Alguém, com algum grau de seriedade, pode chamar de “fascistas” a quem luta pela independência de seus país e por expulsar o invasor imperialista?

Em outros artigos deste número de *Marxismo Vivo* faz-se uma análise do caráter desta resistência, nossas diferenças são expostas e são criticadas correntes como as de Al Zarqawi e desenvolve-se uma polêmica com Gilbert Achcar, dirigente do Secretariado Unificado da Quarta Internacional que, com argumentos similares aos que temos analisado e criticado, aqui se nega a apoiar de modo incondicional a luta desta resistência contra o invasor. A conclusão de 3ste debate é que as posições de Achcar acompanham, com argumentos de esquerda, a posição do imperialismo francês e servem a essa política. O apoio incondicional à resistência militar ao invasor é o ponto de partida de qualquer posição que se diga revolucionária.

### As raízes sociais do islamismo

A imprensa ocidental, especialmente nos países imperialistas, identificam sistematicamente milhões de trabalhadores e jovens muçulmanos com o “fanatismo religioso”. Fazendo eco, a maior parte da esquerda européia explica o fenômeno islamita pelo *atraso e a ignorância das pessoas desses países*. Se o desenvolvimento do islamismo baseia-se somente nesses fatores, por que as massas não limitaram seu sentimento religioso a concorrer às igrejas? Por que, em lugar de um desenvolvimento religioso passivo, o islamismo associa-se hoje a um monumental ascenso das lutas, à irrupção de milhões de pessoas na vida política, a insurreições e revoluções? Não faltará um esquerdista culto ou burguês liberal que repita a célebre frase de Carlos Marx: *a religião é o ópio do povo*. Mas basta ler a frase completa de Marx para começar a compreender globalmente o fenômeno: *a miséria religiosa é, por uma parte, a expressão da miséria real e, por outra, o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo*.

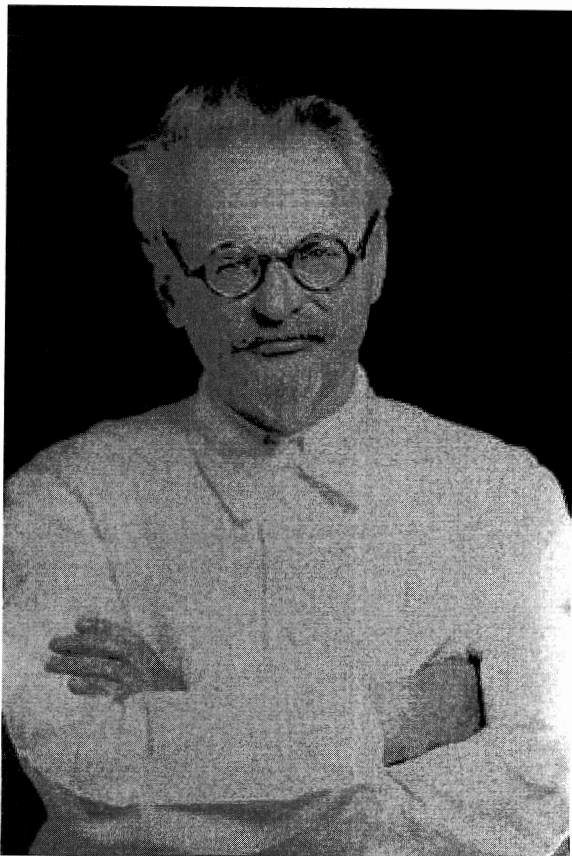
Trata-se de buscar as raízes do fenômeno em sua base material. Por isso, Lenin acrescentava:

“A raiz mais profunda da religião em nossos tempos é a opressão social das massas trabalhadoras, sua aparente impotência total frente às forças cegas do capitalismo, que cada dia, cada hora causa aos trabalhadores sofrimentos e martírios mil vezes mais horrorosos e selvagens que qualquer acontecimento extraordinário, como as guerras ou os terremotos. O medo criou os deuses. O medo à força cega do capital (cega porque não pode ser prevista pelas massas do povo) que a cada passo ameaça levar o proletariado ou o pequeno proprietário à perdição, à ruína ‘inesperada’, ‘repentina’, ‘casual’, convertendo-o em mendigo, em indigente, jogando-o na prostituição, levando-o à morte por fome. Eis aqui a raiz da religião contemporânea que o materialista deve ter em conta antes de tudo, e mais que tudo, se não quer ser um aprendiz de materialista”.

A brutalidade do imperialismo agonizante, as inúmeras expressões de barbárie, a bancarrota do stalinismo e do antigo nacionalismo burguês e a inesgotável tensão e heroísmo das massas, sua reiterada vontade de luta, explicam este fenômeno do islamismo. Por isso, parafraseando Lenin, situar o combate contra as direções islamitas no terreno da “luta contra a religião” só ajuda o imperialismo e os aiatolás de turno.

Se tivéssemos que resumir este grande debate em poucas linhas, com o risco de toda definição esquemática, diríamos que o chamado fenômeno islamita surgido nas últimas décadas é, em essência, uma expressão distorcida do nacionalismo. Para os revolucionários, as relações com estas correntes guiam-se, em linhas gerais, pelos mesmos parâmetros que atuamos frente às direções nacionalistas burguesas ou pequeno-burguesas quando se chocam com o imperialismo. Para nós, o desenvolvimento desse sentimento religioso islamita entre milhões de trabalhadores e jovens do mundo tem profundas raízes sociais e qualquer propaganda revolucionária contra a religião estará subordinada à tarefa central: o desenvolvimento da luta de classes das massas exploradas contra os exploradores. ■

# Voltando ao debate Stalin – Trotsky<sup>1</sup>



NEERAJ JAIN

Meu primeiro contato com o marxismo foi há 25 anos. Há 20 anos entrei em contato com os maoístas, também chamados grupos M-L. Depois de intensos debates com eles, finalmente entrei em um desses grupos, a Liga Comunista da Índia (Marxistas-Leninistas).

Mas só comecei a ler Trotsky há um ano. Foi uma revelação! Eram escritos da melhor tradição de Marx, Engels e Lenin. Tive um choque. Para mim, marxismo-leninismo era uma ciência. Jamais pensei que fosse um dogmático. Na verdade, uma de minhas citações favoritas vem do Grande Debate entre o Partido Comunista da China (PCC) e o Partido Comunista da União Soviética (PCUS): O marxismo-leninismo é uma ciência e a ciência não teme o debate. Mas, então, por que não li Trotsky antes? Por que ninguém no movimento

<sup>1</sup>Dois capítulos extraídos do livro “O Debate Stalin-Trotsky Revisitado”, de Neeraj Jain.

maoísta leu? Os jornais dos diversos grupos maoístas não traziam artigos sobre as opiniões de Trotsky ou sobre o debate entre Trotsky e Stalin. Nos debates dentro de meu grupo ou outros grupos, jamais se discutiu Trotsky. Algumas revistas marxistas independentes, como a *Monthly Review*, de vez enquando publicava artigos escritos por trotskistas ou marxistas independentes que criticavam este ou aquele aspecto da época de Stalin, mas eram ignorados. Qualquer crítica a Stalin (sem contar a que Mao e o PCC fizessem) era taxada de propaganda burguesa.

Eu achava que Stalin e o PCUS tinham debatido e refutado os argumentos de Trotsky com toda seriedade e com base na teoria marxista-leninista. Devem ter tentado convencer Trotsky de que ele estava equivocado. Não ficava muito claro por que motivo ele havia sido expulso do PCUS e mandado para o exílio, mas supus que por algo deve ter sido. Depois, Mao e o PCC também repudiaram Trotsky: devem ter analisado seus argumentos e os impugnaram com base no marxismo-leninismo. E depois toda a direção da III Internacional repudiou a crítica que Trotsky fazia a Stalin. Se todos os dirigentes revolucionários consideravam que os argumentos de Trotsky estavam equivocados é porque tinham lido, discutido e impugnado suas posições, inclusive devem ter chegado à conclusão que entre 1920-30 ele tinha se tornado um inimigo do movimento operário. Por que, então, eu tinha de perder tempo lendo Trotsky, com tantas outras coisas para ler? Então, não lia Trotsky.

Depois de ler a *História da Revolução Russa*, de Trotsky, percebi que tinha que ter lido esse livro há anos. Ele revelava de um modo brilhante aspectos da Revolução Russa sobre os quais eu não tinha nenhuma notícia. Foi um livro que aprofundou minha fé na ciência do marxismo-leninismo. Não havia nada “anti-operário” nele. Compreendi porque Paul Sweezy havia dito que foi esse livro que o havia convertido ao marxismo.

E foi assim que li mais Trotsky. O segundo livro foi *A Revolução Traída*. E fiquei perplexo. Era uma crítica profundamente científica da teoria de Stalin e sua política. Revelava fatos muito perturbadores sobre os tempos de Stalin, sobre a política interna e externa da URSS, verdadeiramente incríveis; fatos que, se eram certos, significavam que a política de Stalin não se orientava para a construção do socialismo na União Soviética, mas na direção oposta, a da restauração da sociedade de classes.

Muitas das críticas que Trotsky fazia seguiam a mesma linha do que Mao criticava em Khrushchev. Não havia insultos nem difamações a Stalin. Pelo contrário: não jogava a culpa em Stalin, o indivíduo, pelos erros cometidos e buscava a origem do mal em suas bases materiais, os problemas inerentes ao socialismo como um período de transição da sociedade capitalista para uma sociedade sem classes. Apesar disso, depois de haver escutado tanta crítica a Trotsky, eu continuava achando que tinha de haver outra cara para a medalha apresentada por Trotsky. Por isso, li a resposta de Stalin à crítica de Trotsky e com grande surpresa descobri que as respostas de Stalin eram débeis e evasivas, que estava distorcendo as citações de Lenin para que servissem de apoio para suas próprias teorias, que em muitos casos falsificava os argumentos de Trotsky para então acusá-lo de difamar o leninismo. Então, tratei de averiguar o que Mao havia escrito sobre Trotsky. Uma vez mais tive uma surpresa. Descobri que Mao se



calava sobre Trotsky. Não pude encontrar nem um parágrafo escrito por Mao ou pelo PCC sobre as críticas que Trotsky fazia à política de Stalin, apesar de Trotsky ter feito uma brilhante análise dos motivos para o surgimento de uma burocracia na sociedade socialista. Mao teve de fazer o mesmo depois da revolução chinesa e isso fez com que surgissem intensas lutas dentro do PCC depois da revolução.

Não obstante, encontrei alguns comentários ocasionais sobre Trotsky, chamando-o de renegado, anti-leninista, inimigo do comunismo. Fiquei decepcionado; o método do PCC para com Trotsky era o mesmo que a crítica que Khrushchev havia feito a Stalin, motivo pelo qual o PCC, com justa razão, denunciou Khrushchev. Por outro lado, a palavra “trotskista” passou a ser um insulto. Se havia que denunciar alguém como revisionista, como traidor à ideologia do marxismo-leninismo-maoísmo, Mao Tse Tung opinava que havia de taxá-lo como trotskista. Esse método foi denunciado por Lenin: ‘não contestar o argumento do adversário em questões de princípio e só atribuir-lhe “o aspecto patético” significa não discutir, mas recorrer ao insulto.’ (V.I.Lenin, “Some Remarks on the ‘Reply’ to P.Moslov”. *Collected Works*, Eng. Edn. Foreign Languages Publishing House. Moscou, 1963. Vol. XV, p.255)

Pode-se discordar de Trotsky, mas é preciso lê-lo, discuti-lo e responder-lhe. Esse é o método marxista, o método da ciência. Foi por isso que decidi resumir o pouco que sei sobre o debate Stalin-Trotsky e divulgá-lo, como um esforço para provocar o debate. Levando em conta o tremendo preconceito que existe no movimento maoísta contra tudo o que tenha a ver com ele, não sei se meu esforço terá resultado, mas decidi tentar.

É uma tentativa muito modesta e incompleta, já que não li muita coisa de Trotsky e de Stalin. Este é um resumo dos temas mais importantes colocados por Trotsky em seu trabalho *A Revolução Traída* e alguns outros escritos, e a resposta de Stalin às críticas de Trotsky que fazem parte das duas coleções de seus artigos e discursos *Sobre a Oposição* e *Problemas do Leninismo*. E se apenas alguns poucos leitores se debruçarem sobre este trabalho, saberei que meu esforço foi amplamente compensado.

### **Trotsky e Mao: sobre problemas do socialismo**

Até agora eu achava que uma das maiores contribuições teóricas de Mao foi sua análise das contradições da sociedade socialista: diz que em uma sociedade socialista, a base material para o nascimento de uma classe capitalista e valores burgueses permanece por um longo tempo, inclusive depois da nacionalização dos meios de produção. Isto se deve a que as leis do valor continuam operando, a lei socialista de distribuição – a cada um segundo seu trabalho – é uma lei basicamente capitalista – os direitos burgueses perduram, a produção de mercadorias ainda está ali. Isso constantemente dá lugar a uma burguesia, e como a luta de classes continua em uma sociedade socialista, de alguma forma se dá de uma maneira mais descarnada e aguda que antes da revolução.

Fica claro na leitura do livro de Trotsky *A Revolução Traída* que ele havia feito esta análise muito antes que Mao. Trotsky faz sua análise referindo-se à Rússia para explicar a base material para o surgimento de um estrato governante burocrático depois da morte de Lenin.

Trotsky escreve: a ditadura proletária é somente uma ponte entre a sociedade burguesa e a socialista. Em sua essência, portanto, tem um caráter temporário. Uma tarefa incidental mas totalmente essencial que se atribui a um estado que vai cumprindo com a ditadura é preparar sua própria dissolução. Em sua famosa polêmica contra Duhring, Engels escreveu:

“Quando, juntamente com a dominação de classe e a luta pela sobrevivência individual criada pela atual anarquia na produção, esses conflitos e excessos provenientes dessa luta desapareçam já não haverá nada para reprimir e, portanto, já não fará falta um instrumento de repressão: o estado.”

Explicando essas linhas, Trotsky diz: “Para que o estado desapareça, deve desaparecer a dominação de classes e a luta pela existência individual”. Engels une estas duas condições... Continua: “O problema é que a socialização dos meios de produção não acaba automaticamente com a luta pela existência individual. Aí está o xis da questão! E é por isso que Trotsky agrega: “Um estado socializado, inclusive na América, surgido sobre a base do capitalismo mais avançado, não poderá prover imediatamente a cada um com todo o necessário e por isso se verá obrigado a conclamar a todo o mundo a produzir o máximo possível.”

Nessas circunstâncias – conclui Trotsky – as obrigações de estimulador “naturalmente correspondem ao estado, o qual por sua vez não pode menos que recorrer, com diversas mudanças e adaptações, ao método, elaborado pelo capitalismo, de pagamento pelo trabalho”. E cita Marx (1875): “A lei burguesa é inevitável na primeira fase da sociedade comunista, na forma em que esta emerge depois de imensas dores de parto da sociedade burguesa. A lei nunca pode ser superior à estrutura econômica e o desenvolvimento cultural da sociedade condicionada por essa estrutura.”

Lenin havia explicado essas notáveis linhas com as seguintes palavras: “A lei burguesa com relação à distribuição dos objetos de consumo presume inevitavelmente um estado burguês, já que a lei não é nada sem um aparato capaz de impor a observância de suas normas. Se deduz daí (seguimos citando Lenin) que no comunismo a lei burguesa não só sobreviverá por um certo tempo, como também o estado burguês sem burguesia! O estado assume diretamente e desde o início um caráter dual: socialista porque defende a propriedade social dos meios de produção; burguês porque a distribuição do necessário para a vida se realiza com uma vara capitalista para medir o valor e todas as consequências que daí se derivam.”

Trotsky diz que, apesar de Lenin haver dado uma expressão extremamente nítida a essa idéia de Marx, não conseguiu nem mesmo ele levar essa análise até o fim. Explica de forma brilhante as implicações da análise que Lenin faz do estado operário: “Um estado burguês sem burguesia” era contraditório com a democracia soviética genuína. O funcionamento dual do estado não podia menos que afetar sua estrutura. A experiência demonstrou o que a teoria não pôde prever claramente. Se, para defender a propriedade socializada da contra-revolução, “um estado de operários em armas” era mais que suficiente, para regular as desigualdades na esfera do consumo, as coisas são bem diferentes. Os despossuídos de toda propriedade não sentem inclinação para criar e defendê-la. A maioria não pode nem sequer preocupar-se com os privilégios da minoria. Para a defesa da “lei burguesa” o estado operário se

viu obrigado a criar um instrumento de tipo “burguês”, ou seja, o mesmo velho gendarme, mas agora com um novo uniforme.”

Esta é a contradição fundamental entre o programa bolchevique e a realidade soviética, diz Trotsky. Enquanto existam as desigualdades na esfera do consumo, enquanto a “lei burguesa” continuar dominando, é inevitável que surja uma burocracia no estado operário. E o estado forçosamente irá se tornando cada vez mais despótico. Nas palavras de Trotsky: “se o estado não vai morrendo, mas se torna mais despótico, se os mandatários da classe operária se tornam cada vez mais burocráticos e a burocracia se eleva sobre a nova sociedade, isso não se deve a causas secundárias, como relíquias psicopáticas do passado etc, mas são consequência da necessidade de ferro de dar a luz e de sustentar uma minoria privilegiada, enquanto não seja possível garantir igualdade genuína.”

Mais adiante agrega que, enquanto as “tendências ao burocratismo... aparecerão por todas as partes, mesmo depois de uma revolução proletária, resulta perfeitamente óbvio que quanto mais pobre foi a sociedade que emerge da revolução, tanto mais inflexível e dura será a expressão dessa “lei”, tanto mais cruas as formas que assuma o burocratismo e tanto maior o perigo para a construção do socialismo”. (L.Trotsky, *The Revolution Betrayed*, Pathfinder Press, NY, 1972, pp. 52-55)

Desse modo, Trotsky explica brilhantemente a base material para o surgimento da burocracia stalinista. Mao faz exatamente a mesma análise para explicar o crescimento da burguesia em uma sociedade socialista. A única diferença é que o que Trotsky chama “burocracia” (e diz que isso não pode ser chamado de classe) Mao descreve como “burguesia”.

### **A resposta ao problema?**

Trotsky não dá uma resposta ao problema que ele mesmo coloca: já que a lei burguesa inevitavelmente opera em uma sociedade socialista, por que o programa do Partido Comunista deverá se preocupar com essa situação? Diz que foi Marx o primeiro a mencionar esse problema e que Lenin “expressou o conceito de Marx de uma maneira extremamente aguda... apesar de que ele mesmo não conseguiu levar sua análise até as últimas consequências ... nem em seu principal trabalho (*O Estado e a Revolução*) nem no programa de seu partido.” (Idem, pp.54-59) Trotsky agrega: “Ao explicar o renascimento do burocratismo alegando o desconhecimento por parte das massas da administração e as dificuldades especiais surgidas da guerra, o programa (do Partido Bolchevique) somente prescreve medidas políticas para vencer as “deformações burocráticas”: eleição e remoção imediata dos plenipotenciários, abolição de privilégios materiais, controle ativo pelas bases etc. Supunha-se que desse modo o burocrata passaria de chefe a simples e temporário agente técnico, e que o estado gradual e imperceptivelmente desapareceria de cena”. (Idem, p.58)

### **Trotsky: sobre a derrota da revolução mundial e os problemas do socialismo na URSS**

Se, por um lado, Trotsky propõe a teoria que mencionamos acima, por outro, diz: “A crise revolucionária do pós-guerra não levou à vitória do socialis-

mo na Europa. A estrutura social contraditória da União Soviética e o caráter ultra-burocrático de seu estado são as consequências diretas dessa pausa única e imprevista.” (Idem, p.59)

Trotsky escreve que Lenin não havia tirado todas as conclusões necessárias de sua análise sobre as “deformações burocráticas” na União Soviética depois da Revolução de Outubro porque não previa um isolamento tão prolongado do Estado Soviético. (Idem, p.56) O programa do partido (de 1919) também subestimou as dificuldades que se aproximavam porque se baseou totalmente sobre uma perspectiva internacional. Citando o programa, diz “A Revolução de Outubro na Rússia impôs a ditadura do proletariado... a era da revolução comunista proletária começou”. (Idem, p.58)

É certo que os Bolcheviques e Lenin contavam com uma vitória rápida da revolução no Ocidente, que abasteceria a Rússia Soviética com alimentos, matérias primas, máquinas, e também milhares de operários especializados, engenheiros e administradores, permitindo que a União Soviética avançasse a passos de gigante. Mas mesmo assim o estado soviético e a direção do partido precisariam recorrer às normas burguesas de distribuição. (o próprio Trotsky reconhece que um estado socialista, inclusive nos EUA, teria que recorrer a isso na primeira etapa depois da revolução). A continuidade da lei burguesa inevitavelmente levaria ao aumento das desigualdades e o nascimento e crescimento da burocracia (ou, para usar as palavras de Mao, da burguesia).

Por isso, me parece que Trotsky não tem toda razão ao dizer que o fortalecimento da burocracia na União Soviética e sua gradual consolidação como um novo estrato governante é a consequência direta do fracasso da revolução na Europa. As derrotas sofridas pelo proletariado na Europa e outros países, ao provocarem um isolamento prolongado da União Soviética, sem dúvida criaram condições favoráveis para o fortalecimento da burocracia. Essas derrotas também contribuíram para a propagação de uma “fria onda de desilusão... sobre as massas da União Soviética” (Idem, p.91) permitindo à burocracia soviética iniciar imediatamente uma campanha contra a teoria da revolução permanente, levar a cabo prisões massivas contra os membros da Oposição de Esquerda e assim consolidar seu controle sobre o poder estatal. Mas a razão básica para o nascimento e crescimento de uma nova burocracia na União Soviética depois da Revolução de Outubro é que “a lei burguesa é inevitável na primeira fase da sociedade comunista” (Marx) e por isso nessa primeira fase o estado é essencialmente “um estado burguês sem burguesia” (Lenin)

Lenin, Trotsky e o Partido Bolchevique reconheciam essa contradição, mas não conseguiram elaborar uma teoria e um programa para resolver essa contradição que tomava conta da sociedade socialista. Assim, Lenin alertou que toda essa etapa histórica do socialismo “inevitavelmente é um período de luta de classes de uma violência sem precedentes”(O Estado e a Revolução). Como diz Trotsky, Lenin também estava muito consciente e horrorizado até o dia de sua morte ao ver o crescimento ameaçador do burocratismo na União Soviética. (Idem, p.97)

Mesmo tendo conhecimento dessa questão e buscando lutar contra ela, Lenin não conseguiu encontrar a solução do problema de como avançar na luta de classes e conduzir a revolução para uma sociedade socialista.

### **A resposta de Mao ao problema do socialismo: a Revolução Cultural**

Mao elaborou uma teoria de como avançar na luta de classes e assim conduzir a revolução sob a ditadura do proletariado. Tentou implementá-la na China por meio da Revolução Cultural. Explicou claramente que também na sociedade socialista as contradições básicas são as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, e a contradição entre a base e a superestrutura. Demonstrou uma clara compreensão sobre a presença dos direitos burgueses, a continuidade da lei do valor e da economia da mercadoria, a desigualdade entre o campo e a cidade, operários e camponeses, mão de obra mental e física, sobre a presença das classes e sua fonte fundamental, e sobre as novas formas de relações sociais burguesas, instituições, idéias, valores e cultura que nasceram dessa situação.

Mao mostrou que a única maneira de avançar para o socialismo era revolucionar constantemente a superestrutura e assim transformar e eliminar a base material para a restauração capitalista. A ditadura do proletariado progressivamente limita e controla os direitos burgueses, gradualmente elimina incentivos burgueses e a desigualdade no consumo e constantemente combate as tendências burguesas no campo da arte, literatura e cultura e busca desenvolver uma nova cultura socialista.

Declarou que nesse processo, os elementos burgueses no Partido e no estado criariam obstáculos; levantando as massas contra esses elementos, será necessário travar uma batalha política. Às vezes, essa luta toma uma forma aberta e aguda.

Mao tentou pôr sua teoria em prática por meio da Revolução Cultural. Ele dizia que só uma Revolução Cultural não bastava para eliminar os perigos da restauração capitalista; seria preciso fazer várias Revoluções Culturais, numa luta de várias gerações.

Outra contribuição importante da Revolução Cultural foi enfatizar o papel hegemônico do Partido e a necessidade de aprender com as massas. Ambos os aspectos eram complementares e, assim, Mao apresentava um conceito desenvolvido e concreto da relação dialética entre o Partido e as massas.

### **A opinião de Mao sobre Stalin e Trotsky. Um comentário**

Sem dúvida, Mao foi uma grande marxista leninista, um grande dirigente proletário. O caminho adotado para a construção socialista na China foi uma tremenda experiência socialista. Um desses exemplos criativos se manifesta nos passos graduais seguidos na China desde a reforma agrária, a ajuda mútua, o cooperativismo e as comunas. (ver: William Hinton, "Mao: Rural Development and Two-line Struggle", *Monthly Review*, Febrero 1994). E, como dissemos antes, a máxima contribuição de Mao foi a Revolução Cultural. O mais correto dos princípios básicos da Revolução Cultural (apesar de todos os excessos cometidos durante sua implementação) foi provado pela inversa com o que ocorreu na China depois da morte Mao e a consolidação no poder dos opositores da Revolução Cultural. Os novos governantes agora alentaram uma indústria pri-

vada via inversões próprias e externas, e se proclamou uma virada para o chamado socialismo de mercado. Enquanto nos anos de Mao a China chegou a ser uma sociedade altamente igualitária, nos anos posteriores a 1976 as reformas capitalistas provocaram uma crescente polarização na sociedade chinesa.

Não obstante, discordo de sua opinião sobre Stalin e Trotsky. Apesar de analisar de modo agudo os problemas do socialismo, e fazer uma crítica muito consciente das posturas teóricas e políticas de Krushchev, Mao não tenta fazer uma análise parecida sobre o período de Stalin. Sua avaliação dos erros de Stalin é muito superficial. Não faz nem um comentário sobre várias das questões colocadas por Trotsky (como as mudanças no Exército Vermelho, a dissolução do Komintern etc.). Apesar de Mao ter sido um crítico em relação ao caminho adotado para a construção socialista na União Soviética durante o período de Stalin, tema sobre o qual escreveu em sua *Critique of Stalin's Economic Problems*, não há nem um comentário sobre os erros do tipo chamar o movimento stackanovista de avanço socialista, não há qualquer avaliação sobre as idas e vindas de sua política econômica etc. Sobre outros temas, os comentários são muito superficiais. Em muitos temas, Krushchev não fez outra coisa que avançar sobre os passos de Stalin até as últimas e lógicas conseqüências. Por exemplo, a declaração de Krushchev sobre “o estado de todo o povo” não foi senão a extensão da declaração de Stalin sobre a abolição das classes na União Soviética, seguida pela decisão de abolir o sistema soviético de eleições segundo as classes e grupos industriais e sua substituição pelo sistema democrático-burguês baseado em um voto chamado “universal, igual e direto! De toda a população.

Apesar de Mao fazer bem em criticar o “estado de todo o povo”, de Krushchev, e o definir como revisionista, se cala sobre as mudanças na política feitas na União Soviética nos anos 1930 sob a condução de Stalin, que apontavam também para a liquidação jurídica da ditadura do proletariado. De todas as formas e no meu entender, nem Mao nem o PCC jamais fizeram um balanço das grandes lutas proletárias nas décadas de 1920 a 1950, e das estratégias do Komintern durante essas lutas. Em seu Segundo Comentário sobre a Carta Aberta do Comitê Central do PCUS de 13 de setembro de 1963 *Sobre a Questão de Stalin*, o PCC só diz que “Ao lidar com as relações entre partidos e países irmãos, (Stalin) cometeu vários erros. Deu maus conselhos ao movimento comunista internacional. Esses erros provocaram alguns prejuízos para a União Soviética e o movimento comunista internacional”. Mas em nenhum momento o PCC dá detalhes sobre esses erros, nem os discute. Por isso, é impossível chegar a qualquer conclusão sobre a seriedade desses erros ou as razões pelas quais foram cometidos. O PCC escreve: “Quando Stalin fazia algo errado, era capaz de autocriticar-se”. Mas cala quando Stalin dá um giro de 180 graus em suas posições sem qualquer explicação nem motivo, como, por exemplo, quando mudou sua postura sobre o socialismo em um só país ou quando mudou de opinião sobre as concessões aos kulaks e mandou liquidá-los como classe.

A meu ver, Mao não fez comentários sobre os escritos teóricos de Trotsky. No entanto, o Partido Comunista da China chamou os trotskistas de “inimigos do leninismo”, como se fossem agentes burgueses e oportunistas. Em seu panfleto *On Contradiction*, Mao faz um comentário rápido, dizendo que o pensamento de Trotsky era “falaz”. O PCC havia criticado Krushchev por fazer “ataques

## *Pontos de Vista*

---

personais demagógicos contra Stalin para envenenar as mentes de outras pessoas”. Pelo contrário, Trotsky havia feito uma crítica principista a Stalin, sem qualquer tipo de acusação pessoal, que em parte figura neste trabalho. Assim, vemos que Mao e o PCC adotaram a mesma postura frente a Trotsky da qual acusam Krushchev em relação a Stalin, e o motivo pelo qual Mao e o PCC denunciaram Krushchev. ■

# O socialismo e as igrejas

ROSA  
LUXEMBURGO



A morte do Papa João Paulo II e toda a discussão sobre sua figura e o perfil de seu sucessor recolocam na ordem do dia uma questão crucial para o marxismo e a revolução mundial: o peso da religião na consciência das massas.

O problema da separação Igreja-Estado, a opressão nas diversas religiões, o enorme poder econômico adquirido pelas seitas são alguns dos temas que voltaram à tona nos últimos tempos. Os conflitos nos países islâmicos, a recente polêmica na França sobre o uso de símbolos religiosos nas escolas, a opressão e humilhação que sofrem as mulheres nas diferentes religiões são alguns dos fatos que recolocam entre a classe trabalhadora a necessidade imperiosa de enfrentar a discussão sobre o papel da religião em nossas vidas e também para a manutenção do capitalismo. No sentido de colaborar para esta discussão, *Marxismo Vivo* apresenta um dos trabalhos mais bem elaborados sobre o tema, escrito por Rosa Luxemburgo em 1905. Foi extraído do Tomo I das *Obras Escolhidas de Rosa Luxemburgo* (Editorial Pluma, 1979).

A revolução começou na Rússia em 1905. Em poucos dias havia chegado na Polônia russa e em todos os confins do império zarista. A agitação aproximou milhões de trabalhadores das idéias revolucionárias. Rosa Luxemburgo e outros dirigentes socialistas se preocupavam em mostrar-lhes as bases do marxismo, em responder aos problemas mais urgentes e desfazer alguns dos mitos mais arraigados nos trabalhadores que começavam a participar da luta política.



*O socialismo e as igrejas* é um dos folhetos que Rosa L. escreveu nesses tempos agitados. Trata de explicar aos trabalhadores poloneses que estavam adquirindo consciência de classe porque a Igreja é uma instituição reacionária, que se opõe à revolução, e como chegou a tornar-se um dos exploradores mais implacáveis dos trabalhadores e do povo pobre no mundo inteiro.

## I

Desde o momento em que os operários de nosso país e da Rússia começaram a lutar contra o governo czarista e os exploradores, observamos que os padres em seus sermões pronunciam-se com freqüência cada vez maior contra os operários em luta. O clero luta com extraordinário vigor contra os socialistas e trata por todos os meios de desacreditá-los aos olhos dos trabalhadores. Os crentes, que vão à igreja aos domingos e feriados, vêem-se obrigados a escutar um violento discurso político, uma verdadeira denúncia do socialismo, ao invés de escutar um sermão e encontrar consolo religioso. Em vez de reconfortar o povo, cheio de problemas e cansado de sua vida dura, que vai à igreja com sua fé no cristianismo, os sacerdotes lançam insultos contra os operários que estão em greve e se opõem ao governo; ademais, exorta-os a suportar sua pobreza e opressão com humildade e paciência. Convertem a igreja e o púlpito em uma tribuna de propaganda política.

Os operários podem comprovar facilmente que o ódio do clero para com os social-democratas não é de modo algum provocação destes últimos. Os social-democratas impuseram-se a tarefa de agrupar e organizar os operários na luta contra o capital, isto é, contra os czaristas, que mantêm o povo prisioneiro. Mas os social-democratas jamais instigam os operários contra o clero, nem se intrometem em suas crenças religiosas; de maneira alguma! Os social-democratas do mundo e de nosso país consideram que a consciência e as opiniões pessoais são sagradas. Cada homem pode ter a fé e as idéias que ele acredita sejam fonte de felicidade. Ninguém tem o direito de perseguir ou atacar os demais por suas opiniões religiosas. É isto que pensam os socialistas. E por esta razão, entre outras, os socialistas chamam o povo a lutar contra o regime czarista, que viola continuamente a consciência dos homens ao perseguir os católicos, católicos russos, judeus, hereges e livre pensadores. São justamente os social-democratas que mais defendem a liberdade de consciência. Parece, então, que o clero deveria prestar ajuda aos social-democratas que tratam de esclarecer o povo trabalhador. Quanto mais compreendemos os ensinamentos que os socialistas transmitem aos operários, menos compreendemos o ódio do clero para com os socialistas.

Os social-democratas querem acabar com a exploração dos trabalhadores pelos ricos. Qualquer um pensaria que os servidores da Igreja seriam os primeiros em felicitá-los por esta tarefa. Acaso Jesus Cristo (cujos servos são os sacerdotes) não ensinou que “é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha que os ricos entrarem no reino do céu?” Os social-democratas tratam de impor em todos os países um regime social baseado na igualdade, liberdade e fraternidade entre todos os cidadãos. Se o clero realmente deseja pôr em prática o preceito “ame o próximo como a si mesmo”, por que não acolhe de bom

grado a propaganda social-democrata? Com sua luta desesperada, com a educação e organização do povo, os social-democratas tentam livrá-lo da opressão e oferecer a seus filhos um futuro melhor. A esta altura, todos teriam de admitir que os padres deveriam abençoar os social-democratas. Acaso Jesus, a quem eles servem, não disse “o que fazei pelos pobres, fazei por mim”?

Em contrapartida, vemos o clero, por um lado, excomungar e perseguir os social-democratas e, por outro, ordenar aos operários que sofram pacientemente, isto é, que permitam pacificamente que os capitalistas os explorem. O clero clama contra os social-democratas, exorta os operários a não se rebelar contra seus amos, a submeter-se obedientemente à opressão deste governo que mata pessoas indefesas, envia milhares de operários à monstruosa carnificina da guerra, persegue os católicos, católicos russos e “velhos crentes”<sup>1</sup>. Assim o clero, ao converter-se no porta-voz dos ricos, em defensor da exploração e da opressão, coloca-se em contradição flagrante com a doutrina cristã. Os bispos e padres não propagam os ensinamentos cristãos: adoram o bezerro de ouro e o chicote que açoita os pobres e indefesos.

Além disso, todos sabem como os padres se aproveitam dos operários; cobram pelos casamentos, batismos e enterros. Quantas vezes um padre, chamado ao leito de um enfermo para administrar-lhe os últimos sacramentos, se nega a ir até que lhe paguem os “honorários”? O operário, desesperado, sai vendendo ou empenhando tudo o que tem para que não falte consolo religioso a seus entes queridos.

É certo que existem padres com outra estatura. Há alguns cheios de bondade e compaixão, que não buscam o lucro, que estão sempre dispostos a ajudar os pobres. Mas devemos reconhecer que são muito poucos, que são as moscas brancas. A maioria dos padres, com seus sorrisos, se arrastam diante os ricos, perdoando-os com seu silêncio toda depravação, toda iniquidade. Outro é seu comportamento diante dos operários; pensam apenas em saqueá-los sem piedade; em seus severos sermões atacam a “ambição” dos operários, quando estes apenas se defendem dos abusos do capitalismo. A flagrante contradição que existe entre as ações do clero e os ensinamentos do cristianismo deve ser matéria de reflexão para todos nós. Os operários se perguntam por que, em sua luta pela emancipação, encontram nos servos da Igreja inimigos e não aliados. Como é que a Igreja defende a riqueza e a exploração sangrenta em vez de ser um refúgio para os explorados? Para compreender este fenômeno estranho, basta dar uma olhada na história da Igreja e examinar sua evolução ao longo dos séculos.

## II

Os social-democratas querem o “comunismo”, e é isto, principalmente, que o clero reprova. Em primeiro lugar, é evidente que os padres que hoje combatem o “comunismo”, na verdade combatem os primeiros apóstolos. Porque estes foram comunistas ardentes.

<sup>1</sup> *Velhos crentes*: também chamados raskolniki (cismáticos). Seita religiosa que considerava que a revisão de textos bíblicos e as reformas litúrgicas realizadas pela Igreja Ortodoxa russa eram contrárias à verdadeira fé. Foram perseguidos pelo czarismo.

Todos sabem que a religião cristã apareceu na antiga Roma, na época da decadência do Império, que antes havia sido rico e poderoso e compreendia o que hoje é a Itália e a Espanha, parte da França, parte da Turquia, a Palestina e outros territórios.

A situação de Roma na época do nascimento de Cristo era muito parecida à que impera atualmente na Rússia czarista. Por um lado, um punhado de ricos vivendo na ociosidade e gozando de todo o luxo e prazeres; por outro, uma imensa massa popular que apodrece na pobreza; e, por cima de tudo, um governo despótico, baseado na violência e na corrupção, exercia uma opressão implacável. Todo o Império Romano estava submerso na mais completa desordem, cercado de inimigos ameaçadores; os soldados descarregavam sua crueldade sobre a população indefesa; o campo estava deserto: as cidades, sobretudo Roma, a capital, estavam cheias de pobres que elevavam seus olhos, cheios de ódio, aos palácios dos ricos; o povo carecia de pão e teto, roupas, esperanças e a possibilidade de sair da pobreza.

Há apenas uma diferença entre a Roma decadente e o império do czar: Roma não conhecia o capitalismo; a indústria pesada não existia. Nesta época, a ordem imperante era a escravidão. Os nobres, os ricos, os financistas satisfaziam suas necessidades pondo os escravos, que obtinham nas guerras, para trabalhar. Com o passar do tempo, estes ricos apoderaram-se de quase todas as províncias italianas, tomando as terras dos camponeses romanos. Ao apropriar-se dos cereais das províncias conquistadas, como tributo sem custo, investiam esses lucros em suas propriedades, plantações magníficas, vinhedos, prados, quintas e ricos jardins, cultivados pelo exército de escravos que trabalhavam sob o chicote do capataz. Os camponeses, privados de sua terra e de pão, fluíam à capital a partir de todas as províncias. Mas ali não se encontravam em melhor situação para ganhar a vida, posto que todo o trabalho era feito pelos escravos. Assim, formou-se em Roma um numeroso exército de despossuídos – o proletariado –, carente inclusive da possibilidade de vender sua força de trabalho. A indústria não podia absorver esses proletários provenientes do campo, como ocorre hoje, e eles se converteram em vítimas da pobreza sem remédio, em mendigos. Esta grande massa popular, faminta e sem trabalho, que agitava os subúrbios, os espaços abertos e as ruas de Roma, constituía um perigo permanente para o governo e as classes possuidoras. Por isso, o governo viu-se obrigado a salvaguardar seus interesses, aliviando a pobreza. De vez em quando, distribuía entre o proletariado cereal e outros comestíveis guardados nos armazéns do Estado. Para fazê-los esquecer suas penas, oferecia-lhes espetáculos circenses gratuitos. Diferentemente do proletariado contemporâneo, que mantém toda a sociedade com seu trabalho, o imenso proletariado romano vivia de caridade.

Os infelizes escravos, tratados como bestas, faziam todo o trabalho em Roma. Neste caos de pobreza e degradação, o punhado de magnatas romanos passava os dias em orgias e em meio à luxúria. Não havia saída para esta monstruosa situação social. O proletariado se queixava, e, às vezes, ameaçava iniciar uma revolta, mas uma classe de mendigos, que vive das migalhas que caem da mesa do senhor, não pode iniciar uma nova ordem social. Os escravos, que com seu trabalho mantinham toda a sociedade, estavam muito pisoteados, muito dispersos, muito abatidos pelo jugo, tratados como bestas, e viviam muito

isolados das demais classes para poder transformar a sociedade. Amiúde, lançavam-se contra seus amos, tratavam de libertar-se mediante batalhas sangrentas, mas o exército romano destroçava as revoltas, massacrava milhares de escravos e crucificava outros tantos.

Nessa sociedade putrefata, onde o povo não tinha saída de sua trágica situação, nem esperanças de uma vida melhor, os infelizes voltavam seus olhos para o céu para encontrar ali a salvação. A religião cristã aparecia ante esses infelizes como uma tábua de salvação, um consolo, um estímulo e converteu-se, desde o início, na religião do proletariado romano. De acordo com a situação material dos integrantes dessa classe, os primeiros cristãos levantaram a palavra-de-ordem de propriedade comum: o comunismo. O que poderia ser mais natural? O povo carecia dos meios de subsistência e morria de fome. Uma religião que defendia o povo; que exigia que os ricos dividissem com os pobres os bens que deveriam pertencer a todos; uma religião que pregava a igualdade de todos os homens, tinha de alcançar grande êxito. No entanto, nada tem em comum com as reivindicações que hoje levantam os social-democratas com o objetivo de converter em propriedade comum os instrumentos de trabalho, os meios de produção, para que a humanidade possa viver e trabalhar em harmonia.

Vimos que os proletários romanos não viviam de seu trabalho, mas das esmolas do governo. De modo que a palavra-de-ordem de propriedade coletiva que levantavam os cristãos não se referia aos bens de produção, mas aos de consumo. Não exigiam que a terra, as oficinas e as ferramentas se tornassem propriedade coletiva, mas simplesmente que se dividisse tudo entre eles, casa, comida, roupas e todos os produtos necessários para viver. Os comunistas cristãos viam a origem dessas riquezas. O trabalho produtivo recaía sempre sobre os escravos. Os cristãos desejavam apenas que os que possuíam a riqueza abraçassem o cristianismo e convertessem suas riquezas em propriedade comum, para que todos gozassem dessas coisas em igualdade e fraternidade.

Assim estavam organizadas as primeiras comunidades cristãs. Um contemporâneo escreveu: “Essas pessoas não crêem na fortuna, mas pregam a propriedade coletiva e nenhuma delas possui mais do que as outras. Aquele que deseja entrar nessa ordem deve colocar sua fortuna como propriedade comum. É por isso que não existe entre eles pobreza ou luxo: todos possuem tudo em comum, como irmãos. Não vivem em uma cidade própria, mas em cada cidade tem casas para eles. Se qualquer estranho pertencente à sua religião chega ali, dividem com ele toda a sua propriedade, e ele pode beneficiar-se da mesma como se fosse sua. Mesmo que não se conhecessem, davam-lhe as boas vindas e são todos muito fraternais entre si. Quando viajam, levam apenas uma arma para se proteger dos ladrões. Em cada cidade há um administrador, que distribui roupas e alimentos entre os viajantes. Não existe comércio entre eles. Mas se alguém oferece um objeto que outro necessita, recebe de volta algum outro objeto. Mas cada um pode exigir o que necessita, ainda que não tenha com o que retribuir”.

Nas “Notícias dos Apóstolos” lemos sobre a primeira comunidade de Jerusalém: “Ninguém considerava nada como propriedade sua, tudo era possuído em comum. Os que possuíam terras ou casas, depois de vendê-las, traziam o obtido para colocá-lo aos pés dos apóstolos. E a cada um era dado de acordo com as suas necessidades”.

Em 1780, o historiador alemão Vogel escreveu o mesmo sobre os primeiros cristãos: “Segundo as regras, todo cristão tinha direitos sobre a propriedade dos demais cristãos da comunidade. Em caso de necessidade, podia exigir que os mais ricos dividissem sua fortuna e a compartilhassem com ele de acordo com suas necessidades. Todo cristão podia utilizar a propriedade de seus irmãos; os que possuíam algo não tinham o direito de privar os seus irmãos de sua utilização. Assim, o cristão que não tinha casa podia exigir àquele que tinha duas ou três, que o recebesse; o dono ficava somente com a sua própria casa. Havia que dar casa a quem não tinha”.

Colocava-se o dinheiro em uma caixa comum e um membro da sociedade, especialmente designado para esse propósito, repartia entre todos a fortuna comum. Haviam eliminado, portanto, a vida familiar; todas as famílias cristãs de uma cidade viviam juntas, como uma só grande família.

Para terminar, digamos que alguns padres atacam os social-democratas dizendo que advogamos pela comunidade das mulheres. É óbvio que esta é uma enorme mentira, produto da ignorância ou do ódio do clero. Os social-democratas consideram uma distorção vergonhosa e bestial do matrimônio. No entanto, esta prática era comum entre os primeiros cristãos.

### III

Assim, os cristãos dos primeiros séculos eram comunistas fervorosos. Mas era um comunismo baseado no consumo de bens acabados e não no trabalho e demonstrou-se incapaz de reformar a sociedade, de pôr fim à desigualdade entre os homens e derrubar as barreiras que separavam os pobres dos ricos. As riquezas criadas pelo trabalho pertenciam a um grupo restrito de pessoas, os meios de produção (sobretudo a terra) eram propriedade individual e o trabalho – para toda a sociedade – continuava sendo feito pelos escravos. O povo, privado dos meios de subsistência, só recebia esmolas, dependendo da boa vontade dos ricos.

Enquanto alguns (um punhado, em relação à massa popular) possuíam para seu uso exclusivo as terras cultiváveis, bosques e prados, animais de lavoura e de carga, oficinas, ferramentas e materiais para a produção, e os demais, a imensa maioria, não possuía os meios indispensáveis para a produção, não se pode falar de igualdade entre os homens. Nessa situação, a sociedade encontrava-se dividida em duas classes, ricos e pobres, os que vivem no luxo e os que vivem na pobreza. Suponhamos, por exemplo, que os proprietários ricos, influenciados pela doutrina cristã, oferecessem repartir entre os pobres a riqueza que possuíam em dinheiro, grãos, frutas, roupas e animais. Qual seria o resultado? A pobreza desapareceria durante várias semanas e, nesse lapso, a população poderia alimentar-se e vestir-se. Mas os produtos elaborados desaparecem em pouco tempo. Rapidamente o povo teria consumido as riquezas distribuídas e ficaria novamente com as mãos vazias. Os donos da terra e dos meios de produção produziram mais, graças à força de trabalho dos escravos, e nada mudaria.

Bem, eis aqui porque os social-democratas discordam dos comunistas cristãos. Dizem: “Não queremos que os ricos compartilhem seus bens com os

pobres; não queremos caridade nem esmola; nada disso pode apagar a desigualdade entre os homens. O que exigimos não é que os ricos dividam com os pobres, mas que não haja ricos e pobres”. Isto é possível se todas as fontes de riqueza, a terra e os demais meios de produção e ferramentas, passem a ser propriedade coletiva do povo trabalhador, que produzirá segundo as necessidades de cada um. Os primeiros cristãos acreditavam poder remediar a pobreza do proletariado com as riquezas dispensadas pelos possuidores. É o mesmo que pegar água com um coador! O comunismo cristão era incapaz de mudar ou melhorar a situação econômica, e não prosperou.

(..) Os Pais da Igreja prosseguiram, no entanto, a luta contra a penetração da desigualdade social no seio da comunidade cristã, fustigando aos ricos com palavras ardentes e exortando-os a voltar ao comunismo dos primeiros apóstolos.

São Basílio, no século IV d.C., predicava assim contra os ricos: “Infelizes, como os justificarei perante o Juiz Celestial? Vós me perguntais: ‘qual é nossa culpa, se só guardamos o que nos pertence?’ E vos pergunto: como conseguistes o que chamais vossa propriedade? Como se enriquecem os possuidores se não é tomando posse das coisas que pertencem a todos? Se cada um tomasse apenas o que necessitasse e deixasse o resto para os demais, não haveria ricos nem pobres”.

Quem mais pregou o retorno dos cristãos ao comunismo primitivo dos apóstolos foi São João Crisóstomo, patriarca de Constantinopla, nascido em Antioquia em 347 e morto no exílio, na Armênia, em 407. Este célebre pastor, em sua Undécima Homília, sobre os “Escritos dos apóstolos”, disse:

“E reinava entre eles a caridade; entre eles (os apóstolos) ninguém era pobre. Ninguém se considerava dono de nada, toda a riqueza era propriedade comum [...] reinava uma grande caridade entre todos eles. Esta caridade consistia em que não havia pobres entre eles, a tal ponto que até aqueles que possuíam bens apressavam-se em despojar-se dos mesmos. Não dividiam sua fortuna em duas partes, entregando uma e guardando outra para si, davam tudo o que tinham. De modo que não havia desigualdade entre eles; todos viviam em abundância. Tudo se fazia com a maior reverência. O que davam não passava da mão do doador ao receptor, o que davam faziam sem ostentação, punham seus bens nos pés dos apóstolos, que eram os administradores e os amos e utilizavam os bens como coisa comunitária e não privada. Com isto punham termo a qualquer tentação de se vangloriar. Ai! Por que se perderam estas tradições? Ricos e pobres, todos nos beneficiaríamos com esta piedosa conduta e todos teríamos o mesmo prazer de nos conformarmos a ela. Os ricos, ao despojar-se de suas possessões, não se empobreceriam, e os pobres enriquecer-se-iam [...] Mas tentamos dar uma idéia exata do que haveria que se fazer [...]”.

(...) “Nos mosteiros vive-se como nos primeiros tempos da Igreja. Quem morre ali de fome? Quem não tem alimento suficiente? No entanto, os homens de nosso tempo sentem maior temor ante esse tipo de vida que ante o perigo de cair no mar! Por que não tentamos? Teríamos menos temor. Que coisa boa seria! Se um punhado de fiéis, apenas oito mil, ousasse, em um mundo onde só há inimigos, tratar de viver de forma comunitária, sem ajuda exterior, quanto melhor poderíamos fazer hoje, quando há cristãos em todo o mundo? Ficaria um só gentil? Creio que nenhum. Atrairíamos todos à nossa causa”.

São João Crisóstomo pronunciou em vão estes ardentes sermões. Os homens não trataram de impor o comunismo em Constantinopla, nem em nenhum outro lugar do mundo. À medida que o cristianismo se difundia e passava a ser a religião dominante em Roma depois do século IV, os fiéis distanciavam-se cada vez mais do exemplo dos primeiros apóstolos. Dentro da própria comunidade cristã acrescentava-se a desigualdade na posse dos bens.

No século VI, novamente, Gregório Magno disse: “De nenhuma maneira basta não roubar a propriedade alheia, errais se guardais a riqueza que Deus criou para todos. Quem não dá aos demais o que possui, é um assassino, um homicida, quando guarda para si o que poderia dar aos pobres, pode se dizer que mata a quem poderia viver dessa abundância; quando dividimos com os que sofrem, não lhes damos o que nos pertence, mas o que lhes pertence. Não é um ato de compaixão, mas o pagamento de uma dívida”.

Estes chamados não renderam frutos. Mas a culpa não foi dos cristãos daquelas épocas, que respondiam muito melhor às palavras dos Pais da Igreja que os cristãos contemporâneos. Não é a primeira vez na história da humanidade que as condições econômicas resultam mais poderosas que os mais belos discursos. (...)

### IV

No princípio, quando a comunidade cristã era pequena, não existia um clero no sentido estrito do termo. Os fiéis, reunidos em uma comunidade religiosa independente, uniam-se em cada cidade. Elegiam um responsável para dirigir o culto a Deus e realizar os ritos religiosos. Qualquer cristão podia ser bispo ou prelado. Era uma função eletiva, suscetível de ser revogada, *ad honorem* e sem poder além daquele que a comunidade estava disposta a outorgar-lhe livremente. À medida que se incrementava o número de fiéis e as comunidades tornavam-se mais numerosas e ricas, administrar os negócios da comunidade e exercer um posto oficial tornava-se uma ocupação que requeria muito tempo e dedicação. Os funcionários não podiam cumprir essas tarefas e dedicar-se ao mesmo tempo a suas ocupações; por isso, surgiu o costume de eleger entre os membros da comunidade um eclesiástico que se dedicava exclusivamente a tais funções. Esses empregados da comunidade deviam receber uma compensação por sua dedicação exclusiva aos negócios desta. Assim, formou-se no seio da Igreja uma nova casta de empregados, separada do comum dos fiéis: o clero. Paralelamente à desigualdade entre pobres e ricos, surgiu a desigualdade entre o clero e o povo. Os eclesiásticos, eleitos no começo entre seus iguais para cumprir uma função temporária, elevaram-se rapidamente à categoria de uma casta que dominava o povo.

Quanto mais numerosas eram as comunidades cristãs no imenso Império Romano, mais sentiram os cristãos, perseguidos pelo governo, a necessidade de unir-se para juntar forças. As comunidades, dispersas por todos o território do Império, organizaram-se em uma Igreja única. Esta unificação já era a unificação do clero e não do povo. Desde o século IV os eclesiásticos das diversas comunidades reuniam-se em concílios. O primeiro concílio reuniu-se em Nicéia em 325. Assim se formou o clero, setor a parte e separado do povo. Os bispos

das comunidades mais fortes e ricas passaram a dominar os concílios. É por isso que o bispo de Roma colocou-se rapidamente à cabeça do conjunto da cristandade e converteu-se no Papa. Assim surgiu um abismo entre o povo e o clero dividido hierarquicamente.

Ao mesmo tempo, as relações econômicas entre o povo e o clero sofreram mudanças profundas. Antes da criação desta ordem, tudo o que os membros ricos da Igreja doavam ao fundo comum era propriedade dos pobres. Depois, grande parte dos fundos começou a ser utilizado para pagar o clero que administrava a Igreja. Quando, no século IV, o governo começou a proteger os cristãos e a reconhecer que a sua religião era a dominante, cessaram as perseguições, os rituais já não eram celebrados em catacumbas nem em casas modestas, mas em igrejas cuja magnificência era cada vez maior. Estes gastos reduziram ainda mais as somas destinadas aos pobres. Já no século V os haveres da Igreja dividiam-se em quatro partes: uma para o bispo, a segunda para o clero inferior, a terceira para a manutenção da Igreja e a quarta para distribuição entre os pobres. A população cristã pobre recebia, portanto, uma soma igual à que o bispo tinha unicamente para ele.

Com o passar do tempo perdeu-se o costume de destinar aos pobres uma soma determinada de antemão. Por outro lado, à medida que aumentava a importância do clero superior, os fiéis perdiam o controle sobre as propriedades da Igreja. Os bispos davam esmola aos pobres à vontade. O povo recebia esmola de seu próprio clero. E isso não é tudo. No começo do cristianismo, os fiéis faziam oferendas segundo sua vontade. À medida que a religião cristã converteu-se em religião do Estado, o clero exigia que tanto os pobres como os ricos contribuíssem. Desde o século VI o clero impôs um imposto especial, o dízimo (a décima parte da colheita) a ser pago à Igreja. Este imposto caiu como uma carga pesadíssima sobre as costas do povo; na Idade Média converteu-se em um verdadeiro inferno para os camponeses oprimidos pela servidão. Este dízimo impunha-se a cada pedaço de terra, a cada propriedade. Mas era o servo quem o pagava com seu trabalho. Assim, os pobres não apenas perderam o socorro e a ajuda da Igreja, mas que viram como os padres aliavam-se aos demais exploradores: os príncipes, nobres e agiotas. Na Idade Média, enquanto a servidão reduzia o povo trabalhador à pobreza, a Igreja enriquecia cada vez mais. Além do dízimo e outros impostos, a Igreja beneficiou-se neste período de grandes doações, legadas por libertinos ricos de ambos os sexos, que à beira da morte queriam pagar por sua vida pecaminosa. Entregavam à Igreja dinheiro, casas, aldeias inteiras com seus servos e a renda da terra e os impostos em trabalho (corvéia).

Assim, a Igreja adquiriu riquezas enormes. Ao mesmo tempo, o clero deixou de ser o “administrador” da riqueza que a Igreja havia lhe confiado. Declarou abertamente no século XII, em uma lei que, disse, provinha das Sagradas Escrituras, que a riqueza da Igreja não pertence aos pobres, mas ao clero e, sobretudo, ao seu chefe, o Papa. Portanto os postos eclesiásticos eram a melhor possibilidade de gozar de uma boa renda. Cada eclesiástico dispunha da propriedade da Igreja como se fosse sua e a legava aos seus parentes, filhos e netos. Consumou-se a pilhagem dos bens da Igreja, que ficaram nas mãos dos familiares dos clérigos. Por esta razão, os papas proclamaram-se soberanos da fortuna



da Igreja e ordenaram o celibato sacerdotal para impedir a dispersão do seu patrimônio. O celibato foi decretado no século XI, mas foi posto em prática somente no século XIII, devido à oposição do clero. Para impedir ainda mais a dispersão da riqueza da Igreja, em 1297 o Papa Bonifácio VIII proibiu os eclesiásticos de entregar suas rendas a leigos sem permissão papal. Assim, a Igreja chegou a acumular riquezas imensas, sobretudo em terras férteis, e o clero dos países cristãos converteu-se no mais rico dos proprietários de terra. Em alguns casos possuía um terço ou mais de todas as terras do país!

Os camponeses não só pagavam impostos em trabalho (corvéia), mas também o dízimo em terras de príncipes e nobres e nas terras imensas pertencentes aos bispos, arcebispos, párocos e conventos.

Entre os senhores feudais mais poderosos, a Igreja apareceu como o maior explorador. Por exemplo, na França, no final do século XVIII, antes da Grande Revolução, o clero era dono da quinta parte das terras deste país, com uma renda anual de aproximadamente cem milhões de francos. Os dízimos somavam vinte e três milhões. Com esta soma engordavam a 2.800 preladados e bispos, 5.600 superiores e priores, 60.000 párocos e padres e aos 24.000 monges e 36.000 monjas que povoavam os conventos. Este exército de padres estava isento do pagamento de impostos e do serviço militar. Em momentos de “calamidade” – guerra, má colheita, epidemia – a Igreja pagado ao fisco um imposto “voluntário” que jamais excedia os 16.000 francos.

O clero privilegiado formava com a nobreza uma classe dominante que vivia do sangue e do suor dos servos. A hierarquia eclesiástica, os postos melhor pagos, só eram acessíveis aos nobres e ficavam nas mãos da nobreza. Por isso, na época da servidão o clero foi o aliado fiel da nobreza, apoiava-a e ajudava-a a oprimir o povo, ao qual não brindava senão sermões, exortando-o a ser humilde e resignar-se à sua sorte. Quando o proletariado rural e urbano se levantava contra a opressão e a servidão, encontrava no clero um inimigo feroz. É certo que no seio da própria Igreja existiam duas classes: o clero superior, que absorvia toda a riqueza, e a grande massa de padres rurais cujos salários modestos não chegavam a 200 ou 500 francos por ano. Essa classe sem privilégios se insurgia contra o clero superior e, em 1789, durante a Grande Revolução, uniu-se ao povo para lutar contra o poder da nobreza secular e eclesiástica.

### V

Assim se foram modificando as relações entre a Igreja e o povo no decorrer dos séculos. A cristandade iniciou-se como mensagem de consolo para os deserdados e oprimidos. Criou uma doutrina para combater a desigualdade social e o antagonismo entre ricos e pobres, educou a comunidade da riqueza. Rapidamente este templo de igualdade e fraternidade converteu-se em fonte de novos antagonismos sociais. Ao abandonar a luta contra a propriedade privada que levaram os primeiros apóstolos, o clero dedicou-se a juntar fortunas, aliou-se às classes possuidoras que vivem da exploração das massas trabalhadoras. No Feudalismo, a Igreja fazia parte da classe dominante, a nobreza, e defendia com paixão o poder desta contra a revolução. No final do século XVIII e começos do XIX os povos da Europa central liquidaram a servidão e os privi-

légios da nobreza. Neste momento a Igreja voltou a se aliar com as classes dominantes: a burguesia industrial e comercial. Hoje a situação é diferente e o clero já não possui grandes extensões de terras, mas tem capitais, aos quais trata de fazer render mediante a exploração do povo no comércio e na indústria, como fazem os capitalistas.

A Igreja Católica da Áustria possuía, segundo suas próprias cifras, um capital de mais de 813 milhões de coroas, das quais 300 milhões consistiam em terras para o cultivo, 387 milhões em bônus e havia emprestado com juros 70 milhões a industriais e comerciantes. Dessa maneira, a Igreja já se adaptou aos tempos modernos, transformando-se de senhor feudal em capitalista da indústria e do comércio. Como antes, colabora com a classe que se enriquece à custa do proletariado rural e industrial.

Esta mudança é mais notável ainda na organização dos conventos. Em alguns países, como Alemanha e Rússia, os claustros católicos foram fechados há muito tempo. Mas nos países onde ainda existem, como França, Itália e Espanha, tudo corrobora o papel importantíssimo que desempenha a Igreja no regime capitalista. (...)

Com o surgimento do capitalismo e a produção para a troca, cada objeto adquiriu um preço e tornou-se intercambiável. Neste momento acabaram as boas ações dos conventos, das casas dos senhores e da Igreja. O povo perdeu seu último refúgio. Esta é, entre outras, a razão pela qual, no princípio do capitalismo, no século XVIII, quando os operários ainda não haviam se organizado para defender seus interesses, apareceu uma pobreza tão impressionante que parecia que a humanidade havia regressado à decadência do Império Romano. Mas enquanto a Igreja Católica dos velhos tempos tratou de ajudar o proletariado romano pregando o comunismo, a igualdade e a fraternidade, na etapa capitalista atuou de maneira completamente distinta. Tratou, sobretudo, de tirar lucros da pobreza do povo, da mão-de-obra barata. Os conventos converteram-se em infernos de exploração capitalista, piores ainda porque também punham a trabalhar as mulheres e crianças. O processo contra o Convento do Bom Pastor, em 1903, na França, foi um notável exemplo destes abusos. Havia meninas de doze, dez e nove anos, obrigadas a trabalhar em condições abomináveis, arruinando sua vista e sua saúde, mal alimentadas e submetidas a um regime carcerário. (...)

Em síntese, o trabalho de milhões de explorados garante a existência da igreja, do governo e da classe capitalista. As estatísticas dos ganhos da Igreja, antes refúgio dos pobres, na Áustria, dão uma idéia de sua riqueza. Faz cinco anos (ou seja, em 1900) seus ganhos anuais somavam 60 milhões de coroas, e seus gastos não excediam os 35 milhões. Assim, em um ano “economizava” 25 milhões, à custa do suor e do sangue dos trabalhadores. Eis aqui alguns detalhes sobre essa soma:

O Arcebispo de Viena, com um ingresso anual de 300.000 coroas e gastos não maiores que a metade desta soma, “economizou” 150.000. O capital fixo desse arcebispo soma em torno de sete milhões de coroas. O Arcebispo de Praga possui entradas de mais de meio milhão e gastos em torno de 300.000, seu capital é de quase 11 milhões. O Arcebispo de Olomouc (Olmutz) tem entradas de mais de meio milhão e gastos em torno de 400.000. Sua fortuna

ascende a 14 milhões. O clero inferior, que tanto se lamenta de sua pobreza, explora a população na mesma medida. As entradas anuais das paróquias austríacas somam mais de 35 milhões, os gastos apenas 21 milhões, e como resultado as “economias” dos padres somam 14 milhões anuais. As propriedades paroquiais somam mais de 450.000. Por último, os conventos há cinco anos possuíam, deduzidos os gastos, uma “entrada líquida” de cinco milhões anuais. Estas riquezas crescem com os anos, enquanto a pobreza dos trabalhadores explorados pelo capitalismo e pelo Estado cresce todos os anos. Em nosso país e em todos os demais, a situação é idêntica à da Áustria.

### VI

Depois de passar em revista a história da Igreja, não nos pode surpreender que o clero apóie o czar e os capitalistas contra os operários revolucionários que lutam por um futuro melhor. Os operários conscientes, organizados no Partido Socialdemocrata, lutam para converter a idéia da igualdade social e da fraternidade entre os homens em uma realidade, o que algum dia foi a causa da Igreja cristã.

(...) O comunismo pelo qual lutam os socialdemocratas não consiste em dividir entre os mendigos, os ricos e os ociosos a riqueza produzida por escravos e servos, mas o trabalho comunitário honesto e o gozo dos frutos comuns deste trabalho. O socialismo não é a generosidade dos ricos para com os pobres, mas a abolição total das diferenças entre ricos e pobres, obrigando a todos a trabalhar segundo sua capacidade mediante a abolição da exploração do homem pelo homem.

As imensas riquezas acumuladas pela Igreja sem esforço de sua parte provêm da exploração e pobreza do povo trabalhador. A riqueza dos arcebispos e bispos, conventos e paróquias, a riqueza dos donos de fábricas e dos comerciantes e fazendeiros foi acumulada ao preço dos esforços inumanos dos operários urbanos e rurais. Qual pode ser a origem dos presentes e heranças que os senhores ricos deixam para a Igreja? Não é, obviamente, o trabalho de suas mãos e o suor de seus rostos, mas a exploração dos operários que trabalham para eles, servos de ontem, operários assalariados de hoje. Além disso, a subvenção que o Estado outorga ao clero provêm, em sua maior parte, dos impostos que pagam as massas populares. O clero, da mesma forma que a classe capitalista, vive à custa do povo, saca lucros da degradação, ignorância e opressão do povo. O clero e os parasitas capitalistas odeiam a classe operária organizada, consciente de seus direitos, que luta pela conquista de suas liberdades. A abolição do governo capitalista e a instauração da igualdade entre os homens seria um golpe mortal para o clero, que subsiste devido a exploração e a pobreza. Mas, sobre todas as coisas, o socialismo quer garantir à humanidade a felicidade real e honesta aqui embaixo, educar o melhor possível o povo e assegurar-lhe o primeiro posto na sociedade. Os serventes da Igreja temem esta felicidade como a uma praga.

Os capitalistas modelaram a marteladas os corpos dos trabalhadores, forjaram suas algemas de pobreza e escravidão. Junto com isso, o clero, para ajudar os

capitalistas e servir a seus próprios interesses, mantém a mente do povo na mais completa ignorância, porque bem sabe que a educação significaria o fim de seu poder. O clero falsifica os primeiros ensinamentos do cristianismo, cujo objetivo era brindar a felicidade terrena aos humildes, trata hoje de convencer os trabalhadores de que o sofrimento e a degradação que suportam não são produto de uma estrutura social defeituosa, mas do céu, da vontade da “providência”. Assim, a Igreja mata a esperança do operário, sua força, seu desejo de um futuro melhor, sua fé e seu amor próprio. Os padres de hoje, com seus ensinamentos falsos e venenosos, perpetuam a ignorância e a degradação do povo.

Nos países onde o clero católico exerce grande poder sobre as mentes das massas, por exemplo, na Espanha e na Itália, o povo está submetido à mais profunda ignorância. Florescem aí a bebida e o crime. Comparemos as províncias alemãs da Bavária e Saxônia, por exemplo. A Bavária é uma província agrícola cuja população sofre a influência preponderante do clero católico. A Saxônia é uma província industrializada onde os socialdemocratas desempenham um grande papel na vida dos trabalhadores, ganham as eleições parlamentares na maioria dos distritos, uma das razões pelas quais a burguesia odeia esta província socialdemocrata “vermelha”. E qual é a situação? As estatísticas oficiais demonstram que a quantidade de crimes cometidos na Bavária ultra católica é relativamente muito mais elevada que na “Saxônia vermelha”. (...)

Isto não significa que o clero incite o povo ao crime. Pelo contrário: em seus sermões os padres denunciam o furto, o roubo, a embriaguez. Mas os homens não furtam, roubam ou se embriagam porque gostam. Fazem-no por sua pobreza ou ignorância. Portanto, o que perpetua a ignorância e a pobreza do povo, ou reduz sua energia e sua vontade para sair dessa situação, o que coloca obstáculos no caminho de quem quer educar o proletariado, é tão responsável dos crimes como se fosse seu cúmplice.

(...) Os social-democratas levantam o povo e fortalecem quem perdeu as esperanças, unem os fracos em uma poderosa organização. Abrem os olhos dos ignorantes e os ensinam o caminho da igualdade, da liberdade e do amor ao semelhante.

Em contrapartida, os servidores da Igreja só levam ao povo palavras de humilhação e desalento. E se Cristo reaparecesse hoje sobre a terra, seguramente atacaria os padres, os bispos e arcebispos que defendem os ricos e exploram os desgraçados, assim como antes atacou os mercadores, que expulsou do templo para que sua infame presença não manchasse a Casa do Senhor.

Por isso, se dá uma batalha sem quartel entre o clero, sustentáculo da opressão, e os socialdemocratas, porta-vozes da libertação. Não se pode considerar este combate como sendo entre a noite escura o sol nascente. Porque ao não poder combater o socialismo com a inteligência e a verdade, os padres recorrem à violência e à maldade. Estes Judas caluniam quem desperta a consciência de classe. Com mentiras e calúnias tratam de manchar a memória dos que deram a vida pela causa operária. Estes serventes e adoradores do bezerro de ouro apóiam e aplaudem os crimes do governo czarista e defendem o trono deste déspota que oprime o povo como outro Nero. (...)

## VII

O clero tem duas armas para combater a social-democracia. Onde o movimento operário começa a ganhar força, como em nosso país, onde as classes possuidoras têm a esperança de derrotá-lo, o clero combate os socialistas com sermões, caluniando-os e denunciando a “voracidade” dos trabalhadores. Mas nos países onde há liberdades democráticas e o partido operário é forte, como na Alemanha, França, Holanda, o clero tem outros métodos. Oculta seus verdadeiros propósitos e não enfrenta os operários como inimigo, mas como falso amigo. Assim, se pode ver os padres organizado os trabalhadores em sindicatos “cristãos”. Desta forma, tratam de prender os peixes na rede, atrair os operários à armadilha desses falsos sindicatos, onde se ensina humildade, diferente das organizações social-democratas, cujo objetivo é que os operários lutem e se defendam.

Quando o governo czarista cair sob os golpes do proletariado revolucionário da Polônia e da Rússia, quando a liberdade política existir em nosso país, veremos o mesmo arcebispo Popiel e os padres que insultam os ativistas começar repentinamente a organizar os operários em associações “cristãs” e “nacionais” para enganá-los. Já começou a atividade solapadora da “democracia nacional”, que assegura aos padres sua colaboração futura e os ajuda a caluniar os social-democratas.

Por isso, os operários devem estar cientes do perigo para não permitir que os enganem, na manhã da vitória da revolução, com palavras melosas, os que hoje, desde o púlpito, ousam defender o governo czarista, que mata operários, e o aparato repressivo do capital, causa principal da pobreza do proletariado.

Para defender-se do antagonismo do clero durante a revolução e contra sua falsa amizade de amanhã, depois da revolução, é necessário que os operários se organizem no Partido Social-Democrata. E esta é a resposta aos ataques do clero: a social-democracia de nenhuma maneira combate aos credos religiosos. Pelo contrário, exige total liberdade de consciência para todo indivíduo, e a maior tolerância para cada fé e opinião. Mas, quando os padres usam o púlpito como meio de luta política contra a classe operária, os operários devem combater os inimigos de sua libertação. Porque aqueles que defendem os exploradores e ajudam a perpetuar este regime de miséria são os inimigos mortais do proletariado, use batina ou farda”. ■



*Marxismo Vivo*

ISSN 1806-1591



9 770180 615912